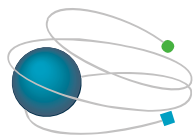


**PROGRAMA OPERACIONAL
DE ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES**

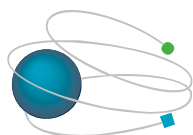
INDICE

1	INTRODUÇÃO	2
2	ESTADO DE AVANÇO DOS DIFERENTES EIXOS PRIORITÁRIOS E DAS MEDIDAS	5
3	EXECUÇÃO FINANCEIRA	20
4	SISTEMA DE GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	65
5	CONTROLO	72
6	INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE	81
7	COMPATIBILIZAÇÃO COM AS OUTRAS POLÍTICAS COMUNITÁRIAS	85



Capítulo I

INTRODUÇÃO



Capítulo I – INTRODUÇÃO

A execução do Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes (POAT) foi inferior ao esperado, em 2004, em virtude de este ano ter sido de grande contenção nos orçamentos dos principais beneficiários do programa, dificultando assim a garantia da contrapartida nacional de financiamento dos projectos.

O ano de 2004 ficou ainda assinalado pela distribuição da reserva da eficiência pelos diferentes programas operacionais.

Os montantes atribuídos a cada programa operacional foram definidos após negociação das autoridades nacionais com a Comissão Europeia. Para o efeito foram fixados critérios de avaliação dos programas operacionais, nos quais se incluíam critérios comuns de gestão, intensidade dos níveis de controlo realizado, execução física e execução financeira. Foram também fixados dois níveis de acesso à reserva de eficiência. Um nível “Base” a distribuir pelo conjunto dos programas “eficientes”, o qual representava 80% do montante total disponível da reserva de eficiência ¹ e um outro nível designado de “Prémio”, com uma dotação de 20% do montante total da reserva de eficiência, a distribuir pelo conjunto dos programas classificados como “muito eficientes”.

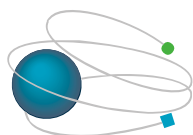
O POAT foi incluído no conjunto dos programas com classificação de “muito eficiente”², tendo sido reforçado com 69,224 milhões de euros resultante de:

ATRIBUIÇÃO DA RESERVA DE EFICIÊNCIA

Programa	Base (80%)	Prémio (20%)	Total
Acessibilidades e Transportes	51 476 480	17 747 865	69 224 345
☐ QCA III	684 000 000	171 000 000	855 000 000

A distribuição regional do reforço obtido, no que respeita à região de Lisboa e Vale do Tejo em phasing-out e Objectivo 1, foi o indicado no quadro seguinte.

¹ Montante total da reserva de eficiência = 855 milhões de euros.

**DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA RESERVA DE EFICIÊNCIA**

Programa	Obj. 1	LVT	Total
Acessibilidades e Transportes	53 725 449	15 498 896	69 224 345
☐ QCA III	726 000 000	129 000 000	855 000 000

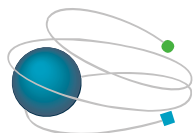
O montante atribuído ao POAT representou um reforço de 5,0% do FEDER previsto. No quadro seguinte mostra-se a situação antes e depois da reprogramação efectuada na sequência da atribuição da reserva de eficiência.

REPROGRAMAÇÃO DO POAT

Distribuição do Investimento por Eixo Prioritário e Medida

Eixo	Anterior à reprogramação		Após reprogramação		Δ		
	Medida	Total	Feder	Total	Feder	Total	Feder
Total POAT		3.266.892.164	1.388.010.000	3.336.116.509	1.457.234.345	69.224.345	69.224.345
Eixo 1		572.029.783	150.972.001	596.484.819	162.972.001	24.455.036	12.000.000
Medida 1.1		431.178.685	74.400.400	463.361.998	91.037.366	32.183.313	16.636.966
Medida 1.2		140.851.098	76.571.601	133.122.821	71.934.635	-7.728.277	-4.636.966
Eixo 2		863.067.670	397.186.000	990.904.609	504.410.345	127.836.939	107.224.345
Medida 2.1		304.217.545	132.348.255	287.935.155	132.348.255	-16.282.390	0
Medida 2.2		314.439.157	180.042.103	538.105.456	317.266.448	223.666.299	137.224.345
Medida 2.3		244.410.968	84.795.642	164.863.998	54.795.642	-79.546.970	-30.000.000
Eixo 3		1.257.574.824	597.661.000	1.162.937.138	547.661.000	-94.637.686	-50.000.000
Medida 3.1		553.206.232	206.603.448	594.239.075	226.603.448	41.032.843	20.000.000
Medida 3.2		704.368.592	391.057.552	568.698.063	321.057.552	-135.670.529	-70.000.000
Eixo 4		564.743.886	235.084.000	576.313.942	235.084.000	11.570.056	0
Medida 4.1		331.059.304	115.870.751	331.018.917	115.870.751	-40.387	0
Medida 4.2		233.684.582	119.213.249	245.295.025	119.213.249	11.610.443	0
Ass. Técnica		9.476.001	7.106.999	9.476.001	7.106.999	0	0

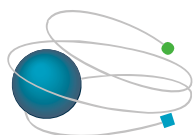
² Foram considerados “muito eficientes” 11 programas num total de 19.



Capítulo II

ESTADO DE AVANÇO DOS DIFERENTES EIXOS PRIORITÁRIOS E DAS MEDIDAS

1. PROJECTOS APROVADOS	6
2. CONTRIBUIÇÃO DOS PROJECTOS APROVADOS PARA OS OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DAS MEDIDAS	8
3. INDICADORES FÍSICOS E DE RESULTADO	10
4. DIFICULDADES DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA	19



Capítulo II – ESTADO DE AVANÇO DOS DIFERENTES EIXOS PRIORITÁRIOS E DAS MEDIDAS

1. PROJECTOS APROVADOS

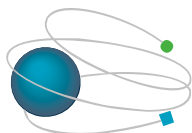
Até 31 de Dezembro de 2004 foram aprovados, no âmbito da Intervenção Operacional de Acessibilidades e Transportes, 141 projectos cuja tipologia e objectivos específicos determinam a sua integração em todos os eixos, conforme se pode observar no quadro seguinte:

Nº de Projectos Aprovados por Medida e Por Eixo

Designação da Medida/Eixo	Nº de Projectos		
	2000-2003	2004	TOTAL
Promover a Conclusão do Projecto Prioritário	9	0	9
Acelerar a Construção dos Eixos Transversais e Diagonais Estruturantes	13	0	13
EIXO 1	22	0	22
Melhoria das Acessibilidades e Intervenções nos Portos	8	2	10
Desenvolvimento da Rede Complementar Rodoviária	17	3	20
Desenvolvimento de uma Rede Nacional de ogística	1	0	1
EIXO 2	26	5	31
Desenvolvimento de Ligações Ferroviárias entre Centros Urbanos	2	0	2
Melhoria das Ligações Rodoviárias entre Centros Urbanos, Nós e Variantes	38	6	44
EIXO 3	40	6	46
Melhoria da Qualidade e Eficiência do Sistema de Transportes	8	2	10
Reforço das Condições de Segurança do Sistema de Transportes	11	13	24
EIXO 4	19	15	34
Assistência Técnica	6	2	8
TOTAL	113	28	141

Em termos de **repartição regional**, foram aprovados até ao fim do ano de 2004 projectos em todas as regiões. Os projectos classificados como não regionalizáveis referem-se aos projectos aprovados no âmbito da assistência técnica e para a "Modernização de Material Circulante CORAIL – componente segurança" e de "Remodelação de Locomotivas Eléctricas 2600 – componente segurança" da responsabilidade da CP.

Nos casos em que os projectos se realizam em mais do que uma região, a distribuição regional teve em conta a região com maior peso. No quadro seguinte é apresentada a repartição dos projectos aprovados até 31 de Dezembro de 2004.



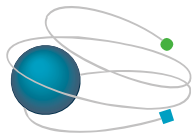
Nº de Projectos Aprovados por Região

Região	Nº de Projectos		
	2000-2003	2004	TOTAL
Norte	43	9	52
Centro	32	7	39
Lisboa e Vale do Tejo	17	4	21
Alentejo	9	3	12
Algarve	5	1	6
Não Regionalizável	7	4	11
TOTAL	113	28	141

Em termos de **distribuição sectorial**, foram também aprovados até 31 de Dezembro de 2004 projectos em todos os subsectores, sendo no sector rodoviário que se verificou um maior número de projectos aprovados.

Nº de Projectos Aprovados por sector

Sector	Nº de Projectos		
	2000-2003	2004	TOTAL
Aéreo	2	0	2
Ferroviário	11	3	14
Marítimo e Portuário	10	5	15
Rodoviário	83	18	101
Outros	7	2	9
TOTAL	113	28	141

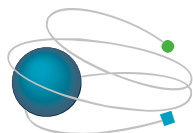


2. CONTRIBUIÇÃO DOS PROJECTOS APROVADOS PARA OS OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DAS MEDIDAS

No quadro seguinte apresenta-se uma matriz de afectação entre os projectos aprovados durante o ano de 2004 e o objectivo específico da medida em que se integram.

Projectos Aprovados em 2004 por Objectivo Específico (incluindo reprogramações)

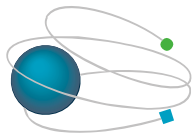
Med - Objectivos específicos	Projecto
1.2	<p>- Promover a articulação dos eixos transversais e diagonais estruturantes de importância nacional com o PP nº 8. IP3 - km 53.150 Nó do Lorvão (reprogramação)</p>
2.1	<p>- Melhorar as acessibilidades terrestres aos portos. Melhorar as acessibilidades marítimas aos portos. Desenvolver as infraestruturas portuárias de articulação modal. Plano Estratégico de Desenvolvimento do Porto de Leixões e Medidas Complementares Acessibilidades Terrestres na Zona Leste do Porto de Sines - Circulação rodoviária e Acessos</p>
2.2	<p>- Contribuir para a conclusão da rede complementar rodoviária. IC17 - CRIL - Sublanço Pontinha-Odivelas-Olival de Basto - Nó com a EN250-2 Ramo 2A IC23 - Nó da Barrosa / Estação das Devesas (reprogramação) IC28 - Ponte de Lima/Ponte da Barca - Sublanço Nó com a EN202-Ponte de Lima (reprogramação) IC29 - Via Rápida de Gondomar - 1º Sublanço (2ª Fase) e Alameda de Azevedo Remodelação do Nó de Francos e Beneficiação do IC23 entre a Ponte da Arrábida e a Ponte do Freixo</p>
3.2	<p>- Melhorar as ligações rodoviárias entre os centros urbanos. Melhorar as ligações dos centros urbanos de média dimensão aos nós. Contribuir para a concretização de um plano nacional de variantes. EENN226/221 - Beneficiação entre Vila Franca das Naves e Pinhel EN210 - Beneficiação entre Arco de Baúlhe (km 0,00) e Celorico de Basto (km 17,600) EN216 - Beneficiação entre o Km 27+400 (Peredo) e o Km 55+200 (Mogadouro) EN254 - Variante em S. Miguel de Machede EN310 - Beneficiação entre Póvoa de Lanhoso (km 0,500) e Brito/Entroncamento com a EN206 Ponte Europa sobre o Rio Mondego (reprogramação) Variante a EENN101 e 201 entre Braga e Prado (reprogramação) Variante à EN333 entre Perrães e Águeda, incluindo viaduto sobre a EN1</p>
4.1	<p>- Aquisição e reconversão de material circulante ferroviário. Implementação de sistemas de gestão e controlo de tráfego. Implementação de sistemas de monitorização da qualidade ambiental. Programa de Gestão Ambiental do Porto de Leixões Publicidade e Promoção do Prolongamento Campo Grande – Odivelas da Linha Amarela</p>
4.2	<p>- Contribuir para a supressão de passagens de nível. Contribuir para a supressão de pontos negros nas estradas. Promover sistemas de informação e segurança. Desenvolver sistemas de prevenção e combate a acidentes. Melhoria das Condições de Segurança do Porto de Leixões Instalações de Apoio ao Trem Naval de Combate à Poluição e de Reboque Modernização de Material Circulante CORAIL - Componente Segurança Remodelação de Locomotivas Eléctricas 2600 - Componente Segurança Beneficiação da EENN17, 17-1 e 347 Beneficiação da EN231 Beneficiação da EN324 EN109/EN111 - Reabilitação da Ponte da Figueira da Foz e Acessos EN110 - Beneficiação entre o km 103,200 (Cruz. com a EN358) e o km 115,270 (Cruz. com a EN3) EN115 - Reabilitação da Ponte da Sancheira (reprogramação) EN230 - Beneficiação do Pavimento entre o km154+100 e o km167+250 (Pedras Lavradas) EN7 Viaduto Duarte Pacheco - Reabilitação e Beneficiação Geral (reprogramação) Melhoria da Segurança e Qualidade da EN222 no Distrito de Viseu Reabilitação de Obras de Arte no Distrito de Beja - 1ª Fase Reabilitação de Obras de Arte no Distrito de Faro</p>
5	<p>- Garantir as condições necessárias ao bom desempenho da gestão, acompanhamento, controlo e avaliação do programa. Permitir o desenvolvimento de um conjunto de acções de enquadramento e divulgação do programa. Apoio à Gestão, Acompanhamento e Controlo - 2004-2006 (Despesas In) Avaliações Externas, Publicidade e Divulgação - 2004-2006 (Despesas Out)</p>



Em termos globais, é possível estabelecer a seguinte matriz de correspondência entre os objectivos de cada medida e o número de projectos aprovado até 31 de Dezembro de 2004 que concorrem para a sua concretização:

Nº de Projectos Aprovados por Objectivos Específicos das Medidas

Medida	Projectos	Nº de projectos		
		2000-2003	2004	TOTAL
1.1	Contribuir para a conclusão da rede rodoviária fundamental no PP nº 8	2	0	2
	Contribuir para a conclusão da rede ferroviária fundamental no PP nº 8	5	0	5
	Promover a intervenção nos aeroportos e portos principais	2	0	2
1.2	Promover a articulação dos eixos transversais e diagonais estruturantes de importância nacional com o PP nº 8	13	0	13
2.1	Melhorar as acessibilidades terrestres aos portos	1	1	2
	Melhorar as acessibilidades marítimas aos portos	3	0	3
	Desenvolver as infraestruturas portuárias de articulação modal	4	1	5
2.2	Contribuir para a conclusão da rede complementar rodoviária	17	3	20
2.3	Contribuir para a construção de plataformas logísticas	1	0	1
	Contribuir para a construção ou o reordenamento de áreas logísticas	0	0	0
3.1	Promover a renovação da via férrea entre centros urbanos	1	0	1
	Promover a construção de novos troços de via férrea junto das áreas metropolitanas	1	0	1
3.2	Melhorar as ligações rodoviárias entre os centros urbanos	12	3	15
	Melhorar as ligações dos centros urbanos de média dimensão aos nós	8	1	9
	Contribuir para a concretização de um plano nacional de variantes	18	2	20
4.1	Aquisição e reconversão de material circulante ferroviário	6	0	6
	Implementação de sistemas de gestão e controlo de tráfego	0	1	1
	Implementação de sistemas de monitorização da qualidade ambiental	2	1	3
4.2	Contribuir para a supressão de passagens de nível	3	0	3
	Contribuir para a supressão de pontos negros nas estradas	6	7	13
	Promover sistemas de informação e segurança	1	4	5
	Desenvolver sistemas de prevenção e combate a acidentes	1	2	3
AT	Garantir as condições necessárias ao bom desempenho da gestão, acompanhamento, controlo e avaliação do programa	3	1	4
	Permitir o desenvolvimento de um conjunto de acções de enquadramento e divulgação do programa	3	1	4



3. INDICADORES FÍSICOS E DE RESULTADO

Os indicadores físicos e de resultado devem permitir aferir em que medida o Programa Operacional está a concretizar os respectivos objectivos finais.

Assim, na análise do ponto de situação do Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes a 31 de Dezembro de 2004, em termos dos indicadores de realização física e de resultado, vai-se não só apresentar os valores registados por cada um dos indicadores mas também indicar o seu grau de realização face à meta final estabelecida. Desta forma será possível avaliar a forma como está a decorrer a execução material dos projectos apoiados pelo POAT.

Indicadores Físicos

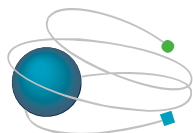
A situação em termos de indicadores físicos a 31 de Dezembro de 2004 pode ser observada no quadro seguinte.

Para o cálculo do nível global de aproximação à meta consideraram-se apenas os indicadores de realização para os quais existem dados disponíveis, ou seja não considerando aqueles indicadores que estão associados a tipologias de projectos que ainda não foram aprovadas no âmbito do POAT, nomeadamente os seguintes indicadores:

- Áreas logísticas construídas ou melhoradas;
- Plataformas logísticas construídas.

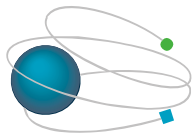
Por outro lado, no caso em que os indicadores já apresentam valores superiores aos da meta final considerou-se um nível de aproximação de 100%.

Em termos do perfil agregado dos indicadores pode-se observar que 12 dos indicadores se encontram acima do limiar de referência (dois dos quais já com a meta cumprida) e os restantes se encontram abaixo deste limiar.



Indicadores de Realização - Situação em 31/Dez/2004

Eixo	Med.	Indicador				
			Sit. Partida	2004	Meta	% Realiz.
Eixo 1	1.1	Extensão de estradas a construir no âmbito da rede fundamental do PP8 (Km)	950,00	1280	1510	59%
		Extensão de via-férrea a renovar (Km)		31,5	75	42%
		Extensão da modernização sistemas sinalização (km)		60	155	39%
		Extensão de via a electrificar (km)		75	155	48%
		Estações ferroviárias a intervencionar (nº)		15	8	100%
	Aeroportos intervencionados (nº)	1	2	50%		
	1.2	Extensão de estradas a construir no âmbito da rede fundamental excepto PP8 (Km)	580	841	1015	60%
Eixo 2	2.1	Melhoria das acessibilidades aos portos nacionais (nº)		2,6	5	52%
		Desenvolvimento das infra-estruturas portuárias de articulação modal nos portos nacionais (nº)		3,5	5	69%
	2.2	Extensão de estradas a construir no âmbito da rede complementar (Km)	1260	1547	2300	28%
	2.3	Áreas Logísticas a construir ou melhorar (nº)			8	0%
Plataformas logísticas a construir (nº)				5	0%	
Eixo 3	3.1	Extensão de via-férrea a renovar (Km)		16	50	31%
		Extensão de via-férrea a construir (Km)		0	55	0%
		Extensão da modernização sistemas de sinalização (km)		16	290	5%
		Extensão de via a electrificar (km)		16	160	10%
		Estações ferroviárias a intervencionar (nº)		7	10	70%
	3.2	Extensão de variantes urbanas a construir (km)		116	165	70%
		Extensão de estradas a construir e reabilitar no âmbito da rede de estradas nacionais (Km)		147	220	67%
Eixo 4	4.1	Composições ferroviárias a adquirir ou renovar (nº)		95	45	100%
		Implementação e monitorização de planos de prevenção e salvaguarda ambiental nos portos nacionais (nº)			5	0%
		Implementação de planos de segurança nos portos nacionais (nº)			5	0%
	4.2	Número de passagens de nível suprimidas (unid)	2670	-192	-400	48%



De seguida apresenta-se uma análise sumária da realização material do POAT medida a medida.

Medida 1.1

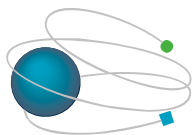
- No *domínio rodoviário* foram construídos até ao final do ano 2004 cerca de 330 km de Itinerários Principais no âmbito do Projecto Prioritário nº8, onde se incluem não só os km de estradas já construídos em projectos aprovados nesta Intervenção Operacional mas também os construídos no âmbito de concessões até esta data. O grau de aproximação à meta neste indicador é de 59%;
- No *domínio ferroviário* os projectos aprovados nesta medida já permitiram proceder à renovação de via em cerca de 32 km e intervencionar 15 estações. Simultaneamente, durante o ano de 2004 já se procedeu à modernização dos sistemas de sinalização/telecomunicações numa extensão de 60 km e à electrificação de via em 75 km. Nestes indicadores o grau de aproximação à meta varia entre os 39% (no caso da modernização dos sistemas de sinalização) e os 100% (para as estações ferroviárias intervencionadas);
- No *domínio aeroportuário*, regista-se a conclusão do projecto do “Plano de Expansão do Aeroporto de Faro” mas a taxa de comparticipação não foi, ainda, aprovada pela CE.

Medida 1.2

- No domínio rodoviário foram construídos até ao final do ano 2004 cerca de 841 km de Itinerários Principais que não se integram no Projecto Prioritário nº8, onde se incluem não só os km de estradas já construídos em projectos aprovados nesta Intervenção Operacional mas também os construídos no âmbito de concessões até esta data, o que representa uma taxa de realização de 60%.

Medida 2.1

- No âmbito desta medida estão previstas intervenções até 2006 com vista à melhoria das acessibilidades bem como o desenvolvimento das infra-estruturas portuárias de articulação modal nos cinco portos nacionais principais.



Até 31 de Dezembro de 2004 já se encontravam aprovados e em curso 10 projectos. Destes projectos, três contribuem para a melhoria das acessibilidades terrestres ou marítimas (aos portos de Douro e Leixões, Aveiro e Sines) e os restantes ao desenvolvimento de infra-estruturas portuárias de articulação modal (no Porto de Douro e Leixões, Sines e Aveiro). Assim, e tendo por base a percentagem de execução física dos projectos relativos a estes indicadores, de acordo com a metodologia definida no Documento Metodológico do Observatório do QCA relativamente à quantificação dos indicadores da Reserva de Eficiência, os indicadores portuários atingem níveis de realização de 52% e 69% respectivamente,

Medida 2.2

- Nesta medida foram construídas até ao final do ano 2004 cerca de 287 km de Itinerários Complementares, onde se incluem não só os km de estradas já construídos em projectos aprovados nesta Intervenção Operacional mas também os construídos no âmbito de concessões até esta data, o que se reflecte num nível de aproximação à meta de 28%.

Medida 2.3

- O projecto aprovado nesta medida não é quantificável fisicamente uma vez que se refere a um estudo preparatório de infraestruturização da ZAL de Sines.

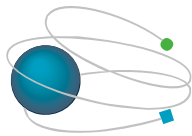
Medida 3.1

- Os indicadores realizados até ao final de 2004 reportam-se ao projecto "Remodelação do troço Cête-Caide". Neste projecto já se procedeu à renovação e à electrificação da via em 16 km e à intervenção em 7 estações.

O projecto da responsabilidade do Metropolitano de Lisboa "Prolongamento da Linha Amarela: Campo Grande-Odivelas" embora não contribua para os indicadores definidos para a medida, já estava em Dezembro de 2004 concluído e em exploração, portanto, com uma taxa de execução física de 100%.

Medida 3.2

- No âmbito desta medida foram construídas até 31 de Dezembro de 2004 cerca de 116 km de variantes e construídas e reabilitadas 147 km de estradas nacionais. A



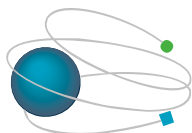
realização física observada, nos dois indicadores apresenta um grau de aproximação à meta de 70% e 67% respectivamente.

Medida 4.1

- No *domínio ferroviário*, e até ao final do ano 2004 já se procedeu à renovação/modernização de 62 unidades de material circulante e à aquisição de 34 unidades;
- No domínio *marítimo e portuário*, foram aprovados no decorrer de 2004 três projectos de monitorização ambiental nos portos de Setúbal e Sesimbra, Leixões e Aveiro.

Medida 4.2

- No *domínio rodoviário* foram aprovados dez projectos que pretendem contribuir para a supressão de pontos negros.
- No *domínio ferroviário* os projectos aprovados nesta medida já permitiram proceder à supressão de 192 passagens de nível, apresentado uma taxa de realização de 48%.

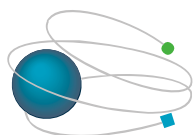


Indicadores de resultado

A situação em termos de indicadores de resultado a 31 de Dezembro de 2004 pode ser observada no quadro seguinte.

Indicadores de Resultado - Situação em 31/Dez/2004

Eixo	Medida	INDICADOR				
			Sit. Partida	2004	2006	% Realização
Eixo 1	1.1	Aumento dos movimentos de aeronaves				
		- Absoluto	72 937	76305	97 712	14%
		- Por hora	32	37	45	38%
		Redução dos tempos de percurso às principais fronteiras – rodovia (min)				
		- Guarda-Vilar Formoso	29	22	22	100%
		- Castelo Branco-Vilar Formoso	81	77	74	57%
		- Porto-Vilar Formoso	178	134	134	100%
		- Lisboa-Vilar Formoso	222	187	209	100%
		Redução dos tempos de percurso às principais fronteiras – ferrovia (min)				
		- Castelo Branco-Vilar Formoso	148	ND	130	
- Porto-Vilar Formoso	230	235	200	0%		
- Porto-Valença	125	120	85	13%		
- Lisboa-Vilar Formoso	310	282	260	56%		
1.2	Redução dos tempos de percurso – rodovia (min)	- Bragança – Guarda	154	118	134	100%
		- Castelo Branco – Évora	169	104	121	100%
		- Évora – Beja	58	49	52	100%
		- Beja – Faro	127	92	90	95%
Eixo 2	2.1	Variação da carga movimentada				
		- Carga geral (Mt/ano)	5,4	4,57	7	0%
		- Graneis Sólidos (Mt/ano)	16,2	16,70	20	13%
		- Graneis Líquidos (Mt/ano)	28,8	27,10	33	0%
		- Contentores (TEUS/ano)	739.865	902.957	8	0%
		Redução dos tempos de percurso aos principais portos – Ferrovia (min)				
		- Évora-Setúbal	180	**	120	
		- Beja-Sines	270	**	210	
		- Castelo Branco – Lisboa	360	**	300	
		- Lisboa-Elvas	360	250	240	92%
		- Porto (Leixões) -Valença	360	**	180	
		- Porto (Leixões) -Vilar Formoso	420	241	330	100%
		- Lisboa-Vilar Formoso	465	300	390	100%
		- Sines-Elvas	600	**	300	
		- Portalegre-Setúbal	720	**	360	
2.2	Redução dos tempos de percurso aos principais portos – Rodovia (min)	- Guarda-Aveiro	126	98	89	76%
		- Aveiro-Vilar Formoso	155	115	111	91%
		- Castelo Branco-Lisboa	141	110	135	100%
		- Lisboa-Vilar Formoso	222	187	209	100%
		- Portalegre-Setúbal	119	105	118	100%
		- Porto (Leixões) - Vilar Formoso	178	134	134	100%

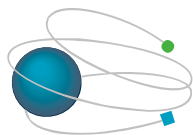


Indicadores de Resultado - Situação em 31/Dez/2004 (cont.)

Eixo	Medida	INDICADOR				
			Sit. Partida	2004	2006	% Realização
Eixo 3	3.1	Redução dos tempos de percurso – ferrovia (min)				
		- Lisboa – Porto	210	175	150	73%
		- Lisboa – Braga	290	216	190	74%
		- Lisboa – Guarda	270	241	210	48%
		- Lisboa – Covilhã	270	236	210	57%
		- Lisboa - Faro	250	180	180	100%
		- Lisboa - Beja	155	136	100	35%
		- Lisboa - Évora	150	132	80	26%
	- Porto – Braga	60	41	35	76%	
		3.2	Redução dos tempos de percurso – rodovia (min)			
		- Entre as cidades médias				
		Bragança – Guarda	154	118	134	100%
		Guarda - Castelo Branco	118	55	52	95%
		Castelo Branco – Évora	169	104	121	100%
		Évora – Beja	58	49	52	100%
		Beja – Faro	127	92	90	95%
		- Das cidades médias às AM				
		Viseu – Lisboa	216	157	208	100%
		Viseu – Porto	107	72	90	100%
		Guarda – Lisboa	244	165	208	100%
		Guarda – Porto	164	117	124	100%
		Castelo Branco – Lisboa	156	110	135	100%
		Castelo Branco – Porto	195	146	174	100%
		Beja – Lisboa	143	96	103	100%
		Beja – Porto	322	242	276	100%
Eixo 4	4.1	Áreas sob jurisdição portuária cobertas por sistemas integrados de gestão ambiental	0	0,81	Áreas dos Portos de Douro e Leixões, Aveiro, Lisboa, Setúbal e Sines	
		Aumento do número de comboios x km (10 ³ CK)				
		- Passageiros	32 080	28358	+ 3%	0%
	- Mercadorias	8 635	7143	+ 13%	0%	
			Aumento do número de circulações/dia útil			
			- Suburbano de Lisboa	953	848	+ 5%
		- Suburbano do Porto	278	228	+ 14%	18%
	4.2	Sinistralidade – rodovia				
		- Nº de acidentes com vítimas	49 319	38930	-1%/ano	100%
		- Nº de feridos graves	8 177	4 190	-7,5%/ano	100%
		- Nº de mortos	1 865	1 135	-6,5%/ano	100%

** A CP Carga não têm tráfego nestas origens/destino

De seguida apresenta-se uma análise sumária da realização material do POAT medida a medida.



Medida 1.1

No modo rodoviário foi verificada uma acentuada redução dos tempos médios de percurso na generalidade dos pares de Origem/Destino identificados no Complemento de Programação, estando as metas de 2006 atingidas ou em vias de ser alcançadas.

No que respeita ao transporte ferroviário pode-se observar-se uma ligeira redução do tempo de percurso entre Porto e Lisboa à fronteira de Vilar Formoso e entre Porto e fronteira de Valença. A ligação entre Castelo Branco e Vilar Formoso não se encontra operacional.

No que respeita ao tráfego aéreo verificou-se um elevado aumento do número de posições de estacionamento disponíveis. Regista-se também um crescimento no tráfego o que significa uma recuperação depois da estagnação que se seguiu ao atentado de 11 de Setembro nos EUA.

Medida 1.2

Também desta medida foi verificada uma acentuada redução dos tempos médios de percurso na generalidade dos pares de Origem/Destino identificados no Complemento de Programação, estando as metas de 2006 atingidas ou em vias de ser alcançadas

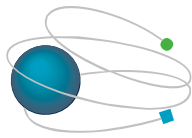
Medida 2.1

A variação da carga movimentada nos portos verificada a 31 de Dezembro de 2004 face à situação de partida, revela uma estagnação no caso da carga geral e granéis líquidos, um ligeiro crescimento no caso dos granéis sólidos e um forte crescimento no caso do transporte de contentores.

No que respeita aos tempos de percurso ferroviários, entre os principais portos e as ligações à fronteira com a Espanha e às cidades do interior, pode-se observar uma significativa redução dos tempos de percurso registados entre os pares OD identificados.

Medida 2.2

No que respeita aos tempos de percurso rodoviários, aos principais portos pode ser observada uma redução dos tempos de percurso registados no fim de 2004 entre os



pares OD identificados, com excepção da ligação entre Castelo Branco e Lisboa que se mantém inalterada face à situação de partida.

Medida 3.1

A situação verificada no final do ano 2004 relativamente aos tempos de percurso, no que respeita ao sector ferroviário, traduz-se numa redução generalizada para as deslocações entre os pares Origem/Destino identificados.

Medida 3.2

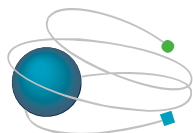
Relativamente aos tempos de percurso do transporte rodoviário entre cidades médias é possível observar reduções muito significativas entre todos os pares Origem/Destino seleccionados, com as metas de 2006 a serem alcançadas em quase todos os casos.

Medida 4.1

Relativamente aos indicadores "Aumento do número de comboios x km" e "Aumento do número de circulações/dia útil", os valores apresentados no fim do ano 2004 continuam a ser inferiores aos valores de partida, o que resulta de uma política de racionalização e de contenção dos custos operacionais que tem vindo a ser seguida pelo operador ferroviário CP.

Medida 4.2

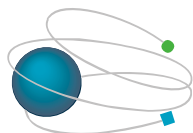
No que respeita à sinistralidade, os valores apresentados para o ano de 2004 são já inferiores às metas para 2006.



4. DIFICULDADES DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

A principal dificuldade do Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes diz respeito à medida 2.3.

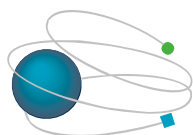
Na Medida 2.3 “Desenvolver uma Rede Nacional de Logística”, apenas foi aprovada até 31 de Dezembro de 2004 uma candidatura “ZAL de Sines - Estudos Preparatórios da Infraestruturação da Zona I”, tratando-se de um ponto fraco na execução do programa, que aposta nesta medida como um elemento essencial para a racionalização do sistema de transportes de mercadorias.



Capítulo III

EXECUÇÃO FINANCEIRA

1	SITUAÇÃO EM 31/DEZ/2004	21
2	DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO	24
3	PREVISÃO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DO FEDER	26
4	GRANDES PROJECTOS	27
5	DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO INVESTIMENTO APROVADO	29
6	INVESTIMENTO NA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO (PHASING-OUT)	30
7	FLUXOS FINANCEIROS COM A COMISSÃO EUROPEIA	31
8	EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO E POR MEDIDA	33
9	TAXAS DE COMPARTICIPAÇÃO	51
10	LISTAGEM DE PROJECTOS EM CURSO	56
11	EXECUÇÃO FINANCEIRA POR MEDIDA E POR TIPO DE REGIÃO	61



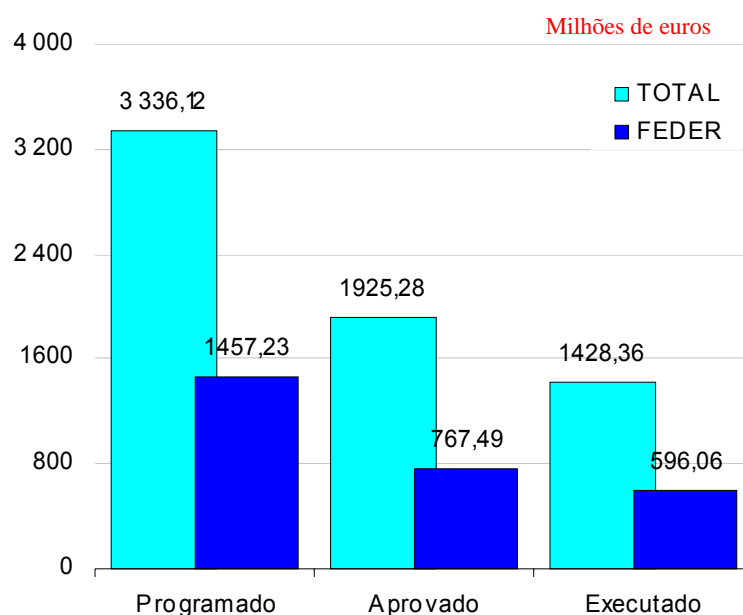
Capítulo III – EXECUÇÃO FINANCEIRA

1. SITUAÇÃO DO POAT EM 31/DEZ/2004

De acordo com a Decisão C(2004) 5409 de 17 de Dezembro de 2004, a contribuição do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional para o Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes, é de 1457,23 milhões de euros (entre 2000 e 2006), para um investimento total de 3336,12 milhões de euros.

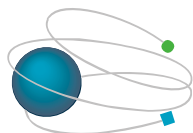
Em 31 de Dezembro de 2004 a situação do Programa no que respeita à aprovação e execução financeira era a indicada no gráfico e quadro seguintes.

POAT: Execução financeira em 31/12/2004



Os montantes aprovados para comparticipação representam respectivamente 57,7% e 52,7% do investimento total e do FEDER previstos para todo o período de programação.

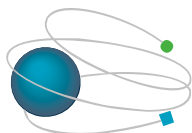
A relação Executado/Programado para o mesmo período, é de 42,8% no caso do investimento total e de 40,9% no caso do FEDER.



Nos quadros seguintes apresentam-se as relações Aprovado/Programado e Executado/Programado para os períodos em análise, bem como a situação do Programa no que respeita à programação, aprovação e execução, por anos e por fonte de financiamento.

Taxas de Aprovação e de Execução até 31/12/04

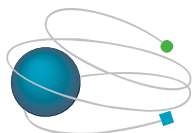
Período	Aprovado/Programado		Executado/Programado	
	Total	Feder	Total	Feder
2000/2004	72,6%	68,4%	55,9%	56,0%
2000/2006	57,7%	52,7%	42,8%	40,9%



PROGRAMA OPERACIONAL DE ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES
Execução Financeira em 31 de Dezembro de 2004

Euros

Anos	Prog. Aprov. Exec.	Taxa Comp. %	Custo Total (Elegível)	Participação Pública			Participação Privada
				Total	Participação FEDER	Participação Nacional	
1	2	3 = 6/4	4 = 5 + 8	5 = 6 + 7	6	7	8
2000	Prog.	37,0%	606.365.000	521.293.000	224.279.000	297.014.000	85.072.000
	Aprov	55,4%	65.546.886	65.546.886	36.282.573	29.264.312	
	Exec.	55,3%	67.375.464	67.375.464	37.288.291	30.087.172	
2001	Prog.	41,4%	553.308.000	494.673.000	229.078.000	265.595.000	58.635.000
	Aprov	52,9%	301.902.237	301.902.237	159.725.994	142.176.243	
	Exec.	53,0%	313.767.754	313.767.754	166.252.028	147.515.726	
2002	Prog.	38,4%	555.555.000	500.826.000	213.486.000	287.340.000	54.729.000
	Aprov	40,5%	436.063.599	436.063.599	176.709.828	259.353.771	
	Exec.	40,6%	437.511.705	437.511.705	177.506.286	260.005.419	
2004	Prog.	45,0%	472.998.894	468.535.446	212.767.250	255.768.196	4.463.448
	Aprov	42,9%	320.267.055	320.267.055	137.475.386	182.791.669	
	Exec.	42,7%	310.744.989	310.744.989	132.619.132	178.125.856	
2004	Prog.	50,2%	366.922.109	366.922.109	184.377.751	182.544.358	
	Aprov	29,7%	732.458.183	732.458.183	217.225.109	515.233.073	
	Exec.	27,6%	298.964.115	298.964.115	82.390.538	216.573.577	
2005	Prog.	50,3%	368.578.454	368.578.454	185.238.585	183.339.869	
	Aprov	56,6%	52.182.931	52.182.931	29.544.121	22.638.809	
	Exec.						
2006	Prog.	50,4%	412.389.051	412.389.051	208.007.759	204.381.292	
	Aprov	62,4%	16.862.579	16.862.579	10.524.795	6.337.784	
	Exec.						
Σ 2000/04	Prog.	41,6%	2.555.149.003	2.352.249.555	1.063.988.001	1.288.261.554	202.899.448
	Aprov	39,2%	1.856.237.959	1.856.237.959	727.418.890	1.128.819.068	
	Exec.	41,7%	1.428.364.026	1.428.364.026	596.056.276	832.307.750	
Σ 2000/2006	Prog.	43,7%	3.336.116.508	3.133.217.060	1.457.234.345	1.675.982.715	202.899.448
	Aprov.	39,9%	1.925.283.468	1.925.283.468	767.487.806	1.157.795.662	
	Exec.	41,7%	1.428.364.026	1.428.364.026	596.056.276	832.307.750	



2. DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO

O Investimento aprovado respeita a todos os modos de transporte, como se verifica no quadro seguinte.

Domínios de Intervenção do Investimento Aprovado até 31/12/2004

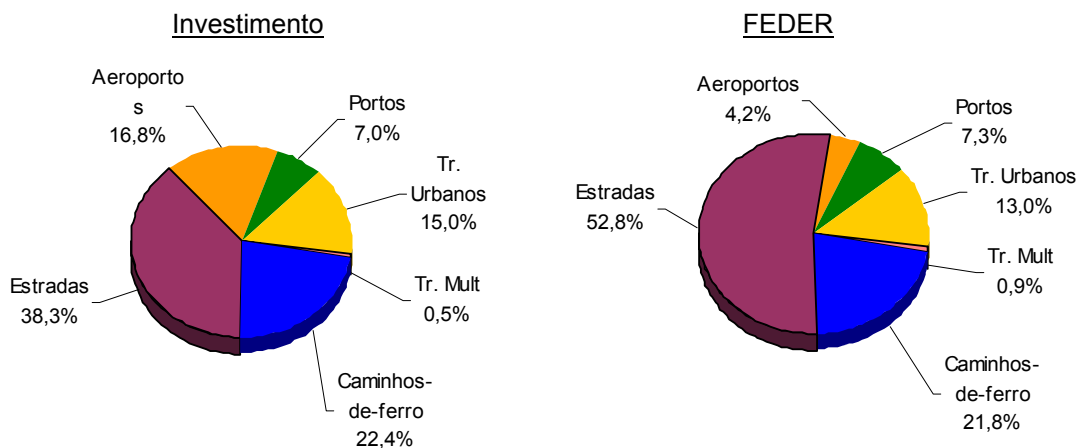
		<u>Euros</u>			
Domínio		Investimento Aprovado			
Código	Designação	Total Elegível	% Total	FEDER	% Total
311	Caminhos-de-ferro	430 528 716	22,4%	167 164 425	21,8%
312	Estradas	738 035 179	38,3%	404 952 877	52,8%
314	Aeroportos	322 880 555	16,8%	32 412 086	4,2%
315	Portos	135 308 341	7,0%	55 962 562	7,3%
317	Transportes Urbanos	289 288 055	15,0%	100 108 286	13,0%
318	Transporte Multimodal ⁽¹⁾	9 242 623	0,5%	6 887 570	0,9%
	Total	1 925 283 469	100,00%	767 487 806	100,00%

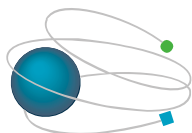
(1) Incluindo Assistência Técnica

Verifica-se que o peso do domínio estradas (52,7%) é maior no FEDER do que no Investimento Total Elegível (38,3%), o que resulta da ausência de outras fontes de financiamento que não o OE e o FEDER. Inversamente, há um muito menor peso do sector aeroportuário no FEDER, visto se terem praticado taxas de comparticipação mais baixas neste sector (10%).

O “Plano de Expansão do Aeroporto de Faro” aguarda ainda a confirmação da taxa de comparticipação pela CE, se bem que a execução física deste projecto esteja quase concluída.

Distribuição por Domínios de Intervenção da Despesa Aprovada





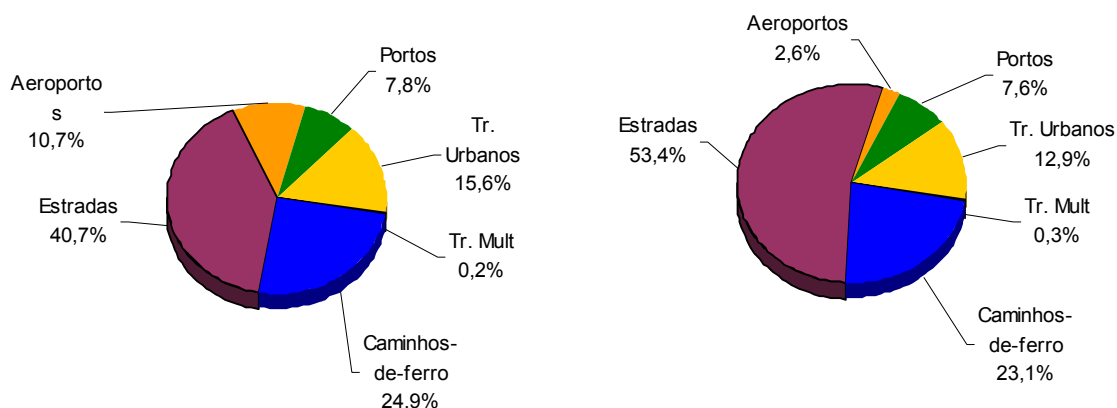
Domínios de Intervenção da Despesa Executada até 31/12/2004

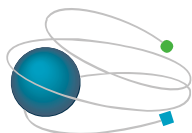
Euros

Domínio		Despesa Executada			
Cod.	Designação	Total Elegível	% Total	FEDER	% Total
311	Caminhos-de-ferro	355 831 355	24,9%	137 716 995	23,1%
312	Estradas	581 975 817	40,7%	318 489 713	53,4%
314	Aeroportos	153 350 103	10,7%	15 411 685	2,6%
315	Portos	111 899 179	7,8%	45 558 354	7,6%
317	Transportes Urbanos	222 912 756	15,6%	77 127 814	12,9%
318	Transporte Multimodal ⁽¹⁾	2 394 817	0,2%	1 751 715	0,3%
-	Total (1)	1 428 364 026	100,00%	596 056 276	100,00%

(1) Incluindo Assistência Técnica

Distribuição por Domínios de Intervenção da Despesa Executada até 31/12/2004



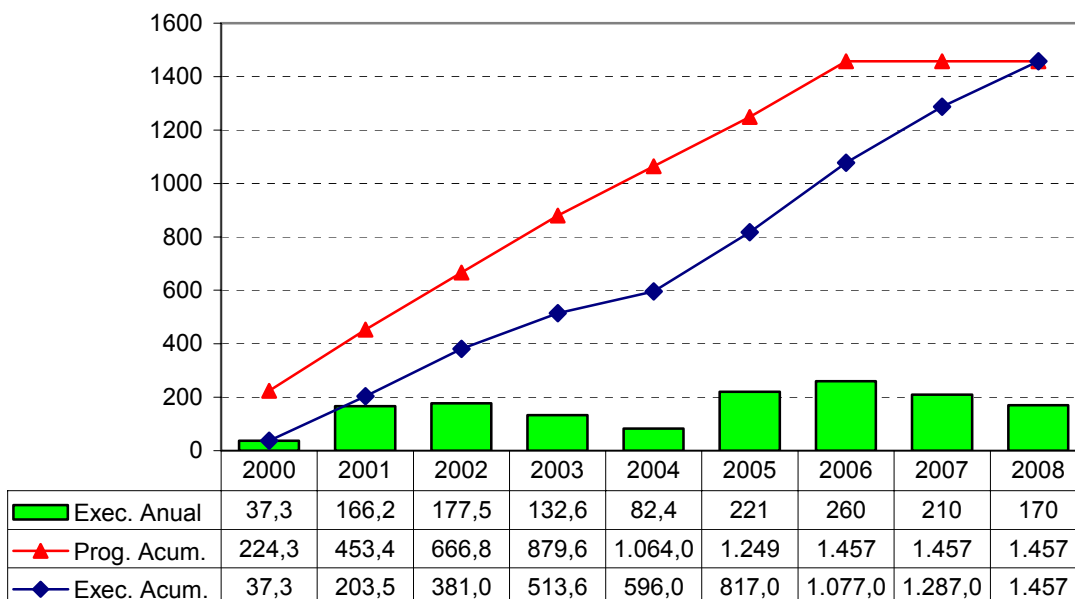


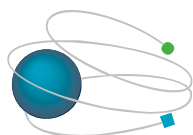
3. PREVISÃO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DO FEDER

Até 31 de Dezembro de 2004 foi validada despesa no valor de 1428,36 milhões de euros, a que correspondeu uma comparticipação FEDER de 596,06 milhões de euros. Deste montante 298,96 milhões de euros representa despesa executada em 2004, a que correspondeu uma comparticipação do FEDER de 82,39 milhões de euros.

Para o ano de 2005 espera-se uma execução FEDER de cerca de 221 milhões de euros, o que elevará a execução FEDER acumulada em 31 de Dezembro de 2005 para 817 milhões de euros. Tal significa que o montante do FEDER programado para os anos 2000/2003 está assegurado (regra do N+2 prevista no segundo parágrafo do n.º 2 do art. 31º do Regulamento (CE) 1260/99).

Previsão de execução FEDER





4. GRANDES PROJECTOS

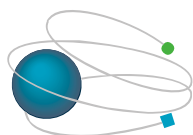
Até 31 de Dezembro de 2004 foram apreciados seis grandes projectos para os quais se solicitou à CE a confirmação da taxa de comparticipação. Aguarda-se ainda decisão no que respeita a um projecto aeroportuário como se indica no quadro seguinte.

Grandes Projectos: Investimento Aprovado

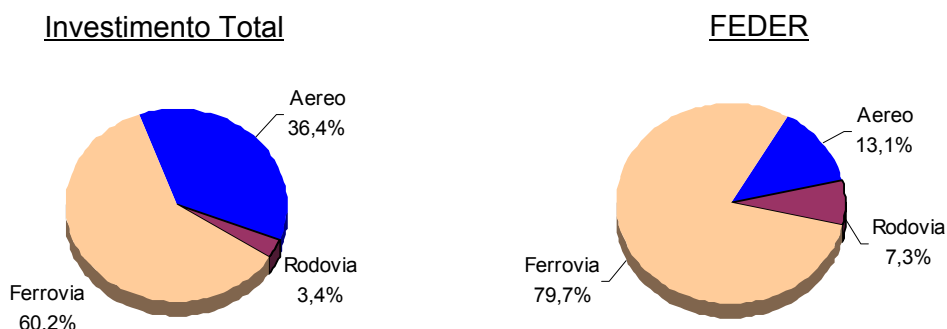
Euros

Projecto	Decisão	Benef.	% Comp.	Investimento Aprovado	
				Total	FEDER
Plano de Expansão do Aeroporto de Faro	1)	ANA	10%	74.820.000	7.482.000
Plano de Expansão do Aeroporto de Sá Carneiro	C(2004) 5308 de 22.12.2004	ANA	10,05%	248.060.555	24.930.086
IC10 - Ponte s/ o Rio Tejo em Santarém e acessos imediatos	C(2001) 2727 de 28.09.2001	IEP	60%	30.002.265	18.001.359
Linha do Douro: Remodelação do Troço Cête (excl.)- Caíde	C(2001) 2124 de 10.09.2001	REFER	50%	78.902.455	39.451.228
Prolongamento da Linha Amarela – Campo Grande/Odivelas	C(2002) 776 de 02.05.2002	ML	34,6%	289.017.341	100.000.000
Aquisição 34 UME's para unidade suburb. do Grande Porto	C(2004) 3411 de 22.09.2004	CP	35%	166.270.974	58.194.841
TOTAL				887.073.590	248.059.514

1) Projecto a aguardar confirmação da taxa de comparticipação pela CE em 31/12/2004



Distribuição do Investimento Aprovado para Grandes Projectos

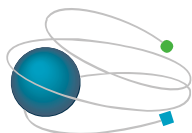


No conjunto, estes projectos representam 46,0% do investimento total e 32,3% do FEDER aprovados.

Grandes Projectos: Despesa realizada até 31/12/2004

Euros

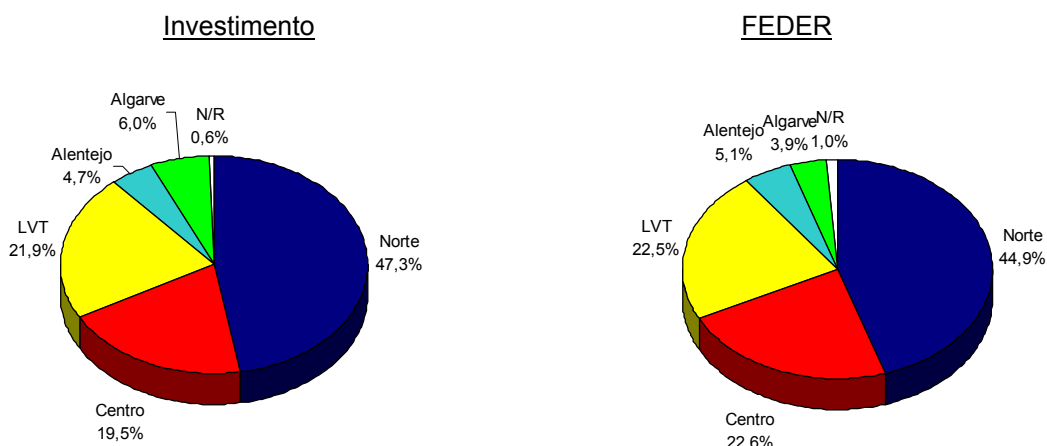
Projecto	Benef.	% Comp.	Execução em 31/12/2004	
			Total	FEDER
Plano de Expansão do Aeroporto de Faro	ANA	10%	0	0
Plano de Expansão do Aeroporto de Sá Carneiro	ANA	10,05%	153 350 103	15 411 685
IC10 - Ponte s/ o Rio Tejo em Santarém e acessos imediatos	IEP	60%	30 002 265	18 001 359
Linha do Douro: Remodelação do Troço Cête (excl.)- Caíde	REFER	50%	78 902 455	39 451 228
Prolongamento da Linha Amarela – Campo Grande/Odivelas	ML	34,60%	222 912 756	77 127 814
Aquisição 29 UME's para unidade suburb. do Grande Porto	CP	35%	159 963 642	55 987 275
TOTAL		31,9%	645 131 222	205 979 361



5. DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO INVESTIMENTO APROVADO

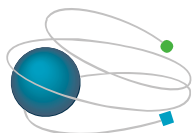
Se bem que seja difícil garantir em cada ano um equilíbrio regional do investimento, constata-se que se tem vindo a contemplar todas as regiões do país, como se pode verificar no gráfico e quadro seguintes, referente ao investimento aprovado.

Distribuição Regional do Investimento Aprovado



mil euros

Região	Investimento Elegível		FEDER	
	Montante	% Total	Montante	% Total
Norte	910 000 614	47,3%	344 714 274	44,9%
Centro	376 341 585	19,5%	173 213 050	22,6%
LVT	420 868 231	21,9%	172 826 140	22,5%
Alentejo	90 730 743	4,7%	39 279 543	5,1%
Algarve	115 773 895	6,0%	29 899 971	3,9%
N.Reg.	11 568 400	0,6%	7 554 828	1,0%
TOTAL	1 925 283 468	100,0%	767 487 806	100,0%



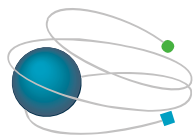
6. INVESTIMENTO NA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO (PHASING-OUT)

O caso particular da região de Lisboa e Vale do Tejo (região em phasing-out) caracteriza-se por um investimento total aprovado de cerca de 420,868 milhões de euros e uma comparticipação de 172,826 milhões de euros o que representa uma taxa de aprovação de 58% face ao investimento total aprovado (722,183 milhões de euros) e de 62,5% face ao FEDER programado (319,073 milhões de euros) para a região de Lisboa e Vale do Tejo.

A execução financeira desta região, bem como a das regiões não em phasing-out (todas de Objectivo 1) está expressa no quadro seguinte.

Execução financeira na Região de Lisboa e Vale do Tejo (phasing-out) Euros

Eixo Prioritário/Medida	Total	Despesa Pública		% Comp.
		Nacional	FEDER	
1	2 = 3+4	3	4	5 = 4/2
Eixo Prioritário nº 1				
<u>Integração dos Corredores Estruturantes do</u>				
- Regiões Objectivo 1	264 826 508,59	198 420 090,75	66 406 417,84	25,08%
- Região em <i>phasing-out</i> (LVT)	267 267,73	208 468,83	58 798,90	22,00%
Total Eixo Prioritário nº 1	265 093 776,32	198 628 559,58	66 465 216,74	25,07%
Eixo Prioritário nº 2				
<u>Reforçar a Coordenação Intermodal</u>				
- Regiões Objectivo 1	290 425 223,83	146 250 743,47	144 174 480,36	49,64%
- Região em <i>phasing-out</i> (LVT)	31 277 394,80	12 612 968,34	18 664 426,46	59,67%
Total Eixo Prioritário nº 2	321 702 618,63	158 863 711,81	162 838 906,82	50,62%
Eixo Prioritário nº 3				
<u>Reforço da Coesão Nacional</u>				
- Regiões Objectivo 1	306 356 621,57	143 741 301,40	162 615 320,17	53,08%
- Região em <i>phasing-out</i> (LVT)	284 519 493,25	173 891 263,55	110 628 229,70	38,88%
Total Eixo Prioritário nº 3	590 876 114,82	317 632 564,95	273 243 549,87	46,24%
Eixo Prioritário nº 4				
<u>Promoção da Qualidade, Eficiência e</u>				
- Regiões Objectivo 1	238 577 069,45	151 912 160,93	86 664 908,52	36,33%
- Região em <i>phasing-out</i> (LVT)	9 897 219,67	4 716 446,62	5 180 773,05	52,35%
Total Eixo Prioritário nº 4	248 474 289,12	156 628 607,55	91 845 681,57	36,96%
<u>Assistência Técnica</u>				
- Regiões Objectivo 1	1 732 319,92	433 079,98	1 299 239,94	75,00%
- Região em <i>phasing-out</i> (LVT)	484 907,67	121 226,91	363 680,76	75,00%
Total Assistência Técnica	2 217 227,59	554 306,89	1 662 920,70	75,00%
- <input type="checkbox"/> Regiões Objectivo 1	1 101 917 743,36	640 757 376,53	461 160 366,83	41,85%
- <input type="checkbox"/> Região em <i>phasing-out</i> (LVT)	326 446 283,12	191 550 374,25	134 895 908,87	41,32%
Total Programa	1 428 364 026,48	832 307 750,78	596 056 275,70	41,73%



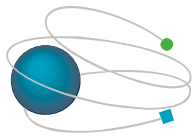
7. FLUXOS FINANCEIROS COM A COMISSÃO EUROPEIA

Até 31 de Dezembro de 2004 foram efectuados dezassete pedidos de pagamento intermédios à CE cujo valor ascendeu a 591 661 300 euros de FEDER. Três destes pedidos foram apresentados durante o ano de 2004 e o seu valor elevou-se a 79 320 270 euros.

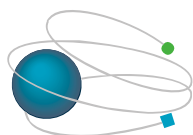
O valor reembolsado por parte da CE até 31 de Dezembro de 2004 elevou-se a 591 661 300 euros e respeita aos dois pedidos de pagamento intermédio do ano 2000 (efectuados em Outubro e Dezembro de 2000) quatro pedidos de pagamento intermédio do ano 2001 (efectuados em Abril, Julho, Outubro e Dezembro de 2001), quatro pedidos do ano 2002 (efectuados em Abril, Julho, Novembro e Dezembro de 2002), três pedidos intermédios do ano 2003 (efectuados em Abril, Julho e Novembro de 2003) e três pedidos intermédios em 2004 (dois deles efectuados em Julho e um em Outubro) e regularizações com efeitos nos anos 2000 e 2001.

Há também a registar a existência de 97 160,700 mil euros de pagamento por conta pela CE, efectuado ainda no ano 2000, que eleva o valor total dos pagamentos da CE (por conta e por reembolso) a 688 822 000 euros.

No quadro seguinte apresenta-se a situação consolidada dos fluxos financeiros com a CE em 31 de Dezembro de 2004.



Fluxos Financeiros com a Comissão Europeia																											
PO Acessibilidades e Transportes (POAT)																											
Situação Consolidada em 04-12-31																											
CRÉDITOS SOBRE A CE			PAGAMENTOS DA CE																								
			REALIZADOS			POR SATISFAZER																					
7% PROG. FEDER 2000-2006	PED. PAG. INTERMÉDIOS	TOTAL CRÉDITOS	POR CONTA	POR REEMBOLSO	TOTAL PAGAMENTOS																						
(1)	(2)	(3)=(1)+(2)	(4)	(5)	(6)=(4)+(5)	(7)=(3)-(6)																					
97 160,700	591 661,299	688 821,999	97 160,700	591 661,300	688 822,000	-0,001																					
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="3">Histórico dos Pagamentos por Conta</th> </tr> <tr> <th colspan="3">Un.: mil Euro</th> </tr> <tr> <th>Designação</th> <th>Data</th> <th>Mont.</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1ª parcela(3,5%)</td> <td>00-10-05</td> <td>48 593,475</td> </tr> <tr> <td>2ª parcela(3,5%)</td> <td>00-12-13</td> <td>48 593,475</td> </tr> <tr> <td>Reprog. (7%) a)</td> <td>2003</td> <td>-26,250</td> </tr> <tr> <td>TOTAL</td> <td></td> <td>97 160,700</td> </tr> </tbody> </table>							Histórico dos Pagamentos por Conta			Un.: mil Euro			Designação	Data	Mont.	1ª parcela(3,5%)	00-10-05	48 593,475	2ª parcela(3,5%)	00-12-13	48 593,475	Reprog. (7%) a)	2003	-26,250	TOTAL		97 160,700
Histórico dos Pagamentos por Conta																											
Un.: mil Euro																											
Designação	Data	Mont.																									
1ª parcela(3,5%)	00-10-05	48 593,475																									
2ª parcela(3,5%)	00-12-13	48 593,475																									
Reprog. (7%) a)	2003	-26,250																									
TOTAL		97 160,700																									
a) Reprogramação da dotação da medida Acessibilidades a favor dos PO's Regionais.																											
Histórico dos Pagamentos Intermédios																											
Pedidos			Reembolsados																								
Designação	Data	Mont.	Designação	Data	Mont.																						
1º 2000	00-10-31	22 563,488	1º 2000	01-07-24	22 563,487																						
		22 563,488	Regularização	02-01-08	20 231,623																						
					2 331,864																						
2º 2000	00-12-15	17 965,965	2º 2000	01-07-24	17 965,965																						
		17 965,965	Regularização	02-01-08	17 134,788																						
					831,177																						
1º 2001	01-04-19	39 625,065	1º 2001	01-07-24	39 625,065																						
		39 625,065	Regularização	02-01-08	35 165,729																						
					4 459,336																						
2º 2001	01-07-19	40 543,158	2º 2001	01-10-26	40 543,158																						
		40 543,158	Regularização	02-01-08	36 521,197																						
					4 021,961																						
3º/2001	01-10-19	25 495,455	3º/2001	02-01-08	25 495,455																						
4º/2001	01-12-28	37 679,224	4º/2001	02-06-07	37 679,224																						
		38 638,922			38 638,922																						
1º/2002	02-04-23	38 638,922	1º/2002	02-07-25	38 638,922																						
			Regularização	03-05-22	15 227,294																						
					23 411,628																						
2º/2002	02-07-22	74 641,231	2º/2002	02-10-22	74 641,231																						
		74 641,231	Regularização	03-05-22	69 220,404																						
					5 420,827																						
3º/2002	02-11-26	48 420,238	3º/2002	03-01-08	48 420,238																						
			Regularização	03-05-22	43 083,892																						
					5 336,346																						
4º/2002	02-12-30	13 725,641	4º/2002	03-02-12	13 725,641																						
			Regularização	03-05-22	12 516,630																						
					1 209,011																						
1º/2003	03-04-17	34 597,797	1º/2003	03-05-22	34 597,797																						
2º/2003	03-07-18	45 809,631	2º/2003	03-08-08	45 809,631																						
3º/2003	03-11-17	31 241,645	3º/2003	03-12-18	31 241,645																						
4º/2003	03-12-15	41 393,570	4º/2003	04-02-18	41 393,570																						
1º/2004	04-07-21	28 923,880	1º/2004	04-10-22	28 923,880																						
2º/2004	04-07-29	15 574,323	2º/2004	04-10-22	15 574,323																						
3º/2004	04-10-29	34 822,067	3º/2004	04-12-03	34 822,067																						
			Reembolsado Regularizado		544 639,150																						
					47 022,150																						
TOTAL		591 661,299	TOTAL		591 661,300																						



8. EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO E POR MEDIDA

i) Integração dos Corredores Estruturantes do Território na RTE-T

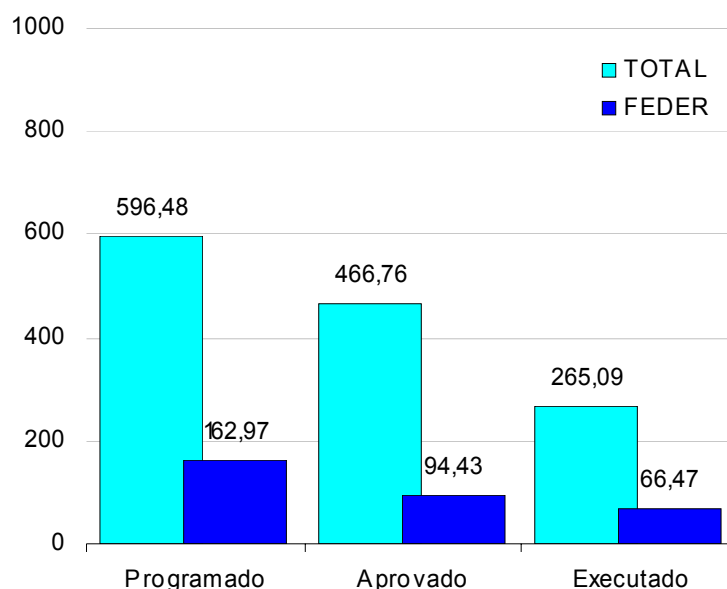
(Eixo Prioritário N.º 1)

Para o conjunto do período de programação, o Eixo Prioritário N.º 1 tem um volume de investimento total previsto de 596,484 milhões de euros a que deverá corresponder uma comparticipação do FEDER de 162,972 milhões de euros.

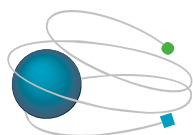
Foram já aprovados projectos no valor de 466,761 milhões de euros, o que corresponde a 78,3% do investimento total previsto para 2000/2006. A comparticipação FEDER aprovada é de 94,428 milhões de euros que corresponde a 57,9% do total FEDER.

E.P. N.º 1: Execução financeira em 31/DEZ/2004

Milhões de euros



No que respeita à execução financeira regista-se uma despesa total validada de 265,093 milhões de euros, que corresponde a 56,7% do investimento total aprovado para 2000/2006. A comparticipação do FEDER correspondente é de 66,465 milhões de euros que corresponde a 70,3% do FEDER total aprovado.

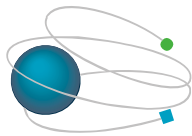


E.P. N.º 1: Taxas de Aprovação e de Execução até 30/06/04

Período	Aprovado/Programado		Executado/Programado	
	Total	Feder	Total	Feder
2000/2004	97,8%	68,4%	55,5%	48,2%
2000/2006	78,3%	57,9%	44,4%	40,8%

A relação Executado/Programado, respectivamente 44,4% para o investimento total e 40,8% para o FEDER, encontra-se prejudicada pelo facto de não ter ainda sido confirmada pela Comissão Europeia a taxa de comparticipação de um dos projectos aeroportuários.

Nos quadros apresentados de seguida sintetiza-se a situação deste eixo prioritário bem como das respectivas medidas, no que respeita à programação, aprovação e execução, por anos e por fonte de financiamento.



E.P. Nº1 - Integração dos Corredores Estruturantes do Território na RTE-T

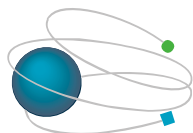
(Euros)

Anos Prog./Aprov./Exec.	%	Custo Total	Público					Participação Privada
			Total	FEDER	Participação Pública Nacional			
					Total	Central	Outros	
1	2=5/3	3	4 = 5 + 6	5	6 = 7 + 8	7	8	9
2000								
Prog.		118 954 425	100 894 759	37 981 041	62 913 718	45 324 048	17 589 670	18 059 666
Aprov.		4 458 261	4 458 261	2 316 951	2 141 309	2 141 309	2 141 309	
Exec.		4 458 261	4 458 261	2 316 951	2 141 309	2 141 309	2 141 309	
2001								
Prog.		107 490 680	95 043 240	38 797 631	56 245 609	44 116 318	12 129 291	12 447 440
Aprov.		34 651 620	34 651 620	18 359 453	16 292 167	16 292 167	16 292 167	
Exec.		34 651 620	34 651 620	18 359 453	16 292 167	16 292 167	16 292 167	
2002								
Prog.		108 617 068	96 998 821	36 144 524	60 854 297	49 545 485	11 308 812	11 618 247
Aprov.		31 812 367	31 812 367	12 843 667	18 968 699	9 683 262	9 285 437	
Exec.		31 812 367	31 812 367	12 843 667	18 968 699	9 683 262	9 285 437	
2003								
Prog.		85 687 311	85 687 311	13 314 556	72 372 755	2 817 829	69 554 926	
Aprov.		30 504 829	30 504 829	12 213 345	18 291 484	9 402 716	8 888 768	
Exec.		30 504 829	30 504 829	12 213 345	18 291 484	9 402 716	8 888 768	
2004								
Prog.		56 610 226	56 610 226	11 725 581	44 884 645	10 331 640	34 553 005	
Aprov.		365 334 316	365 334 316	48 695 221	316 639 095	13 273 145	303 365 950	
Exec.		163 666 701	163 666 701	20 731 801	142 934 900	4 996 482	137 938 418	
2005								
Prog.		56 817 771	56 817 771	11 780 326	45 037 445	10 366 812	34 670 633	
Aprov.								
2006								
Prog.		62 307 338	62 307 338	13 228 342	49 078 996	11 297 104	37 781 892	
Aprov.								
η 2000/2006								
Prog.	27,3%	596 484 819	554 359 466	162 972 001	391 387 465	173 799 236	217 588 229	42 125 353
Aprov.	20,2%	466 761 391	466 761 391	94 428 637	372 332 755	50 792 599	321 540 156	
Exec.	25,1%	265 093 777	265 093 777	66 465 217	198 628 560	42 515 936	156 112 624	

Integração dos Corredores Estruturantes do Território na RTE-T
Medida 1.1: Ligação Multimodal Portugal-Espanha / Resto da Europa

(Euros)

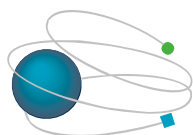
Anos Prog./Aprov./Exec.	%	Custo Total	Público					Participação Privada
			Total	FEDER	Participação Pública Nacional			
					Total	Central	Outros	
1	2=5/3	3	4 = 5 + 6	5	6 = 7 + 8	7	8	9
2000								
Prog.		78 525 023	60 465 357	15 052 261	45 413 096	27 823 426	17 589 670	18 059 666
Aprov.		4 458 261	4 458 261	2 316 951	2 141 309	2 141 309	2 141 309	
Exec.		4 458 261	4 458 261	2 316 951	2 141 309	2 141 309	2 141 309	
2001								
Prog.		63 146 451	50 699 011	13 540 576	37 158 435	25 029 144	12 129 291	12 447 440
Aprov.		29 116 707	29 116 707	15 315 251	13 801 456	13 801 456	13 801 456	
Exec.		29 116 707	29 116 707	15 315 251	13 801 456	13 801 456	13 801 456	
2002								
Prog.		63 133 818	51 515 571	14 115 288	37 400 283	26 091 471	11 308 812	11 618 247
Aprov.		20 892 839	20 892 839	6 837 927	14 054 912	4 769 475	9 285 437	
Exec.		20 892 839	20 892 839	6 837 927	14 054 912	4 769 475	9 285 437	
2003								
Prog.		82 821 371	82 821 371	11 594 992	71 226 379	1 671 453	69 554 926	
Aprov.		13 720 942	13 720 942	3 217 077	10 503 865	1 615 097	8 888 768	
Exec.		13 720 942	13 720 942	3 217 077	10 503 865	1 615 097	8 888 768	
2004								
Prog.		56 610 226	56 610 226	11 725 581	44 884 645	10 331 640	34 553 005	
Aprov.		352 412 027	352 412 027	41 969 549	310 442 478	7 076 528	303 365 950	
Exec.		153 350 103	153 350 103	15 411 685	137 938 418		137 938 418	
2005								
Prog.		56 817 771	56 817 771	11 780 326	45 037 445	10 366 812	34 670 633	
Aprov.								
2006								
Prog.		62 307 338	62 307 338	13 228 342	49 078 996	11 297 104	37 781 892	
Aprov.								
→2000/2006								
Prog.	19,6%	463 361 998	421 236 645	91 037 366	330 199 279	112 611 050	217 588 229	42 125 353
Aprov.	16,6%	420 600 776	420 600 776	69 656 755	350 944 021	29 403 865	321 540 156	0
Exec.	19,5%	221 538 852	221 538 852	43 098 891	178 439 961	22 327 337	156 112 624	0



Integração dos Corredores Estruturantes do Território na RTE-T
Medida 1.2: Acelerar a Construção dos Eixos Transversais e Diagonais Estruturantes

(Euros)

Anos Prog./Aprov./Exec.	%	Custo Total	Público					Participação Privada
			Total	FEDER	Participação Pública Nacional			
					Total	Central	Outros	
1	2=5/3	3	4 = 5 + 6	5	6 = 7 + 8	7	8	9
2000								
Prog.		40 429 402	40 429 402	22 928 780	17 500 622	17 500 622		
Aprov.								
Exec.								
2001								
Prog.		44 344 229	44 344 229	25 257 055	19 087 174	19 087 174		
Aprov.		5 534 913	5 534 913	3 044 202	2 490 711	2 490 711		
Exec.		5 534 913	5 534 913	3 044 202	2 490 711	2 490 711		
2002								
Prog.		45 483 250	45 483 250	22 029 236	23 454 014	23 454 014		
Aprov.		10 919 527	10 919 527	6 005 740	4 913 787	4 913 787		
Exec.		10 919 527	10 919 527	6 005 740	4 913 787	4 913 787		
2003								
Prog.		2 865 940	2 865 940	1 719 564	1 146 376	1 146 376		
Aprov.		16 783 887	16 783 887	8 996 268	7 787 619	7 787 619		
Exec.		16 783 887	16 783 887	8 996 268	7 787 619	7 787 619		
2004								
Prog.		12 922 289	12 922 289	6 725 672	6 196 617	6 196 617		
Aprov.		10 316 598	10 316 598	5 320 115	4 996 482	4 996 482		
Exec.								
2005								
Prog.								
Aprov.								
Exec.								
2006								
Prog.								
Aprov.								
Exec.								
<input type="checkbox"/> 2000/2006								
Prog.	54,0%	133 122 821	133 122 821	71 934 635	61 188 186	61 188 186		
Aprov.	53,7%	46 160 616	46 160 616	24 771 882	21 388 734	21 388 734		
Exec.	53,6%	43 554 925	43 554 925	23 366 326	20 188 599	20 188 599		

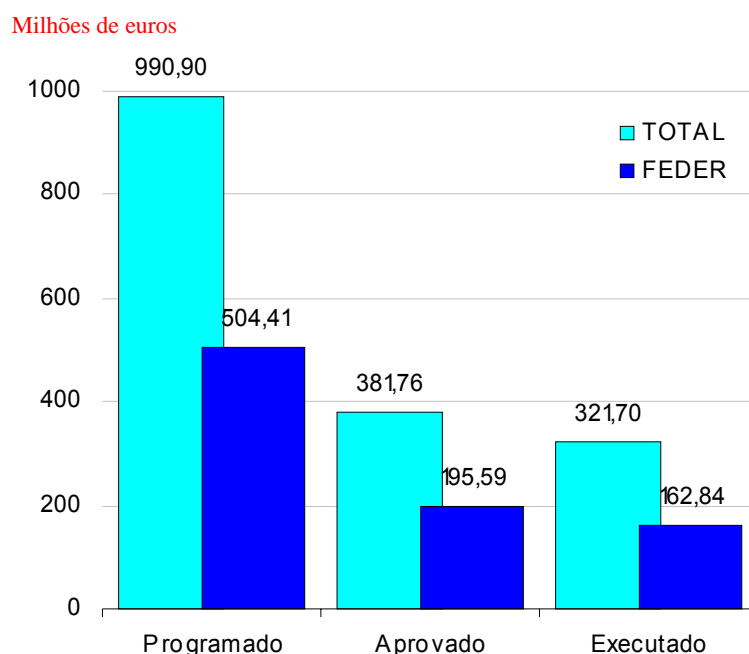


ii) Reforçar a Coordenação Intermodal
(Eixo Prioritário N.º 2)

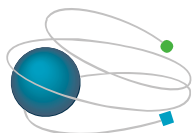
Para o conjunto do período de programação, o Eixo Prioritário N.º 2 tem um volume de investimento total previsto de 990,904 milhões de euros a que deverá corresponder uma comparticipação do FEDER de 504,410 milhões de euros.

Foram já aprovados projectos no valor de 381,761 milhões de euros, que corresponde a 38,5% do investimento total previsto para 2000/2006. A comparticipação FEDER respectiva é de 195,588 milhões de euros que corresponde a 38,8% do total do FEDER.

E.P. N.º 2: Execução financeira em 31/DEZ/2004



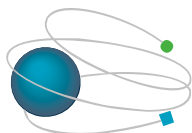
No que respeita à execução financeira regista-se uma despesa total de 321,702 milhões de euros que corresponde a 84,2% do investimento total aprovado para 2000/2006. A comparticipação do FEDER correspondente é de 162,838 milhões de euros que corresponde a 83,2% do FEDER total aprovado.



E.P. N.º 2: Taxas de Aprovação e de Execução

Período	Aprovado/Programado		Executado/Programado	
	Total	Feder	Total	Feder
2000/2004	52,0%	56,1%	46,9%	50,6%
2000/2006	38,5%	38,8%	32,5%	32,3%

Nos quadros apresentados de seguida sintetiza-se a situação deste eixo prioritário, bem como das respectivas medidas, no que respeita à programação, aprovação e execução, por anos e por fonte de financiamento.



Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes

E.P. Nº 2 - REFORÇAR A COORDENAÇÃO INTERMODAL

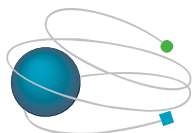
(Euros)

Anos Prog./Aprov./Exec.	%	Custo Total	Público					Participação Privada
			Total	FEDER	Participação Pública Nacional			
					Total	Central	Outros	
1	2=5/3	3	4 = 5 + 6	5	6 = 7 + 8	7	8	9
2000								
Prog.		144 663 851	128 620 535	57 412 518	71 208 017	55 582 039	15 625 978	16 043 316
Aprov.		29 686 885	29 686 885	16 521 503	13 165 382	13 165 382		
Exec.		29 686 885	29 686 885	16 521 503	13 165 382	13 165 382		
2001								
Prog.		134 580 732	123 523 042	58 646 882	64 876 160	54 100 969	10 775 191	11 057 690
Aprov.		99 572 756	99 572 756	54 691 294	44 881 462	42 024 794	2 856 668	
Exec.		99 573 753	99 573 753	54 691 842	44 881 911	42 025 243	2 856 668	
2002								
Prog.		135 762 700	125 441 623	54 636 419	70 805 204	60 758 895	10 046 309	10 321 077
Aprov.		103 597 308	103 597 308	48 718 744	54 878 564	37 174 442	17 704 123	
Exec.		103 597 308	103 597 308	48 718 744	54 878 564	37 174 442	17 704 123	
2003								
Prog.		128 745 313	124 281 865	65 837 470	58 444 395	47 328 446	11 115 949	4 463 448
Aprov.		58 056 470	58 056 470	28 835 377	29 221 093	22 073 270	7 147 823	
Exec.		58 056 470	58 056 470	28 835 377	29 221 093	22 073 270	7 147 823	
2004								
Prog.		142 731 031	142 731 031	85 506 422	57 224 609	54 064 526	3 160 083	
Aprov.		65 760 657	65 760 657	31 769 703	33 990 955	21 140 249	12 850 706	
Exec.		30 788 202	30 788 202	14 071 441	16 716 761	9 400 788	7 315 973	
2005								
Prog.		143 397 423	143 397 423	85 905 638	57 491 785	54 316 948	3 174 837	
Aprov.		19 339 892	19 339 892	11 603 935	7 735 957	7 735 957		
2006								
Prog.		161 023 559	161 023 559	96 464 996	64 558 563	60 993 481	3 565 082	
Aprov.		5 747 236	5 747 236	3 448 341	2 298 894	2 298 894		
2000/2006								
Prog.	50,9%	990 904 609	949 019 078	504 410 345	444 608 733	387 145 304	57 463 429	41 885 531
Aprov.	51,2%	381 761 204	381 761 204	195 588 896	186 172 307	145 612 988	40 559 319	
Exec.	50,6%	321 702 619	321 702 619	162 838 907	158 863 712	123 839 125	35 024 586	

REFORÇAR A COORDENAÇÃO INTERMODAL
Medida 2.1: Melhoria das Acessibilidades e Intervenções nos Portos

(Euros)

Anos Prog./Aprov./Exec.	%	Custo Total	Público					Participação Privada
			Total	FEDER	Participação Pública Nacional			
					Total	Central	Outros	
1	2=5/3	3	4 = 5 + 6	5	6 = 7 + 8	7	8	9
2000								
Prog.		55 604 147	48 583 820	19 380 715	29 203 105	22 365 399	6 837 706	7 020 327
Aprov.		0	0	0	0	0	0	
Exec.								
2001								
Prog.		53 860 422	49 021 734	20 569 455	28 452 279	23 737 209	4 715 070	4 838 688
Aprov.		10 302 549	10 302 549	4 234 939	6 067 610	3 210 942	2 856 668	
Exec.		10 302 549	10 302 549	4 234 939	6 067 610	3 210 942	2 856 668	
2002								
Prog.		50 338 172	45 821 815	19 231 959	26 589 856	22 193 734	4 396 122	4 516 357
Aprov.		56 945 592	56 945 592	22 908 419	34 037 173	16 421 844	17 615 328	
Exec.		56 945 592	56 945 592	22 908 419	34 037 173	16 421 844	17 615 328	
2003								
Prog.		45 378 752	45 378 752	22 689 376	22 689 376	15 872 053	6 817 323	
Aprov.		21 262 009	21 262 009	8 614 805	12 647 204	5 499 381	7 147 823	
Exec.		21 262 009	21 262 009	8 614 805	12 647 204	5 499 381	7 147 823	
2004								
Prog.		26 414 989	26 414 989	16 112 191	10 302 798	7 418 035	2 884 763	
Aprov.		37 508 781	37 508 781	15 650 706	21 858 076	9 007 370	12 850 706	
Exec.		21 508 065	21 508 065	8 899 216	12 608 850	5 292 877	7 315 973	
2005								
Prog.		26 538 317	26 538 317	16 187 416	10 350 901	7 452 669	2 898 232	
Aprov.								
2006								
Prog.		29 800 356	29 800 356	18 177 143	11 623 213	8 368 736	3 254 477	
Aprov.								
2000/2006								
Prog.	46,0%	287 935 155	271 559 783	132 348 255	139 211 528	107 407 835	31 803 693	16 375 372
Aprov.	40,8%	126 018 931	126 018 931	51 408 869	74 610 062	34 139 538	40 470 525	0
Exec.	40,6%	110 018 215	110 018 215	44 657 379	65 360 836	30 425 044	34 935 792	0



Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes

REFORÇAR A COORDENAÇÃO INTERMODAL
Medida 2.2: Desenvolvimento da Rede Complementar Rodoviária

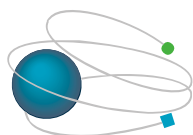
(Euros)

Anos Prog./Aprov./Exec.	%	Custo Total	Público					Participação Privada
			Total	FEDER	Participação Pública Nacional			
					Total	Central	Outros	
1	2=5/3	3	4 = 5 + 6	5	6 = 7 + 8	7	8	9
2000								
Prog.		57 645 213	57 645 213	31 713 363	25 931 850	25 931 850		
Aprov.		29 686 885	29 686 885	16 521 503	13 165 382	13 165 382		
Exec.		29 686 885	29 686 885	16 521 503	13 165 382	13 165 382		
2001								
Prog.		34 386 719	34 386 719	22 259 778	12 126 941	12 126 941		
Aprov.		89 270 207	89 270 207	50 456 355	38 813 852	38 813 852		
Exec.		89 271 205	89 271 205	50 456 903	38 814 301	38 814 301		
2002								
Prog.		33 975 024	33 975 024	16 827 735	17 147 289	17 147 289		
Aprov.		46 474 128	46 474 128	25 721 530	20 752 597	20 752 597		
Exec.		46 474 128	46 474 128	25 721 530	20 752 597	20 752 597		
2003								
Prog.		52 151 912	52 151 912	31 291 147	20 860 765	20 860 765		
Aprov.		36 794 461	36 794 461	20 220 572	16 573 889	16 573 889		
Exec.		36 794 461	36 794 461	20 220 572	16 573 889	16 573 889		
2004								
Prog.		114 895 038	114 895 038	68 683 729	46 211 309	46 211 309		
Aprov.		28 251 876	28 251 876	16 118 997	12 132 879	12 132 879		
Exec.		9 280 137	9 280 137	5 172 225	4 107 912	4 107 912		
2005								
Prog.		115 431 468	115 431 468	69 004 403	46 427 065	46 427 065		
Aprov.		19 339 892	19 339 892	11 603 935	7 735 957	7 735 957		
2006								
Prog.		129 620 082	129 620 082	77 486 293	52 133 789	52 133 789		
Aprov.		5 747 236	5 747 236	3 448 341	2 298 894	2 298 894		
0 2000/2006								
Prog.	59,0%	538 105 456	538 105 456	317 266 448	220 839 008	220 839 008		
Aprov.	56,4%	255 564 683	255 564 683	144 091 233	111 473 450	111 473 450		
Exec.	55,8%	211 506 815	211 506 815	118 092 734	93 414 081	93 414 081		

REFORÇAR A COORDENAÇÃO INTERMODAL
Medida 2.3: Desenvolver uma rede nacional de logística

(Euros)

Anos Prog./Aprov./Exec.	%	Custo Total	Público					Participação Privada
			Total	FEDER	Participação Pública Nacional			
					Total	Central	Outros	
1	2=5/3	3	4 = 5 + 6	5	6 = 7 + 8	7	8	9
2000								
Prog.		31 414 491	22 391 502	6 318 440	16 073 062	7 284 790	8 788 272	9 022 989
Aprov.								
Exec.								
2001								
Prog.		46 333 591	40 114 589	15 817 649	24 296 940	18 236 819	6 060 121	6 219 002
Aprov.								
Exec.								
2002								
Prog.		51 449 504	45 644 784	18 576 725	27 068 059	21 417 872	5 650 187	5 804 720
Aprov.		177 589	177 589	88 794	88 794		88 794	
Exec.		177 589	177 589	88 794	88 794		88 794	
2003								
Prog.		31 214 649	26 751 201	11 856 947	14 894 254	10 595 628	4 298 626	4 463 448
Aprov.								
Exec.								
2004								
Prog.		1 421 004	1 421 004	710 502	710 502	435 182	275 320	
Aprov.								
Exec.								
2005								
Prog.		1 427 638	1 427 638	713 819	713 819	437 214	276 605	
Aprov.								
2006								
Prog.		1 603 121	1 603 121	801 560	801 561	490 956	310 605	
Aprov.								
□ 2000/2006								
Prog.	33,2%	164 863 998	139 353 839	54 795 642	84 558 197	58 898 461	25 659 736	25 510 159
Aprov.	50,0%	177 589	177 589	88 794	88 794		88 794	
Exec.	50,0%	177 589	177 589	88 794	88 794		88 794	



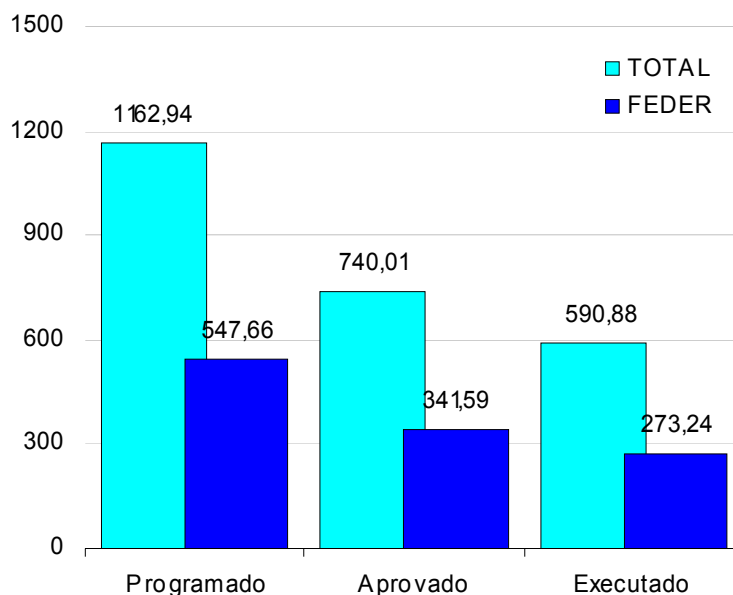
iii) Reforço da Coesão Nacional
(Eixo Prioritário N.º 3)

Para o conjunto do período de programação, o Eixo Prioritário N.º 3 tem um volume de investimento total previsto de 1 162,937 milhões de euros a que deverá corresponder uma comparticipação do FEDER de 547,661 milhões de euros.

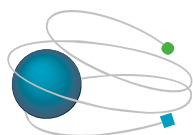
Foram já aprovados projectos no valor de 740,012 milhões de euros que corresponde a 63,6% do investimento total previsto para 2000/2006. A comparticipação do FEDER respectiva é de 341,591 milhões de euros que corresponde a 62,4% do total do FEDER.

E.P. N.º 3: Execução financeira em 31/DEZ/2004

Milhões de euros



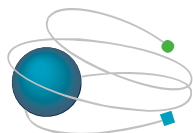
No que respeita à execução financeira regista-se uma despesa total validada de 590,876 milhões de euros que corresponde a 79,8% do investimento total aprovado para 2000/2006. A comparticipação do FEDER correspondente é de 273,243 milhões de euros que corresponde a 79,9% do FEDER total aprovado.



E.P. N.º 3: Taxas de Aprovação e de Execução

Período	Aprovado/Programado		Executado/Programado	
	Total	Feder	Total	Feder
2000/2004	76,0%	77,8%	62,7%	64,7%
2000/2006	63,6%	62,4%	50,8%	49,9%

Nos quadros apresentados de seguida sintetiza-se a situação deste eixo prioritário, bem como das respectivas medidas, no que respeita à programação, aprovação e execução, por anos e por fonte de financiamento.



Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes

EP. Nº 3 - REFORÇO DA COESÃO NACIONAL

(Euros)

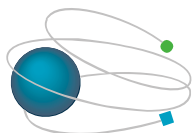
Anos Prog./Aprov./Exec.	%	Custo Total	Público					Participação Privada
			Total	FEDER	Participação Pública Nacional			
					Total	Central	Outros	
1	2=5/3	3	4 = 5 + 6	5	6 = 7 + 8	7	8	9
2000								
Prog.		233.578.339	204.050.514	89.817.439	114.233.075	85.473.029	28.760.046	29.527.825
Aprov.		314.017.40	314.017.40	17.444.120	13.957.621	13.957.621		
Exec.		33.230.318	33.230.318	18.449.837	14.780.481	13.957.621		
2001								
Prog.		215.127.760	194.776.011	91.748.507	103.027.504	83.195.467	19.832.037	20.351.749
Aprov.		147.526.089	147.526.089	79.516.040	68.010.049	53.563.842	14.446.207	
Exec.		159.390.609	159.390.609	86.041.526	73.349.083	53.563.842	14.446.207	
2002								
Prog.		216.394.867	197.398.860	85.474.448	111.924.412	93.433.902	18.490.510	18.996.007
Aprov.		226.800.179	226.800.179	88.357.124	138.443.055	28.225.081	110.217.974	
Exec.		228.248.286	228.248.286	89.153.582	139.094.703	86.934.120	51.508.935	
2003								
Prog.		174.340.917	174.340.917	96.584.765	77.756.152	46.931.238	30.824.914	
Aprov.		124.396.033	124.396.033	55.224.000	69.172.033	32.696.047	36.475.986	
Exec.		124.396.033	124.396.033	55.224.000	69.172.033	32.696.047	36.475.986	
2004								
Prog.		103.259.764	103.259.764	58.744.285	44.515.479	22.780.462	21.735.017	
Aprov.		186.508.878	186.508.878	87.958.374	98.550.504	60.112.349	38.438.156	
Exec.		45.610.869	45.610.869	24.374.604	21.236.265	28.049.807		
2005								
Prog.		103.741.869	103.741.869	59.018.554	44.723.315	22.886.820	21.836.495	
Aprov.		19.228.791	19.228.791	10.768.123	8.460.668	8.460.668		
2006								
Prog.		116.493.622	116.493.622	66.273.002	50.220.620	25.700.025	24.520.595	
Aprov.		4.150.380	4.150.380	2.324.213	1.826.167	1.826.167		
Σ 2000/2006								
Prog.	47,1%	1.162.937.138	1.094.061.557	547.661.000	546.400.557	380.400.943	165.999.614	68.875.581
Aprov.	46,2%	740.012.092	740.012.092	341.591.994	398.420.098	198.841.775	199.578.323	
Exec.	46,2%	590.876.115	590.876.115	273.243.550	317.632.565	215.201.436	102.431.128	

REFORÇO DA COESÃO NACIONAL

Medida 3.1: Desenvolvimento de Ligações Ferroviárias entre Centros Urbanos

(Euros)

Anos Prog./Aprov./Exec.	%	Custo Total	Público					Participação Privada
			Total	FEDER	Participação Pública Nacional			
					Total	Central	Outros	
1	2=5/3	3	4 = 5 + 6	5	6 = 7 + 8	7	8	9
2000								
Prog.		110.259.291	80.731.466	25.362.901	55.368.565	26.608.519	28.760.046	29.527.825
Aprov.								
Exec.								
2001								
Prog.		95.341.075	74.989.326	26.917.657	48.071.669	28.239.632	19.832.037	20.351.749
Aprov.		36.115.518	36.115.518	18.057.759	18.057.759	3.611.552	14.446.207	
Exec.		36.115.518	36.115.518	18.057.759	18.057.759	3.611.552	14.446.207	
2002								
Prog.		98.968.783	79.972.776	30.004.349	49.968.427	31.477.917	18.490.510	18.996.007
Aprov.		198.704.416	198.704.416	73.244.232	125.460.184	15.242.210	110.217.974	
Exec.		198.704.416	198.704.416	73.244.232	125.460.184	73.951.248	51.508.935	
2003								
Prog.		80.197.852	80.197.852	40.098.926	40.098.926	9.274.012	30.824.914	
Aprov.		66.995.277	66.995.277	25.277.050	41.718.227	5.242.241	36.475.986	
Exec.		66.995.277	66.995.277	25.277.050	41.718.227	5.242.241	36.475.986	
2004								
Prog.		66.863.537	66.863.537	33.266.926	33.596.611	11.861.594	21.735.017	
Aprov.		66.104.585	66.104.585	22.872.186	43.232.398	4.794.243	38.438.156	
Exec.								
2005								
Prog.		67.175.713	67.175.713	33.422.245	33.753.468	11.916.973	21.836.495	
Aprov.								
2006								
Prog.		75.432.824	75.432.824	37.530.444	37.902.380	13.381.785	24.520.595	
Aprov.								
2000/2006								
Prog.	38,1%	594.239.075	525.363.494	226.603.448	298.760.046	132.760.432	165.999.614	68.875.581
Aprov.	37,9%	367.919.796	367.919.796	139.451.228	228.468.569	28.890.246	199.578.323	
Exec.	38,6%	301.815.211	301.815.211	116.579.041	185.236.170	82.805.042	102.431.128	



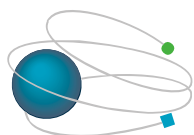
Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes

REFORÇO DA COESÃO NACIONAL

Medida 3.2: Melhoria das Ligações Rodoviárias entre Centros urbanos e Nós e Variantes

(Euros)

Anos Prog./Aprov./Exec.	%	Custo Total	Público					Participação Privada
			Total	FEDER	Participação Pública Nacional			
					Total	Central	Outros	
1	2=5/3	3	4 = 5 + 6	5	6 = 7 + 8	7	8	9
2000								
Prog.		123.319.048	123.319.048	64.454.538	58.864.510	58.864.510		
Aprov.		31.401.740	31.401.740	17.444.120	13.957.621	13.957.621		
Exec.		33.230.318	33.230.318	18.449.837	14.780.481	13.957.621		
2001								
Prog.		119.786.685	119.786.685	64.830.850	54.955.835	54.955.835		
Aprov.		111.410.571	111.410.571	61.458.281	49.952.290	49.952.290		
Exec.		123.275.090	123.275.090	67.983.767	55.291.324	49.952.290		
2002								
Prog.		117.426.084	117.426.084	55.470.099	61.955.985	61.955.985		
Aprov.		28.095.763	28.095.763	15.112.892	12.982.872	12.982.872		
Exec.		29.543.869	29.543.869	15.909.350	13.634.519	12.982.872		
2003								
Prog.		94.143.065	94.143.065	56.485.839	37.657.226	37.657.226		
Aprov.		57.400.756	57.400.756	29.946.951	27.453.806	27.453.806		
Exec.		57.400.756	57.400.756	29.946.951	27.453.806	27.453.806		
2004								
Prog.		36.396.227	36.396.227	25.477.359	10.918.868	10.918.868		
Aprov.		120.404.293	120.404.293	65.086.187	55.318.106	55.318.106		
Exec.		45.610.869	45.610.869	24.374.604	21.236.265	28.049.807		
2005								
Prog.		36.566.156	36.566.156	25.596.309	10.969.847	10.969.847		
Aprov.		19.228.791	19.228.791	10.768.123	8.460.668	8.460.668		
2006								
Prog.		41.060.798	41.060.798	28.742.558	12.318.240	12.318.240		
Aprov.		4.150.380	4.150.380	2.324.213	1.826.167	1.826.167		
Σ 2000/2006								
Prog.	56,5%	568.698.063	568.698.063	321.057.552	247.640.511	247.640.511		
Aprov.	54,3%	372.092.296	372.092.296	202.140.767	169.951.529	169.951.529		
Exec.	54,2%	289.060.904	289.060.904	156.664.509	132.396.395	132.396.395		



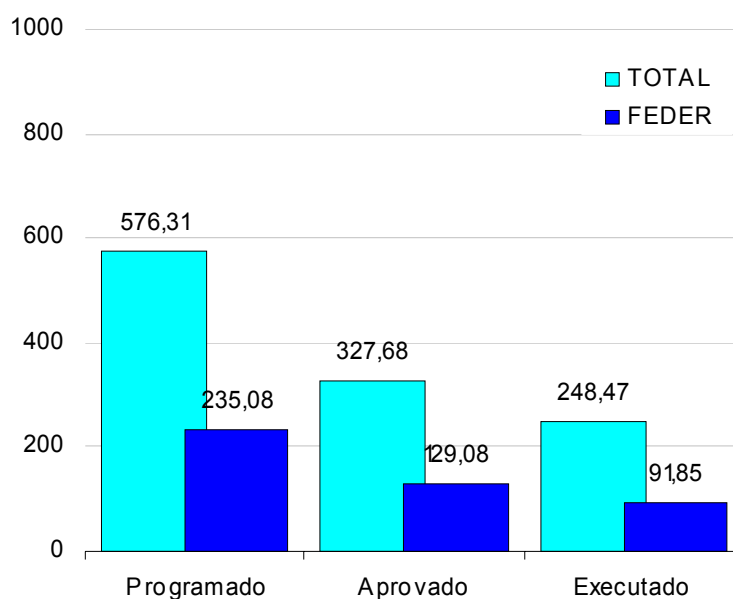
iv) **Promoção da qualidade, eficiência e segurança do sistema de transportes**
(Eixo Prioritário N.º 4)

Para o conjunto do período de programação, o Eixo Prioritário N.º 4 tem um volume de investimento total previsto de 576,313 milhões de euros a que deverá corresponder uma comparticipação do FEDER de 235,084 milhões de euros.

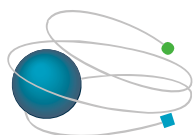
Foram já aprovados projectos no valor de 327,683 milhões de euros que corresponde a 56,9% do investimento total previsto para 2000/2006. A comparticipação do FEDER respectiva é de 129,079 milhões de euros que corresponde a 54,9% do total do FEDER.

E.P. N.º 4: Execução financeira em 31/DEZ/2004

Milhões de euros



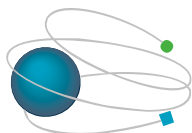
No que respeita à execução financeira regista-se uma despesa total validada de 248,476 milhões de euros que corresponde a 75,8% do investimento total aprovado para 2000/2006. A comparticipação FEDER correspondente é de 91,845 milhões de euros que corresponde a 71,2% do FEDER total aprovado.



E.P. N.º 4: Taxas de Aprovação e de Execução

Período	Aprovado/Programado		Executado/Programado	
	Total	Feder	Total	Feder
2000/2004	70,9%	69,1%	56,2%	52,0%
2000/2006	56,9%	54,9%	43,1%	39,1%

Nos quadros apresentados de seguida sintetiza-se a situação deste eixo prioritário, bem como das respectivas medidas, no que respeita à programação, aprovação e execução, por anos e por fonte de financiamento.



Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes

E.P. Nº 4 - PROMOÇÃO DA QUALIDADE, EFICIÊNCIA E SEGURANÇA DO SISTEMA DE TRANSPORTES

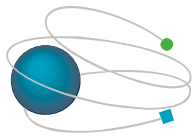
(Euros)

Anos Prog./Aprov./Exec.	%	Custo Total	Público					Participação Privada
			Total	FEDER	Participação Pública Nacional			
					Total	Central	Outros	
1	2=5/3	3	4 = 5 + 6	5	6 = 7 + 8	7	8	9
2000 Prog. Aprov. Exec.		107 743 242	86 302 049	37 999 145	48 302 904	27 419 598	20 883 306	21 441 193
2001 Prog. Aprov. Exec.		94 683 685 19 886 556 19 886 556	79 905 564 19 886 556 19 886 556	38 816 123 6 960 295 6 960 295	41 089 441 12 926 261 12 926 261	26 688 960 2 339 227 2 339 227	14 400 481 10 587 034 10 587 035	14 778 121
2002 Prog. Aprov. Exec.		93 355 222 73 090 477 73 090 477	79 561 553 73 090 477 73 090 477	36 161 752 26 217 842 26 217 842	43 399 801 46 872 635 46 872 635	29 973 432 13 098 215 13 098 215	13 426 369 33 774 420 33 774 420	13 793 669
2003 Prog. Aprov. Exec.		82 925 210 106 605 598 97 083 532	82 925 210 106 605 598 97 083 532	36 055 352 40 674 570 35 818 316	46 869 858 65 931 028 61 265 216	26 048 738 23 442 596 18 776 784	20 821 120 42 488 432 42 488 432	
2004 Prog. Aprov. Exec.		63 076 070 113 859 172 58 413 724	63 076 070 113 859 172 58 413 724	27 467 700 48 055 443 22 849 229	35 608 370 65 803 729 35 564 495	21 427 615 22 694 025 12 604 303	14 180 755 43 109 704 22 960 192	
2005 Prog. Aprov.		63 370 561 12 314 103	63 370 561 12 314 103	27 595 944 6 196 956	35 774 617 6 117 148	21 527 656 3 740 902	14 246 961 627 031	
2006 Prog. Aprov.		71 159 952 1 927 842	71 159 952 1 927 842	30 987 984 974 399	40 171 968 953 442	24 173 796 917 692	15 998 172 35 750	
2000/2006 Prog. Aprov. Exec.	40,8% 39,4% 37,0%	576 313 942 327 683 747 248 474 289	526 300 959 327 683 747 248 474 289	235 084 000 129 079 504 91 845 682	291 216 959 198 604 243 156 628 607	177 259 795 66 232 658 46 818 529	113 957 164 130 622 371 109 810 079	50 012 983

PROMOÇÃO DA QUALIDADE, EFICIÊNCIA E SEGURANÇA
Medida 4.1: Melhoria da Qualidade e Eficiência do Sistema de Transportes

(Euros)

Anos Prog./Aprov./Exec.	%	Custo Total	Público					Participação Privada
			Total	FEDER	Participação Pública Nacional			
					Total	Central	Outros	
1	2=5/3	3	4 = 5 + 6	5	6 = 7 + 8	7	8	9
2000 Prog. Aprov. Exec.		67 262 818	46 610 741	17 348 220	29 262 521	9 141 800	20 120 721	20 652 077
2001 Prog. Aprov. Exec.		55 193 254 19 886 556 19 886 556	41 184 950 19 886 556 19 886 556	18 670 239 6 960 295 6 960 295	22 514 711 12 926 261 12 926 261	8 858 165 2 339 227 2 339 227	13 656 546 10 587 034 10 587 035	14 008 304
2002 Prog. Aprov. Exec.		61 193 481 68 997 523 68 997 523	48 026 765 68 997 523 68 997 523	19 754 569 24 149 133 24 149 133	28 272 196 44 848 390 44 848 390	15 451 701 12 459 159 12 459 159	12 820 495 32 389 231 32 389 231	13 166 716
2003 Prog. Aprov. Exec.		39 979 611 86 204 054 86 204 054	39 979 611 86 204 054 86 204 054	14 146 827 30 178 485 30 178 485	25 832 784 56 025 569 56 025 569	6 657 859 15 147 265 15 147 265	19 174 925 40 878 304 40 878 304	
2004 Prog. Aprov. Exec.		34 278 836 54 174 556 43 471 804	34 278 836 54 174 556 43 471 804	14 667 537 18 981 696 15 222 198	19 611 299 35 192 859 28 249 607	6 682 349 9 453 165 7 585 351	12 928 950 25 739 694 20 664 255	
2005 Prog. Aprov.		34 438 877 315 517	34 438 877 315 517	14 736 018 110 431	19 702 859 205 086	6 713 547 167 178	12 989 312 37 908	
2006 Prog. Aprov.		38 672 040 55 000	38 672 040 55 000	16 547 341 19 250	22 124 699 35 750	7 538 764	14 585 935 35 750	
2000/2006 Prog. Aprov. Exec.	35,0% 35,0% 35,0%	331 018 917 229 633 204 218 559 937	283 191 820 229 633 204 218 559 937	115 870 751 80 399 290 76 510 110	167 321 069 149 233 914 142 049 826	61 044 185 39 565 994 37 531 002	106 276 884 109 667 920 104 518 825	47 827 097

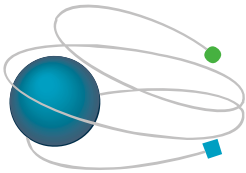


Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes

PROMOÇÃO DA QUALIDADE, EFICIÊNCIA E SEGURANÇA
Medida 4.2: Reforço das condições de segurança do Sistema de Transportes

(Euros)

Anos Prog./Aprov./Exec.	%	Custo Total	Público					Participação Privada
			Total	FEDER	Participação Pública Nacional			
					Total	Central	Outros	
1	2=5/3	3	4 = 5 + 6	5	6 = 7 + 8	7	8	9
2000 Prog. Aprov. Exec.		40 480 424	39 691 308	20 650 925	19 040 383	18 277 798	762 585	789 116
2001 Prog. Aprov. Exec.		39 490 431	38 720 614	20 145 884	18 574 730	17 830 795	743 935	769 817
2002 Prog. Aprov. Exec.		32 161 741 4 092 954 4 092 954	31 534 788 4 092 954 4 092 954	16 407 183 2 068 709 2 068 709	15 127 605 2 024 246 2 024 246	14 521 731 639 056 639 056	605 874 1 385 189 1 385 189	626 953
2003 Prog. Aprov. Exec.		42 945 599 20 401 544 10 879 478	42 945 599 20 401 544 10 879 478	21 908 525 10 496 085 5 639 831	21 037 074 9 905 460 5 239 647	19 390 879 8 295 331 3 629 519	1 646 195 1 610 128 1 610 128	
2004 Prog. Aprov. Exec.		28 797 234 59 684 616 14 941 920	28 797 234 59 684 616 14 941 920	12 800 163 29 073 746 7 627 031	15 997 071 30 610 870 7 314 888	14 745 266 13 240 860 5 018 952	1 251 805 17 370 010 2 295 937	
2005 Prog. Aprov.		28 931 684 11 998 587	28 931 684 11 998 587	12 859 926 6 086 525	16 071 758 5 912 062	14 814 109 3 573 725	1 257 649 589 123	
2006 Prog. Aprov.		32 487 912 1 872 842	32 487 912 1 872 842	14 440 643 955 149	18 047 269 917 692	16 635 032 917 692	1 412 237	
<input type="checkbox"/> 2000/2006 Prog. Aprov. Exec.	48,6% 49,6% 51,3%	245 295 025 98 050 543 29 914 352	243 109 139 98 050 543 29 914 352	119 213 249 48 680 214 15 335 571	123 895 890 49 370 329 14 578 781	116 215 610 26 666 664 9 287 527	7 680 280 20 954 451 5 291 254	2 185 886

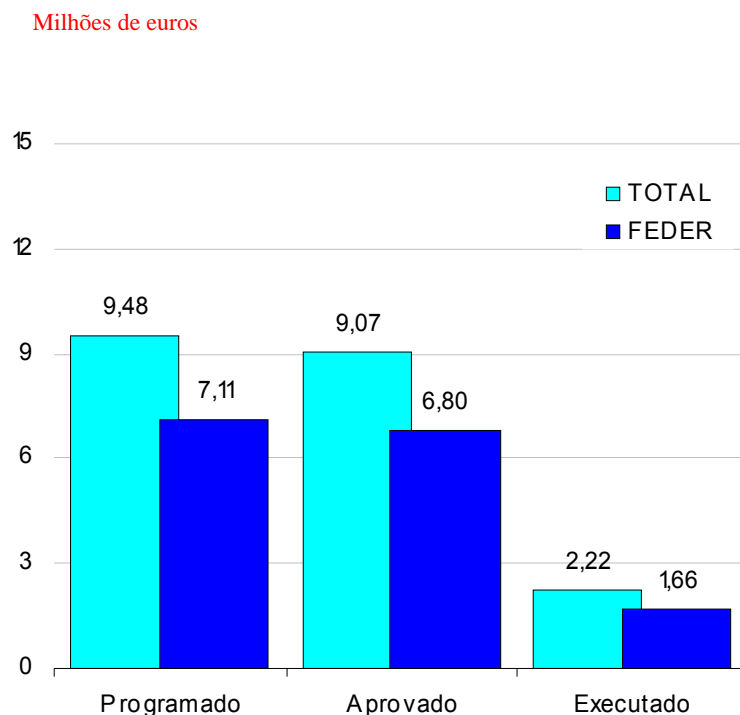


v) **Assistência Técnica**

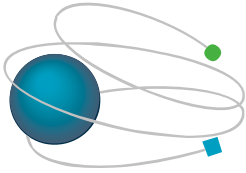
Para o conjunto do período de programação, a Assistência Técnica tem um volume de investimento total previsto de 9,476 milhões de euros a que deverá corresponder uma comparticipação do FEDER de 7,107 milhões de euros.

Foi aprovada despesa no valor de 9,065 milhões de euros que corresponde a 95,7% do investimento total previsto para 2000/2006. A comparticipação do FEDER respectiva é de 6,798 milhões de euros que corresponde, do mesmo modo, a 95,7% do total do FEDER previsto.

AT: Execução financeira em 31/DEZ/2004



No que respeita à execução financeira regista-se uma despesa total validada de 2,217 milhões de euros que corresponde a 24,4% do investimento total aprovado para 2000/2006. A comparticipação FEDER correspondente é de 1,662 milhões de euros que corresponde, do mesmo modo, a 24,4% do total FEDER previsto.



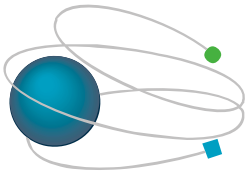
AT: Taxas de Aprovação e de Execução

Período	Aprovado/Programado		Executado/Programado	
	Total	Feder	Total	Feder
2000/2004	39,7%	39,7%	32,2%	32,2%
2000/2006	95,7%	95,7%	23,4%	23,4%

Assistência Técnica

(Euros)

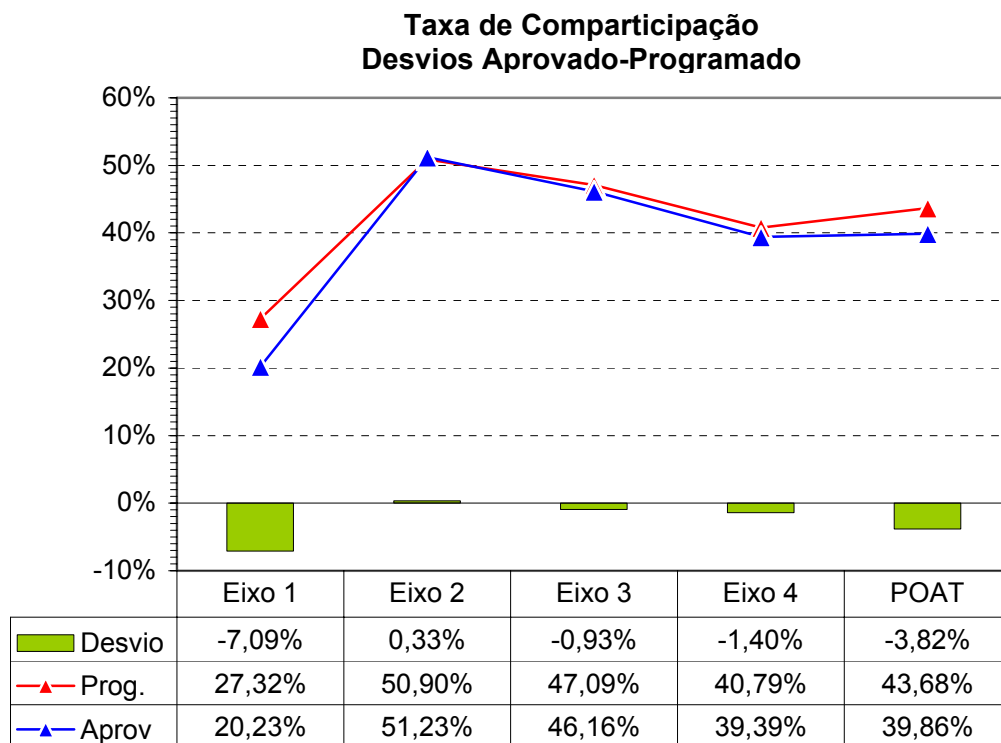
Anos Prog./Aprov./Exec.	%	Custo Total	Público					Participação Privada
			Total	FEDER	Participação Pública Nacional			
					Total	Central	Outros	
1	2=5/3	3	4 = 5 + 6	5	6 = 7 + 8	7	8	9
2000 Prog. Aprov. Exec.		1 425 143	1 425 143	1 068 857	356 286	356 286		
2001 Prog. Aprov. Exec.		1 425 143 265 216 265 216	1 425 143 265 216 265 216	1 068 857 198 912 198 912	356 286 66 304 66 304	356 286 66 304 66 304		
2002 Prog. Aprov. Exec.		1 425 143 763 268 763 268	1 425 143 763 268 763 268	1 068 857 572 451 572 451	356 286 190 817 190 817	356 286 190 817 190 817		
2003 Prog. Aprov. Exec.		1 300 143 704 125 704 125	1 300 143 704 125 704 125	975 107 528 094 528 094	325 036 176 031 176 031	325 036 176 031 176 031		
2004 Prog. Aprov. Exec.		1 300 143 995 160 484 618	1 300 143 995 160 484 618	975 107 746 370 363 464	325 036 248 790 121 155	325 036 248 790 121 155		
2005 Prog. Aprov.		1 300 143 1 300 143	1 300 143 1 300 143	975 107 975 107	325 036 325 036	325 036 325 036		
2006 Prog. Aprov.		1 300 143 5 037 122	1 300 143 5 037 122	975 107 3 777 841	325 036 1 259 280	325 036 1 259 280		
→2000/2006 Prog. Aprov. Exec.	75,0% 75,0% 75,0%	9 476 001 9 065 034 2 217 228	9 476 001 9 065 034 2 217 228	7 106 999 6 798 775 1 662 921	2 369 002 2 266 258 554 307	2 369 002 2 266 258 554 307		



9. TAXAS DE COMPARTICIPAÇÃO

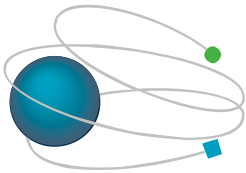
A presente apreciação da situação do POAT no que respeita às taxas de comparticipação, tem como referência a programação financeira em vigor em conformidade com a Decisão C(2004) 5409 de 17 de Dezembro de 2004.

Os desvios verificados registam uma clara modificação da situação anteriormente existente quer ao nível dos eixos prioritários quer globalmente para o Programa Operacional, como se pode observar no gráfico seguinte.



A diferença entre a taxa de co-financiamento do investimento aprovado e a prevista no plano de financiamento é de -3.82% no conjunto do Programa o que constitui uma alteração qualitativa face à situação verificada no final do ano 2003 que era de +1,5%.

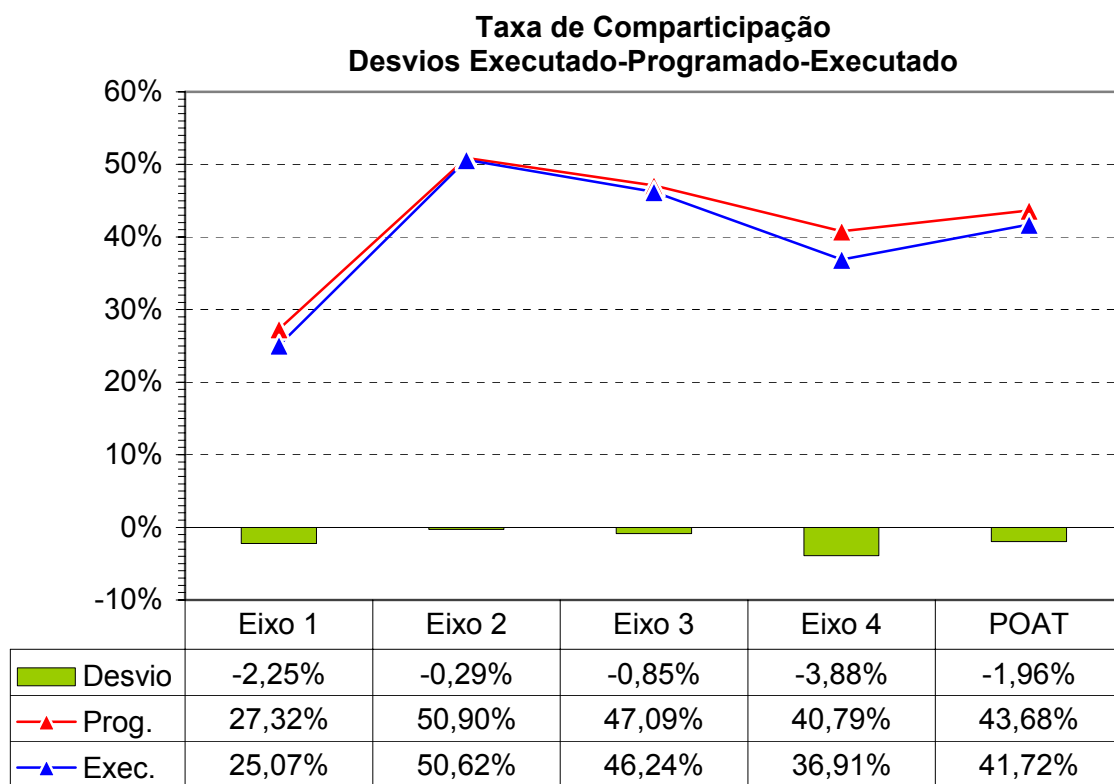
O Eixo 1 tem uma taxa de comparticipação média dos projectos aprovados de 20,73% e uma taxa de comparticipação média programada de 27,32%. Há, portanto, um desvio de -7,09%, o que permite adoptar taxas de comparticipação para os projectos a aprovar em 2005 e 2006 superiores às taxas médias previstas nas respectivas medidas.



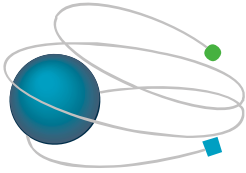
Situação idêntica poderá ocorrer nos Eixos 3 e 4.

Quanto ao Eixo 2 regista um desvio positivo (aprovado-programado), embora muito reduzido pelo que será facilmente corrigido caso as regras de encerramento o tornem necessário.

No que respeita à despesa certificada verifica-se igualmente uma alteração significativa nos desvios executado-programado. O desvio é agora de -1,96% para o conjunto do POAT e todos os Eixos registam um valor negativo, ou seja, a taxa de participação média da despesa certificada é inferior à taxa de participação programada.

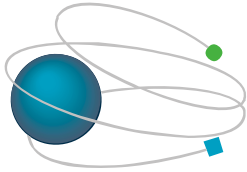


Refira-se que todos os projectos aprovados no âmbito do POAT respeitam rigorosamente os princípios estabelecidos no Regulamento nº 1260/99 e no Complemento de Programação do POAT, onde foi definida para cada medida uma taxa média de participação e o respectivo intervalo de variação.

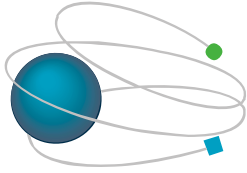


...

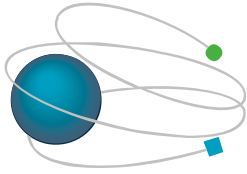
LISTAGEM DE PROJECTOS EM CURSO



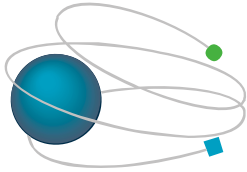
CÓDIGO	EIXO/ MEDIDA	PROJECTO	EXECUTOR	APROVADO		EXECUTADO	
				TOTAL	FEDER	TOTAL	FEDER
31-01-01-FDR-00001	1.1	Moder. Linha da Beira Baixa-I:Remod. do Troço Vale de Prazeres-Covilhã	REFER	28 450 908,31	14 225 454,16	19 935 410,83	9 967 705,42
31-01-01-FDR-00002	1.1	IP3 Raiva - Gestosa	EP	1 256 435,75	691 039,66	1 256 435,75	691 039,66
31-01-01-FDR-00003	1.1	IP5 - Duplicação da faixa de rodagem entre o Nó da AE (Albergaria) e a EN1	EP	8 658 342,43	4 762 088,34	8 658 342,43	4 762 088,34
31-01-01-FDR-00004	1.1	IP4 Amarante-Vila Real (Próx) - Construg./Beneficiação de Nós	EP	6 619 909,65	3 640 950,31	4 570 818,79	2 513 950,33
31-01-01-FDR-00005	1.1	IP5 - Beneficiação entre Mangualde e Celorico da Beira	EP	5 801 545,55	3 190 850,05	5 801 545,55	3 190 850,05
31-01-01-FDR-00006	1.1	IP3. Beneficiação entre Trouxemil e Raiva	EP	1 239 422,07	681 682,14	1 239 422,07	681 682,14
31-01-01-FDR-00007	1.1	Modernização Linha Beira Baixo II - Remod. troço Mouriscas-Castelo Branco	REFER	45 693 657,00	10 052 604,53	26 726 773,22	5 879 890,11
31-01-01-FDR-00008	1.1	Plano de Expansão do Aeroporto de Faro	ANA	74 820 000,00	7 482 000,00	0,00	
31-01-01-FDR-00009	1.1	Plano de Expansão do Aeroporto de Sá Carneiro	ANA	248 060 554,90	24 930 085,77	153 350 103,27	15 411 685,38
MEDIDA 1.1				420 600 775,66	69 656 754,96	221 538 851,91	43 098 891,43
31-01-02-FDR-00001	1.2	IP2 Nó Rodoviário da Zona Industrial	EP	1 611 924,34	886 558,39	1 611 924,34	886 558,39
31-01-02-FDR-00002	1.2	IP2 - Macedo de Cavaleiros / Valbenfeito - Viadutos	EP	6 337 686,00	3 485 727,30	6 289 750,01	3 459 362,51
31-01-02-FDR-00003	1.2	IP4 Beneficiação entre Santa Comba de Rossas e Bragança	EP	6 475 010,20	3 561 255,61	6 475 010,20	3 561 255,61
31-01-02-FDR-00004	1.2	IP2 Benef. entre km174+000 e 175+300 e entre km 176+200 e 183+900	EP	811 195,02	446 157,26	811 195,02	446 157,26
31-01-02-FDR-00005	1.2	IP8/EN260 - Reabilitação da Ponte de Serpa sobre o Rio Guadiana	EP	2 652 335,36	1 458 784,45	2 619 236,01	1 440 579,81
31-01-02-FDR-00006	1.2	IP2 Nó do Hospital (Castelo Branco/EN233)	EP	2 929 996,57	1 611 498,12	2 723 823,32	1 498 102,83
31-01-02-FDR-00007	1.2	IP2 - Ponte sobre a ribeira da Meimoa e Acessos Imediatos	EP	3 806 165,44	2 093 390,99	3 806 165,44	2 093 390,99
31-01-02-FDR-00008	1.2	IP2 - Beneficiação entre a Barragem do Fratel e a EN118 (inclui concl. Nó de Arez)	EP	2 461 314,55	1 353 723,00	2 461 314,54	1 353 723,00
31-01-02-FDR-00009	1.2	IP3 Trouxemil - L.D. Viseu	EP	2 309 899,81	1 270 444,90	2 309 899,81	1 270 444,90
31-01-02-FDR-00010	1.2	IP3 - km 53.150 Nó do Lorvão	EP	767 147,65	383 573,83	657 425,73	328 712,87
31-01-02-FDR-00011	1.2	IP3 - Ponte do Nó 3 sobre o Rio Paivo	EP	2 160 789,67	1 080 394,84	2 160 789,67	1 080 394,83
31-01-02-FDR-00012	1.2	IC33 - Beneficiação entre Santiago do Cacém e Grandola	EP	8 292 211,62	4 146 105,82	8 292 211,62	4 146 105,81
31-01-02-FDR-00013	1.2	IP4 - Beneficiação entre Pontão de Lamas e Santa Comba de Rossas	EP	5 544 939,54	2 994 267,35	3 336 178,70	1 801 536,50
MEDIDA 1.2				46 160 615,77	24 771 881,86	43 554 924,41	23 366 325,31
EIXO 1				466 761 391,43	94 428 636,82	265 093 776,32	66 465 216,74



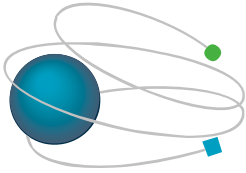
CÓDIGO	EIXO/ MEDIDA	PROJECTO	EXECUTOR	APROVADO		EXECUTADO	
				TOTAL	FEDER	TOTAL	FEDER
31-02-01-FDR-00001	2.1	Ampliação do Molhe Leste do Porto de Sines	APS	47 884 598,13	19 153 839,25	47 763 621,81	19 105 448,72
31-02-01-FDR-00002	2.1	VILPL - Via Interna de Ligação ao Porto de Leixões	APDL	16 460 330,60	7 407 148,77	10 652 893,13	4 793 801,90
31-02-01-FDR-00003	2.1	Beneficiação/Reacondicionamento dos Molhes Sul Central e Triâng de Sep de Correntes Porto de Aveiro	APA	3 746 798,60	1 584 895,81	3 746 798,60	1 584 895,81
31-02-01-FDR-00004	2.1	Reabilitação e Reforço de Parte do Cais Sul da Doca nº1	APDL	2 369 673,19	995 262,74	2 309 415,52	969 954,52
31-02-01-FDR-00005	2.1	Ampliação do Terminal Norte do Porto de Aveiro - Acção 1	APA	16 955 585,00	6 612 678,14	15 754 653,96	6 144 315,04
31-02-01-FDR-00006	2.1	Ampliação do Terminal Norte do Porto de Aveiro: Const. Terminal RO-Ro - Acção 3	APA	15 467 228,00	6 032 218,93	14 636 852,59	5 708 372,51
31-02-01-FDR-00007	2.1	Melhoria das Acessibilidades Marítimas do Terminal Sul do Porto de Aveiro	APA	1 040 404,58	424 693,15	1 040 404,58	424 693,15
31-02-01-FDR-00008	2.1	Ampliação do Terminal Norte do Porto de Aveiro: Construção do Terminal de Granéis Líquidos	APA	16 571 813,08	6 463 007,10	10 204 549,24	3 979 774,20
31-02-01-FDR-00009	2.1	Plano Estratégico de Desenvolvimento do Porto de Leixões e Medidas Complementares	APDL	522 500,00	235 125,00	167 800,00	75 510,00
31-02-01-FDR-00010	2.1	Acessibilidades Terrestres na Zona Leste do Porto de Sines - Const. Circulação Rodoviária e Acessos	APS	5 000 000,00	2 500 000,00	3 741 225,73	1 870 612,87
MEDIDA 2.1				126 018 931,18	51 408 868,89	110 018 215,16	44 657 378,72
31-02-02-FDR-00001	2.2	IC1 - Miramar/Coimbrões - 1ª Fase - Nó da Madalena	EP	10 067 147,26	5 536 930,99	7 209 585,89	3 965 272,24
31-02-02-FDR-00002	2.2	IC24 - Espinho-Picoto (O.A)	EP	4 242 077,70	2 545 246,62	4 242 077,70	2 545 246,62
31-02-02-FDR-00003	2.2	IC23 - Ligação entre o Nó de Areinho e a Avenida da República	EP	8 733 044,28	4 803 174,35	8 733 044,27	4 803 174,35
31-02-02-FDR-00004	2.2	IC23 - Ligação do Nó de Areinho e a Av. República - Viadutos I e J	EP	2 025 654,54	1 114 110,00	2 025 654,54	1 114 110,00
31-02-02-FDR-00005	2.2	IC29. Via Rápida de Gondomar	EP	16 334 409,76	8 983 925,36	16 334 409,75	8 983 925,36
31-02-02-FDR-00006	2.2	IC29. Via Rápida de Gondomar (Obras de Arte)	EP	16 135 742,79	8 874 658,54	16 135 742,79	8 874 658,53
31-02-02-FDR-00007	2.2	IC24 - Espinho-Picoto	EP	2 411 802,46	1 326 491,36	2 411 802,48	1 326 491,36
31-02-02-FDR-00008	2.2	IC4. Via Infante de Sagres - lanço Guia / Lagoa sublanço Guia / Alcantarilha	EP	19 091 444,16	10 500 294,29	19 091 444,16	10 500 294,29
31-02-02-FDR-00009	2.2	IC 1 - Beneficiação entre Alvalade e Ourique	EP	6 341 825,27	3 488 003,90	6 341 825,29	3 488 003,91
31-02-02-FDR-00010	2.2	EN 1. Beneficiação entre o Limite do Distrito de Aveiro e Carvalhos	EP	1 603 390,38	881 864,71	1 603 390,38	881 864,71
31-02-02-FDR-00011	2.2	IC2. Caminhos Paralelos entre Condeixa e Coimbra (2ª fase)	EP	3 587 127,75	1 972 920,26	3 337 063,56	1 835 384,96
31-02-02-FDR-00012	2.2	IC23. Nó da Barrosa / Estação das Devesas	EP	14 382 616,80	7 910 439,24	14 228 825,45	7 825 854,00
31-02-02-FDR-00013	2.2	IC 10. Ponte sobre o Rio Tejo em Santarém	EP	30 002 264,54	18 001 358,72	30 002 264,52	18 001 358,71
31-02-02-FDR-00014	2.2	IC 24. Espinho / Picóto - 1º Trecho (2ª Fase)	EP	12 469 947,45	6 858 471,09	12 387 659,87	6 813 212,93
31-02-02-FDR-00015	2.2	IC27. Monte Francisco - Odeleite	EP	17 457 926,35	9 601 859,50	17 457 926,35	9 601 859,49
31-02-02-FDR-00016	2.2	IC28 Ponte de Lima/Ponte da Barca - Sublanço Nó com a EN202-Ponte de Lima	EP	49 448 035,86	27 196 419,73	46 888 518,67	25 788 685,27
31-02-02-FDR-00018	2.2	Alarg. IC19 (Nó de Queluz/Nó de Tercena/Barcarena) e Remod. Cruzamento sob o IC19 em Tercena	EP	3 038 390,38	1 579 963,00	1 275 130,28	663 067,75
31-02-02-FDR-00019	2.2	IC17 - CRIL - Sublanço Pontinha-Odivelas-olival de Basto. Nó com a EN250-2 Ramo 2A	EP	381 633,00	228 979,80		
31-02-02-FDR-00020	2.2	IC29 Via Rápida de Gondomar - 1º SUBlanço (2ª fase) e Alameda de Azevedo	EP	21 462 190,65	12 877 314,39		
31-02-02-FDR-00021	2.2	Remodelação do Nó de Francos e Beneficiação do IC23 entre a Ponte da Arrábida e a Ponte do Freixo	EP	16 348 012,00	9 808 807,20	1 800 448,59	1 080 269,15
MEDIDA 2.2				255 564 683,38	144 091 233,05	211 506 814,54	118 092 733,63
31-02-03-FDR-00001	2.3	Zona de Actividades Logísticas de Sines - Estudos Preparatórios da Infraestruturação da Zona II	PGS	177 588,93	88 794,47	177 588,93	88 794,47
MEDIDA 2.3				177 588,93	88 794,47	177 588,93	88 794,47
EIXO 2				381 761 203,49	195 588 896,41	321 702 618,63	162 838 906,82



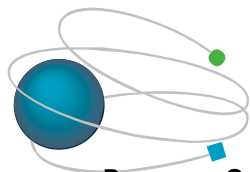
CÓDIGO	EIXO/ MEDIDA	PROJECTO	EXECUTOR	APROVADO		EXECUTADO	
				TOTAL	FEDER	TOTAL	FEDER
31-03-01-FDR-00001	3.1	Linha do Douro: Remodelação do troço Cete (excl.) - Calde	REFER	78 902 455,03	39 451 227,52	78 902 455,03	39 451 227,52
31-03-01-FDR-00002	3.1	Prolongamento da Linha Amarela - Campo Grande/Odivelas	ML	289 017 341,04	100 000 000,00	222 912 756,3	77 127 813,67
MEDIDA 3.1				367 919 796,07	139 451 227,52	301 815 211,29	116 579 041,19
31-03-02-FDR-00002	3.2	EN206 - Variante de Creixomil	EP	6 898 934,56	3 794 414,00	6 898 934,56	3 794 414,01
31-03-02-FDR-00003	3.2	EN101 - Variante Urbana de Felgueiras	EP	6 900 645,17	3 795 354,85	6 900 645,17	3 795 354,84
31-03-02-FDR-00004	3.2	EN341 - Arzila-Taveiro	EP	8 935 255,51	5 361 153,31	8 935 255,50	5 361 153,30
31-03-02-FDR-00005	3.2	IC3 - Variante de Tomar	EP	24 504 643,82	13 477 554,11	21 225 138,66	11 673 826,26
31-03-02-FDR-00006	3.2	EN356. Variante da Batalha	EP	1 624 983,78	893 741,08	1 624 983,78	893 741,08
31-03-02-FDR-00007	3.2	IC 2 - Variante de Águeda	EP	8 411 791,22	4 626 485,17	8 411 791,21	4 626 485,17
31-03-02-FDR-00008	3.2	IP1.EN264 - Beneficiação entre Santana da Serra e S. Marcos da Serra	EP	5 787 050,28	3 182 877,65	5 787 050,28	3 182 877,65
31-03-02-FDR-00009	3.2	EN229 - Variante a Sátão	EP	2 300 619,14	1 265 340,53	2 300 619,14	1 265 340,53
31-03-02-FDR-00010	3.2	IC3. VARIANTE A TOMAR/ Pontes sobre as Ribeiras de Bezelga e Várzea do Rio Nabão	EP	9 735 389,44	5 354 464,20	9 735 389,44	5 354 464,19
31-03-02-FDR-00012	3.2	EN205. Nova Ponte sobre o Rio Cávado	EP	2 238 118,91	1 230 965,40	2 238 118,90	1 230 965,40
31-03-02-FDR-00013	3.2	EN242 Beneficiação entre Marinha Grande e Nazaré	EP	3 327 161,06	1 829 938,58	3 327 161,06	1 829 938,58
31-03-02-FDR-00014	3.2	EN 118 Beneficiação da Ponte de Benavente	EP	4 987 978,97	2 743 388,43	4 987 978,97	2 743 388,43
31-03-02-FDR-00015	3.2	EN 342 - Variante entre Miranda do Corvo e Lousã	EP	14 523 289,78	7 987 809,38	14 523 289,78	7 987 809,38
31-03-02-FDR-00016	3.2	EN 328. Beneficiação entre Vale de Cambra e Sever do Vouga	EP	4 176 608,49	2 297 134,67	4 176 608,48	2 297 134,66
31-03-02-FDR-00017	3.2	Ponte Europa sobre o Rio Mondego	EP	49 952 856,56	27 474 071,11	44 340 122,77	24 387 067,52
31-03-02-FDR-00018	3.2	EN 227. Beneficiação entre Vale de Cambra e Arões	EP	2 808 016,94	1 544 409,32	2 808 016,94	1 544 409,32
31-03-02-FDR-00019	3.2	EN118 - Beneficiação entre L.D. Santarém e Nó de Arez	EP	2 489 151,75	1 369 033,46	2 489 151,75	1 369 033,46
31-03-02-FDR-00020	3.2	Variante a EENN101 e 201 entre Braga e Prado	EP	10 549 140,17	5 802 027,10	9 813 177,96	5 397 247,88
31-03-02-FDR-00021	3.2	Ligação do Nó de Loulé 1 da VIS a Loulé	EP	2 137 430,52	1 175 586,79	1 768 059,52	972 432,74
31-03-02-FDR-00022	3.2	EN241 - Ligação Nó de Alvaiade (IP2)-Vila Velha de Ródão	EP	2 090 132,99	1 149 573,14	2 090 132,99	1 149 573,14
31-03-02-FDR-00023	3.2	Nó de Angeiras (Ligação de Angeiras ao IC1)	EP	3 011 369,87	1 656 253,43	3 011 369,86	1 656 253,42
31-03-02-FDR-00024	3.2	Via do Tâmega (3ª fase) - Celorico de Bastos / Amarante	EP	9 216 987,06	5 069 342,88	9 216 987,05	5 069 342,88
31-03-02-FDR-00025	3.2	Variante a Camarate	EP	870 758,04	478 916,93	870 758,03	478 916,92
31-03-02-FDR-00026	3.2	EN249.3 - Variante Nó de Oeiras da A5/S. Marcos (proximidades)	EP	10 552 405,40	5 803 822,97	10 552 405,38	5 803 822,96
31-03-02-FDR-00027	3.2	Nova Ponte sobre o Rio Douro em Entre-os-Rios	EP	9 823 759,74	5 403 067,86	9 823 759,74	5 403 067,86
31-03-02-FDR-00028	3.2	Reconstrução da Ponte Hintze Ribeiro sobre o rio Douro em Entre-os-Rios	EP	7 568 868,00	3 670 900,98	7 256 813,47	3 519 554,53
31-03-02-FDR-00029	3.2	Variante à EN365-2 - Ligação Cartaxo/Nó de Aveiras de Cima	EP	8 686 825,53	4 343 412,77	8 538 855,53	4 269 427,77
31-03-02-FDR-00030	3.2	EN326 Mansores-Arouca - Obras de Arte Especiais	EP	10 984 914,00	5 492 457,01	7 239 021,56	3 619 510,78
31-03-02-FDR-00031	3.2	Variante a EN108 em Entre-os-Rios e Variante à EN224 entre a En108 e a EN222	EP	21 428 012,52	10 714 006,26	10 356 175,44	5 178 087,72
31-03-02-FDR-00032	3.2	Variante Nascente a Famalicão	EP	26 091 447,07	13 045 723,54	26 091 447,08	13 045 723,54
31-03-02-FDR-00033	3.2	EN 118 - Beneficiação entre Vale de Cavalos e Arrepiado	EP	4 134 628,39	2 315 391,90	2 918 755,32	1 634 502,98
31-03-02-FDR-00034	3.2	EN222 Reabilitação de 4 pontões no acesso a Castelo de Paiva e EN223 Alarg. e Benef.da Ponte Ribeiro	EP	1 680 251,09	940 940,61	553 719,58	310 082,96
31-03-02-FDR-00035	3.2	Variante a EN235 entre Oliveira do Bairro e Sangalhos	EP	21 026 716,55	11 774 961,27	2 125 133,20	1 190 074,59
31-03-02-FDR-00036	3.2	Variante à EN321.1, Variante à EN211 trab. Compl., Via do Tâmega - Variante à EN210 PS do Outeiro	EP	6 696 960,59	3 750 297,93	1 054 861,38	590 722,37
31-03-02-FDR-00037	3.2	variante a EN365-4 - Ligação da En243 (Videla) e Alcanena	EP	5 296 463,32	2 966 019,46	1 446 591,24	810 091,09
31-03-02-FDR-00038	3.2	Variante as EENN101 e 206 - Ligação da Circular de Guimarães a Variante de Fafe	EP	23 760 231,55	13 305 729,67	22 417 167,24	12 553 613,65
31-03-02-FDR-00039	3.2	EN254 - Variante em S. Miguel de Machede	EP	2 527 529,47	1 415 416,50	1 205 455,57	675 055,12
31-03-02-FDR-00040	3.2	EN310 Beneficiação entre Póvoa de Lanhoso (Km0,500) e Brito/Entroncamento com a EN206 (Km19,700)	EP	2 134 559,45	1 195 353,29		
31-03-02-FDR-00041	3.2	EENN226/221 Beneficiação entre Vila Franca das Naves e Pinhel	EP	8 426 909,34	4 719 069,24		
31-03-02-FDR-00042	3.2	EN210 Beneficiação entre Arco de Baulhe (Km0,000) e Celorico de Basto (Km17,600)	EP	1 190 256,39	666 543,58		
31-03-02-FDR-00043	3.2	EN216 Beneficiação entre o Km27+400 (Paredo) e o Km55+200 (Mogadouro)	EP	4 248 381,15	2 379 093,44		
31-03-02-FDR-00044	3.2	Variante a EN333 entre Parrães e Águeda, incluindo viaduto sobre a EN1	EP	8 354 862,11	4 678 722,78		
MEDIDA 3.2				372 092 295,69	202 140 766,58	289 060 903,53	156 664 508,68
EIXO 3				740 012 091,76	341 591 994,10	590 876 114,82	273 243 549,87



CÓDIGO	EIXO/ MEDIDA	PROJECTO	EXECUTOR	APROVADO		EXECUTADO	
				TOTAL	FEDER	TOTAL	FEDER
31-04-01-FDR-00002	4.1	Remotorização e Modernização de 19 UDD's 400	CP	7 510 788,94	2 628 776,13	7 510 788,94	2 628 776,13
31-04-01-FDR-00003	4.1	Modernização de 21 Automotoras ALLAN	CP	12 005 602,22	4 201 960,78	12 005 602,22	4 201 960,78
31-04-01-FDR-00004	4.1	Modernização de 18 UTE's de Silício	CP	40 737 551,06	14 258 142,88	37 526 060,90	13 134 121,32
31-04-01-FDR-00006	4.1	Aquisição de 34 UME's para a USGP	CP	166 270 974,00	58 194 840,90	159 963 642,29	55 987 274,80
31-04-01-FDR-00007	4.1	Recuperação de Material Circulante em Serviço Regional de Via Estreita	CP	1 405 514,00	491 929,90	906 714,25	317 349,99
31-04-01-FDR-00008	4.1	Plano de Monitorização dos Portos de Setúbal e Sesimbra	APSS	784 261,92	274 491,67	190 774,29	66 771,00
31-04-01-FDR-00009	4.1	Campanha de Promoção ao Transporte Público no Corredor Sintra-Lisboa	CP	282 650,17	113 060,07	282 650,18	113 060,07
31-04-01-FDR-00010	4.1	Implementação do Sistema de Gestão Ambiental do Porto de Aveiro e Respectiva Certificação	APA	44 812,49	15 684,37	31 603,84	11 061,34
31-04-01-FDR-00011	4.1	Programa de Gestão Ambiental do Porto de Leixões	APDL	320 335,88	112 117,56	142 099,88	49 734,96
31-04-01-FDR-00012	4.1	Publicidade e Promoção do Prolongamento Campo Grande/Odivelas da Linha Amarela	ML	270 714,00	108 285,60		
MEDIDA 4.1				229 633 204,68	80 399 289,86	218 559 936,79	76 510 110,39
31-04-02-FDR-00001	4.2	EN7 Viaduto Duarte Pacheco - Reabilitação e Beneficiação Geral	EP	6 522 075,99	3 587 141,79	5 139 462,68	2 826 704,47
31-04-02-FDR-00002	4.2	Reformulação do Cruzamento da EN10 com a EN119 - Nó do Infante	EP	734 168,00	403 792,40	618 283,74	340 056,06
31-04-02-FDR-00003	4.2	EN115 Reabilitação da Ponte da Sancheira	EP	1 598 130,43	799 065,22	1 339 885,00	669 942,50
31-04-02-FDR-00004	4.2	EN313 Reabilitação da Ponte Metálica sobre o Rio Corgo (Vila Real)	EP	1 572 425,00	786 212,50	1 572 425,00	786 212,50
31-04-02-FDR-00005	4.2	Supressão de Passagens de Nível: Linhas do Oeste e do Alentejo	REFER	9 872 000,00	4 936 000,00	2 865 127,84	1 432 563,92
31-04-02-FDR-00006	4.2	Instalação de Sistema de Controlo Automático de Velocidade (Convel)	CP	7 074 275,70	3 537 137,85	4 458 252,84	2 229 126,42
31-04-02-FDR-00007	4.2	Auditorias de Segurança Rodoviária	EP	354 242,00	177 121,00	122 270,32	61 135,16
31-04-02-FDR-00008	4.2	Supressão de Passagens de Nível: Linha da beira Baixa (troço MouriscasCastelo Branco)	REFER	3 393 000,00	1 696 500,00	3 084 403,32	1 542 201,66
31-04-02-FDR-00009	4.2	IP5 - Rotunda em Vilar Formoso e Melhoria do Parque TIR	EP	1 894 940,52	966 419,67	1 834 635,56	935 664,14
31-04-02-FDR-00010	4.2	Melhoria da Segurança e da Qualidade das Estradas - EENN16, 225 e 234 - Distrito de Viseu	EP	1 934 255,52	986 470,32	1 934 255,52	986 470,32
31-04-02-FDR-00011	4.2	Supressão de Passagens de Nível: Linha de Guimarães (Troço Santo Tirso-Guimarães);	EP	21 757 585,69	9 790 913,56	0,00	
31-04-02-FDR-00012	4.2	Modernização de Material Circulante CORAIL - Componente Segurança	CP	3 763 406,91	1 881 703,46	1 663 472,99	831 736,50
31-04-02-FDR-00013	4.2	Remodelação de Locomotivas Eléctricas 2600 - Componente Segurança	CP	3 408 347,17	1 704 173,59		
31-04-02-FDR-00014	4.2	Melhoria da Segurança e Qualidade da EN222 no Distrito de Viseu	EP	2 872 787,94	1 465 121,85	1 986 878,69	1 013 308,13
31-04-02-FDR-00015	4.2	Melhoria das condições de Segurança do Porto de Leixões	APDL	2 000 000,00	1 020 000,00	1 516 485,85	773 407,78
31-04-02-FDR-00016	4.2	Instalações de Apoio ao Trem Naval de Combate à Poluição e de Reboque	APSS	6 140 000,00	3 131 400,00		
31-04-02-FDR-00017	4.2	EN109/EN111 - Reabilitação da Ponte da Figueira da Foz e Acessos	EP	10 752 782,66	5 483 919,16	1 662 810,51	848 033,36
31-04-02-FDR-00018	4.2	EN110 - Beneficiação entre o Km103.200 e o Km115.270	EP	1 764 480,37	899 884,99	115 702,47	59 008,26
31-04-02-FDR-00019	4.2	Beneficiação da EN231	EP	1 574 368,24	802 927,80		
31-04-02-FDR-00020	4.2	Beneficiação da EN234	EP	588 321,14	300 043,79		
31-04-02-FDR-00021	4.2	EN230 Beneficiação do Pavimento entre o Km154+100 e o Km167+250 (Pedras Lavradas)	EP	1 417 206,00	722 775,06		
31-04-02-FDR-00022	4.2	Reabilitação de Obras de Arte no Distrito de Beja - 1ª Fase	EP	208 462,85	106 316,05		
31-04-02-FDR-00023	4.2	Reabilitação de Obras de Arte no Distrito de Faro	EP	668 307,48	340 836,81		
31-04-02-FDR-00024	4.2	Beneficiação das EENN17, 17-1 e 347	EP	6 184 974,08	3 154 336,78		
MEDIDA 4.2				98 050 543,69	48 680 213,65	29 914 352,33	15 335 571,18
EIXO 4				327 683 748,37	129 079 503,51	248 474 289,12	91 845 681,57
31-05-01-FDR-00001	5.1	Apoio a Gestão, Acompanhamento e Controlo - 2001	GEP	211 634,34	158 725,76	211 634,35	158 725,76
31-05-01-FDR-00002	5.1	Avaliações Externas, Publicidade e Divulgação - 2001	GEP	53 581,56	40 186,17	53 581,54	40 186,16
31-05-01-FDR-00003	5.1	Apoio a Gestão, Acompanhamento e Controlo - 2002	GEP	338 775,72	254 081,79	338 775,72	254 081,79
31-05-01-FDR-00004	5.1	Avaliações Externas, Publicidade e Divulgação - 2002	GEP	424 492,17	318 369,13	424 492,17	318 369,13
31-05-01-FDR-00005	5.1	Apoio a Gestão, Acompanhamento e Controlo - 2003	GEP	422 175,88	316 631,91	422 175,88	316 631,91
31-05-01-FDR-00006	5.1	Avaliações Externas, Publicidade e Divulgação - 2003	GEP	281 949,48	211 462,11	281 949,48	211 462,11
31-05-01-FDR-00007	5.1	Apoio a Gestão, Acompanhamento e controlo 2004-2006 (Despesas In)	GEP	6 049 250,38	4 536 937,79	355 231,77	266 423,83
31-05-01-FDR-00008	5.1	Outras despesa de Assistência Técnica 2004-2006 (Despesas Out)	GEP	1 283 174,32	962 380,74	129 386,68	97 040,01
MEDIDA 5.1				9 065 033,85	6 798 775,40	2 217 227,59	1 662 920,70
EIXO 5				9 065 033,85	6 798 775,40	2 217 227,59	1 662 920,70
TOTAL				1 925 283 468,90	767 487 806,24	1 428 364 026,48	596 056 275,70



EXECUÇÃO FINANCEIRA POR MEDIDA E POR TIPO DE REGIÃO

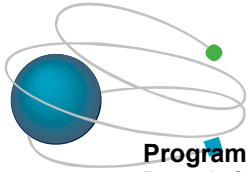


Programa Operacional Acessibilidades e Transportes

Ponto de Situação reportado a 31.12.2004

Unid: Euro

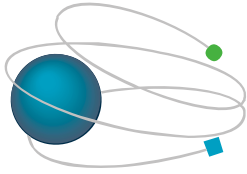
PO / Eixo Prioritário / Medida	Fundos	Programação								
		2000/06			2000/04			2004		
		Custo Total	Desp. Pública	Fundo	Custo Total	Desp. Pública	Fundo	Custo Total	Desp. Pública	Fundo
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)		
Programa Operacional Acessibilidades e Transportes	Total	3 336 116 509	3 133 217 061	1 457 234 345	2 555 149 004	2 352 249 556	1 063 988 001	366 922 109	366 922 109	184 377 751
	FEDER	3 336 116 509	3 133 217 061	1 457 234 345	2 555 149 004	2 352 249 556	1 063 988 001	366 922 109	366 922 109	184 377 751
	FSE FEOGA-O IFOP									
EIXO 1		596 484 819	554 359 466	162 972 001	477 359 711	435 234 358	137 963 333	56 610 226	56 610 226	11 725 581
FEDER		596 484 819	554 359 466	162 972 001	477 359 711	435 234 358	137 963 333	56 610 226	56 610 226	11 725 581
FSE										
FEOGA-O										
IFOP										
Medida 1.1	FEDER	463 361 998	421 236 645	91 037 366	344 236 890	302 111 537	66 028 698	56 610 226	56 610 226	11 725 581
Medida 1.2	FEDER	133 122 821	133 122 821	71 934 635	133 122 821	133 122 821	71 934 635	0	0	0
EIXO 2		990 904 609	949 019 078	504 410 345	686 483 627	644 598 096	322 039 711	142 731 031	142 731 031	85 506 422
FEDER		990 904 609	949 019 078	504 410 345	686 483 627	644 598 096	322 039 711	142 731 031	142 731 031	85 506 422
FSE										
FEOGA-O										
IFOP										
Medida 2.1	FEDER	287 935 155	271 559 783	132 348 255	231 596 482	215 221 110	97 983 696	26 414 989	26 414 989	16 112 191
Medida 2.2	FEDER	538 105 456	538 105 456	317 266 448	293 053 906	293 053 906	170 775 752	114 895 038	114 895 038	68 683 729
Medida 2.3	FEDER	164 863 998	139 353 839	54 795 642	161 833 239	136 323 080	53 280 263	1 421 004	1 421 004	710 502
EIXO 3		1 162 937 138	1 094 061 557	547 661 000	942 701 647	873 826 066	422 369 444	103 259 764	103 259 764	58 744 285
FEDER		1 162 937 138	1 094 061 557	547 661 000	942 701 647	873 826 066	422 369 444	103 259 764	103 259 764	58 744 285
FSE										
FEOGA-O										
IFOP										
Medida 3.1	FEDER	594 239 075	525 363 494	226 603 448	451 630 538	382 754 957	155 650 759	66 863 537	66 863 537	33 266 926
Medida 3.2	FEDER	568 698 063	568 698 063	321 057 552	491 071 109	491 071 109	266 718 685	36 396 227	36 396 227	25 477 359
EIXO 4		576 313 942	526 300 959	235 084 000	441 783 429	391 770 446	176 500 072	63 076 070	63 076 070	27 467 700
FEDER		576 313 942	526 300 959	235 084 000	441 783 429	391 770 446	176 500 072	63 076 070	63 076 070	27 467 700
FSE										
FEOGA-O										
IFOP										
Medida 4.1	FEDER	331 018 917	283 191 820	115 870 751	257 908 000	210 080 903	84 587 392	34 278 836	34 278 836	14 667 537
Medida 4.2	FEDER	245 295 025	243 109 139	119 213 249	183 875 429	181 689 543	91 912 680	28 797 234	28 797 234	12 800 163
EIXO 5 - Assistência Técnica		9 476 001	9 476 001	7 106 999	6 820 590	6 820 590	5 115 441	1 245 018	1 245 018	933 763
FEDER		9 476 001	9 476 001	7 106 999	6 820 590	6 820 590	5 115 441	1 245 018	1 245 018	933 763
FSE										
FEOGA-O										
IFOP										
PO TOTAL *		3 336 116 509	3 133 217 061	1 457 234 345	2 555 149 004	2 352 249 556	1 063 988 001	366 922 109	366 922 109	184 377 751
Regiões em Regime Transitório		722 183 566	687 162 566	319 073 897	643 973 291	608 952 291	276 341 806	68 497 118	68 497 118	35 201 556
Regiões Elegíveis		2 613 932 943	2 446 054 495	1 138 160 448	1 911 175 712	1 743 297 264	787 646 195	298 424 991	298 424 991	149 176 195
FEDER		3 336 116 509	3 133 217 061	1 457 234 345	2 555 149 004	2 352 249 556	1 063 988 001	366 922 109	366 922 109	184 377 751
Regiões em Regime Transitório		722 183 566	687 162 566	319 073 897	643 973 291	608 952 291	276 341 806	68 497 118	68 497 118	35 201 556
Regiões Elegíveis		2 613 932 943	2 446 054 495	1 138 160 448	1 911 175 712	1 743 297 264	787 646 195	298 424 991	298 424 991	149 176 195



Programa Operacional Acessibilidades e Transportes
Ponto de Situação reportado a 31.12.2004

Unid: Euro

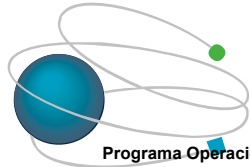
PO / Eixo Prioritário / Medida	Fundos	Homologações			Despesa Valida pela AG					
		2000/06			2000/04			Ano 2004		
		Custo Total	Desp. Pública	Fundo	Custo Total	Desp. Pública	Fundo	Custo Total	Desp. Pública	Fundo
	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	(18)	
Programa Operacional Acessibilidades e Transportes	Total	1 887 324 316	1 887 324 316	746 792 387	1 428 364 028	1 428 364 028	596 056 276	298 964 115	298 964 115	82 390 538
	FEDER	1 887 324 316	1 887 324 316	746 792 387	1 428 364 028	1 428 364 028	596 056 276	298 964 115	298 964 115	82 390 538
	FSE									
	FEOGA-O IFOP									
EIXO 1		466.761.392	466.761.392	94.428.637	265.093.777	265.093.777	66.465.216	163.666.701	163.666.701	20.731.801
FEDER		466.761.392	466.761.392	94.428.637	265.093.777	265.093.777	66.465.216	163.666.701	163.666.701	20.731.801
FSE										
FEOGA-O										
IFOP										
Medida 1.1	FEDER	420.600.776	420.600.776	69.656.755	221.538.852	221.538.852	43.098.891	153.350.103	153.350.103	15.411.685
Medida 1.2	FEDER	46.160.616	46.160.616	24.771.882	43.554.925	43.554.925	23.366.325	10.316.598	10.316.598	5.320.115
EIXO 2		379.201.686	379.201.686	194.181.162	321.702.619	321.702.619	162.838.907	30.788.202	30.788.202	14.071.441
FEDER		379.201.686	379.201.686	194.181.162	321.702.619	321.702.619	162.838.907	30.788.202	30.788.202	14.071.441
FSE										
FEOGA-O										
IFOP										
Medida 2.1	FEDER	126.018.931	126.018.931	51.408.869	110.018.215	110.018.215	44.657.379	21.508.065	21.508.065	8.899.216
Medida 2.2	FEDER	253.005.166	253.005.166	142.683.499	211.506.815	211.506.815	118.092.734	9.280.137	9.280.137	5.172.225
Medida 2.3	FEDER	177.589	177.589	88.794	177.589	177.589	88.794	0	0	0
EIXO 3		715.254.095	715.254.095	327.731.546	590.876.115	590.876.115	273.243.550	45.610.869	45.610.869	24.374.604
FEDER		715.254.095	715.254.095	327.731.546	590.876.115	590.876.115	273.243.550	45.610.869	45.610.869	24.374.604
FSE										
FEOGA-O										
IFOP										
Medida 3.1	FEDER	367.919.796	367.919.796	139.451.228	301.815.211	301.815.211	116.579.041	0	0	0
Medida 3.2	FEDER	347.334.299	347.334.299	188.280.318	289.060.904	289.060.904	156.664.509	45.610.869	45.610.869	24.374.604
EIXO 4		317.042.109	317.042.109	123.652.267	248.474.289	248.474.289	91.845.681	58.413.724	58.413.724	22.849.229
FEDER		317.042.109	317.042.109	123.652.267	248.474.289	248.474.289	91.845.681	58.413.724	58.413.724	22.849.229
FSE										
FEOGA-O										
IFOP										
Medida 4.1	FEDER	14.146.827	229.633.205	80.399.290	218.559.937	218.559.937	76.510.110	43.471.804	43.471.804	15.222.198
Medida 4.2	FEDER	87.408.904	87.408.904	43.252.977	29.914.352	29.914.352	15.335.571	14.941.920	14.941.920	7.627.031
EIXO 5 - Assistência Técnica		9.065.034	9.065.034	6.798.775	2.217.228	2.217.228	1.662.921	484.618	484.618	363.464
FEDER		9.065.034	9.065.034	6.798.775	2.217.228	2.217.228	1.662.921	704.125	704.125	363.464
FSE										
FEOGA-O										
IFOP										
PO TOTAL *		1.887.324.316	1.887.324.316	746.792.387	1.428.364.028	1.428.364.028	596.056.276	298.964.115	298.964.115	82.390.538
Regiões em Regime Transitório		420.868.231	420.868.231	172.826.140	326.446.283	326.446.283	134.895.909	7.952.830	7.952.830	4.316.626
Regiões Elegíveis		1.466.456.085	1.466.456.085	573.966.247	1.101.917.745	1.101.917.745	461.160.367	291.011.285	291.011.285	78.073.912
FEDER		1.887.324.316	1.887.324.316	746.792.387	1.428.364.028	1.428.364.028	596.056.276	298.964.115	298.964.115	82.390.538
Regiões em Regime Transitório		420.868.231	420.868.231	172.826.140	326.446.283	326.446.283	134.895.909	7.952.830	7.952.830	4.316.626
Regiões Elegíveis		1.466.456.085	1.466.456.085	573.966.247	1.101.917.745	1.101.917.745	461.160.367	291.011.285	291.011.285	78.073.912



Programa Operacional Acessibilidades e Transportes

Ponto de Situação reportado a 31.12.2004

PO / Eixo Prioritário / Medida	Fundos	Taxas de Execução (Fundo)				
		valores acumulados			2000-04	2004
		Hom/Prog	DV/Prog	DV/Hom	DV/Prog	DV/Prog
		(19)=(12)/(3)*100	(20)=(15)/(3)*100	(21)=(15)/(12)*100	(22)=(15)/(6)*100	(23)=(18)/(9)*100
Programa Operacional Acessibilidades e Transportes	Total	51,2	40,9	79,8	56,0	44,7
	FEDER	51,2	40,9	79,8	56,0	44,7
	FSE					
	FEOGA-O					
	IFOP					
EIXO 1		57,9	40,8	70,4	48,2	176,8
FEDER		57,9	40,8	70,4	48,2	176,8
FSE						
FEOGA-O						
IFOP						
Medida 1.1	FEDER	76,5	47,3	61,9	65,3	131,4
Medida 1.2	FEDER	34,4	32,5	94,3	32,5	
EIXO 2		38,5	32,3	83,9	50,6	16,5
FEDER		38,5	32,3	83,9	50,6	16,5
FSE						
FEOGA-O						
IFOP						
Medida 2.1	FEDER	38,8	33,7	86,9	45,6	55,2
Medida 2.2	FEDER	45,0	37,2	82,8	69,2	7,5
Medida 2.3	FEDER	0,2	0,2	100,0	0,2	0,0
EIXO 3		59,8	49,9	83,4	64,7	41,5
FEDER		59,8	49,9	83,4	64,7	41,5
FSE						
FEOGA-O						
IFOP						
Medida 3.1	FEDER	61,5	51,4	83,6	74,9	0,0
Medida 3.2	FEDER	58,6	48,8	83,2	58,7	95,7
EIXO 4		52,6	39,1	74,3	52,0	83,2
FEDER		52,6	39,1	74,3	52,0	83,2
FSE						
FEOGA-O						
IFOP						
Medida 4.1	FEDER	69,4	66,0	95,2	90,5	103,8
Medida 4.2	FEDER	36,3	12,9	35,5	16,7	59,6
EIXO 5 - Assistência Técnica		95,7	23,4	24,5	32,5	38,9
FEDER		95,7	23,4	24,5	32,5	38,9
FSE						
FEOGA-O						
IFOP						
PO TOTAL *		51,2	40,9	79,8	56,0	44,7
Regiões em Regime Transitório		54,2	42,3	78,1	48,8	12,3
Regiões Elegíveis		50,4	40,5	80,3	58,5	52,3
FEDER		51,2	40,9	79,8	56,0	44,7
Regiões em Regime Transitório		54,2	42,3	78,1	48,8	12,3
Regiões Elegíveis		50,4	40,5	80,3	58,5	52,3



Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes
 Ponto de Situação reportado a 31.12.2004 por Eixo e Região

Unid.: Euro

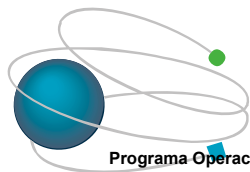
PO / Eixo Prioritário / Região	Homologações					Despesa Validada pela AG										Taxa de Execução DV/Hom (16)=(8)/(3)*100
	2000/06					2000/04					Ano 2004					
	Custo Total	Desp. Pública	Fundo	Rec.Nacionais	Privado	Custo Total	Desp. Pública	Fundo	Rec.Nacionais	Privado	Custo Total	Desp. Pública	Fundo	Rec.Nacionais	Privado	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	
Total PO	1.887.324.315	1.887.324.315	746.792.387	1.140.531.927		1.428.364.026	1.428.364.026	596.056.277	832.307.749		298.964.115	298.964.115	82.390.538	216.573.577		
Regiões Elegíveis	1.466.456.084	1.466.456.084	573.966.248	892.489.836		1.101.917.743	1.101.917.743	461.160.368	640.757.375		291.011.285	291.011.285	78.073.509	212.937.375		
FEDER	1.466.456.084	1.466.456.084	573.966.248	892.489.836		1.101.917.743	1.101.917.743	461.160.368	640.757.375		291.011.285	291.011.285	78.073.509	212.937.375		
FSE																
FOGA-O																
IFOP																
Norte	898.756.268	898.756.268	338.482.496	560.273.772		699.773.837	699.773.837	274.901.823	424.872.014		229.797.934	229.797.934	50.582.042	179.215.892		
FEDER	898.756.268	898.756.268	338.482.496	560.273.772		699.773.837	699.773.837	274.901.823	424.872.014		229.797.934	229.797.934	50.582.042	179.215.892		
FSE																
FOGA-O																
IFOP																
Centro	350.503.548	350.503.548	159.196.563	191.306.985		278.468.922	278.468.922	127.166.750	151.302.172		53.589.671	53.589.671	23.574.032	30.015.638		
FEDER	350.503.548	350.503.548	159.196.563	191.306.985		278.468.922	278.468.922	127.166.750	151.302.172		53.589.671	53.589.671	23.574.032	30.015.638		
FSE																
FOGA-O																
IFOP																
Alentejo	90.522.280	90.522.280	39.173.227	51.349.053		81.537.072	81.537.072	35.673.887	45.863.185		5.658.589	5.658.589	2.840.631	2.817.958		
FEDER	90.522.280	90.522.280	39.173.227	51.349.053		81.537.072	81.537.072	35.673.887	45.863.185		5.658.589	5.658.589	2.840.631	2.817.958		
FSE																
FOGA-O																
IFOP																
Algarve	115.105.587	115.105.587	29.559.134	85.546.454		39.324.995	39.324.995	21.578.369	17.746.626		610.324	610.324	305.162	305.162		
FEDER	115.105.587	115.105.587	29.559.134	85.546.454		39.324.995	39.324.995	21.578.369	17.746.626		610.324	610.324	305.162	305.162		
FSE																
FOGA-O																
IFOP																
N/Regionalizável	11.568.400	11.568.400	7.554.828	4.013.572		2.812.917	2.812.917	1.839.539	973.379		1.354.766	1.354.766	772.041	582.725		
FEDER	11.568.400	11.568.400	7.554.828	4.013.572		2.812.917	2.812.917	1.839.539	973.379		1.354.766	1.354.766	772.041	582.725		
FSE																
FOGA-O																
IFOP																
Regiões Reg. Transitório (LVT)	420.868.231	420.868.231	172.826.140	248.042.091		326.446.283	326.446.283	134.895.909	191.550.374		7.952.830	7.952.830	4.316.629	3.636.201		
FEDER	420.868.231	420.868.231	172.826.140	248.042.091		326.446.283	326.446.283	134.895.909	191.550.374		7.952.830	7.952.830	4.316.629	3.636.201		
FSE																
FOGA-O																
IFOP																
EIXO 1	466.761.392	466.761.392	94.428.637	372.332.755		265.093.776	265.093.776	66.465.217	198.628.560		163.666.701	163.666.701	20.731.801	142.934.900		
Regiões Elegíveis	466.304.455	466.304.455	94.328.111	371.976.344		264.826.509	264.826.509	66.406.418	198.420.091		163.666.701	163.666.701	20.731.801	142.934.900		
FEDER	466.304.455	466.304.455	94.328.111	371.976.344		264.826.509	264.826.509	66.406.418	198.420.091		163.666.701	163.666.701	20.731.801	142.934.900		
FSE																
FOGA-O																
IFOP																
Norte	273.038.100	273.038.100	38.612.286	234.425.814		174.021.861	174.021.861	26.747.790	147.274.071		156.692.945	156.692.945	17.216.886	139.476.058		
FEDER	273.038.100	273.038.100	38.612.286	234.425.814		174.021.861	174.021.861	26.747.790	147.274.071		156.692.945	156.692.945	17.216.886	139.476.058		
FSE																
FOGA-O																
IFOP																
Centro	101.770.854	101.770.854	42.078.080	59.692.774		77.955.623	77.955.623	34.355.631	43.599.992		6.905.755	6.905.755	3.477.514	3.428.242		
FEDER	101.770.854	101.770.854	42.078.080	59.692.774		77.955.623	77.955.623	34.355.631	43.599.992		6.905.755	6.905.755	3.477.514	3.428.242		
FSE																
FOGA-O																
IFOP																
Alentejo	16.675.501	16.675.501	6.155.744	10.519.757		12.849.025	12.849.025	5.302.996	7.546.028		68.001	68.001	37.400	30.600		
FEDER	16.675.501	16.675.501	6.155.744	10.519.757		12.849.025	12.849.025	5.302.996	7.546.028		68.001	68.001	37.400	30.600		
FSE																
FOGA-O																
IFOP																
Algarve	74.820.000	74.820.000	7.482.000	67.338.000		74.820.000	74.820.000	67.338.000								
FEDER	74.820.000	74.820.000	7.482.000	67.338.000		74.820.000	74.820.000	67.338.000								
FSE																
FOGA-O																
IFOP																
N/Regionalizável																
FEDER																
FSE																
FOGA-O																
IFOP																
Regiões Reg. Transitório (LVT)	456.937	456.937	100.526	356.411		267.268	267.268	58.799	208.469		0	0	0	0		
FEDER	456.937	456.937	100.526	356.411		267.268	267.268	58.799	208.469		0	0	0	0		
FSE																
FOGA-O																
IFOP																



Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes
 Ponto de Situação reportado a 31.12.2004 por Eixo e Região

Unid: Euro

PO / Eixo Prioritário / Região	Homologações					Despesa Validada pela AG										Taxa de Execução DV/Hom
	2000/06					2000/04					Ano 2004					
	Custo Total	Desp. Pública	Fundo	Rec.Nacionais	Privado	Custo Total	Desp. Pública	Fundo	Rec.Nacionais	Privado	Custo Total	Desp. Pública	Fundo	Rec.Nacionais	Privado	
EIXO 2	379.201.686	379.201.686	194.181.162	185.020.524		321.702.619	321.702.619	162.838.907	158.863.712		30.788.202	30.788.202	14.071.441	16.716.761		
Regiões Elegíveis	345.779.398	345.779.398	174.370.860	171.408.538		290.425.224	290.425.224	144.174.480	146.250.743		30.059.122	30.059.122	13.692.319	16.366.803		
FEDER	345.779.398	345.779.398	174.370.860	171.408.538		290.425.224	290.425.224	144.174.480	146.250.743		30.059.122	30.059.122	13.692.319	16.366.803		
FSE																
FEOGA-O																
IFOP																
Norte	190.946.986	190.946.986	105.117.116	85.829.870		146.049.831	146.049.831	79.247.240	66.802.591		10.113.867	10.113.867	5.495.696	4.618.171		
FEDER	190.946.986	190.946.986	105.117.116	85.829.870		146.049.831	146.049.831	79.247.240	66.802.591		10.113.867	10.113.867	5.495.696	4.618.171		
FSE																
FEOGA-O																
IFOP																
Centro	58.879.029	58.879.029	23.920.953	34.958.076		49.801.760	49.801.760	20.272.227	29.529.534		15.560.121	15.560.121	6.068.447	9.491.674		
FEDER	58.879.029	58.879.029	23.920.953	34.958.076		49.801.760	49.801.760	20.272.227	29.529.534		15.560.121	15.560.121	6.068.447	9.491.674		
FSE																
FEOGA-O																
IFOP																
Alentejo	59.404.012	59.404.012	25.230.638	34.173.375		58.024.262	58.024.262	24.552.860	33.471.402		4.385.133	4.385.133	2.128.176	2.256.957		
FEDER	59.404.012	59.404.012	25.230.638	34.173.375		58.024.262	58.024.262	24.552.860	33.471.402		4.385.133	4.385.133	2.128.176	2.256.957		
FSE																
FEOGA-O																
IFOP																
Algarve	36.549.371	36.549.371	20.102.154	16.447.217		36.549.371	36.549.371	20.102.154	16.447.217		0	0	0	0		
FEDER	36.549.371	36.549.371	20.102.154	16.447.217		36.549.371	36.549.371	20.102.154	16.447.217		0	0	0	0		
FSE																
FEOGA-O																
IFOP																
NRegionalizável																
FEDER																
FSE																
FEOGA-O																
IFOP																
Regiões Reg. Transitório (LVT)	33.422.288	33.422.288	19.810.302	13.611.986		31.277.395	31.277.395	18.664.426	12.612.968		729.081	729.081	379.122	349.959		
FEDER	33.422.288	33.422.288	19.810.302	13.611.986		31.277.395	31.277.395	18.664.426	12.612.968		729.081	729.081	379.122	349.959		
FSE																
FEOGA-O																
IFOP																
EIXO 3	715.254.095	715.254.095	327.731.546	387.522.549		590.876.115	590.876.115	273.243.551	317.632.564		45.610.869	45.610.869	24.374.604	21.236.265		
Regiões Elegíveis	356.136.796	356.136.796	189.516.600	166.620.197		306.356.622	306.356.622	162.615.321	143.741.300		40.911.400	40.911.400	21.762.948	19.148.452		
FEDER	356.136.796	356.136.796	189.516.600	166.620.197		306.356.622	306.356.622	162.615.321	143.741.300		40.911.400	40.911.400	21.762.948	19.148.452		
FSE																
FEOGA-O																
IFOP																
Norte	230.238.305	230.238.305	119.590.124	110.648.180		206.663.892	206.663.892	107.304.250	99.359.642		29.189.225	29.189.225	15.282.446	13.906.779		
FEDER	230.238.305	230.238.305	119.590.124	110.648.180		206.663.892	206.663.892	107.304.250	99.359.642		29.189.225	29.189.225	15.282.446	13.906.779		
FSE																
FEOGA-O																
IFOP																
Centro	112.957.330	112.957.330	62.783.561	50.173.768		88.443.013	88.443.013	49.111.672	39.331.341		10.516.719	10.516.719	5.805.447	4.711.272		
FEDER	112.957.330	112.957.330	62.783.561	50.173.768		88.443.013	88.443.013	49.111.672	39.331.341		10.516.719	10.516.719	5.805.447	4.711.272		
FSE																
FEOGA-O																
IFOP																
Alentejo	10.803.732	10.803.732	5.967.328	4.836.404		9.481.658	9.481.658	5.226.966	4.254.691		1.205.456	1.205.456	675.055	530.400		
FEDER	10.803.732	10.803.732	5.967.328	4.836.404		9.481.658	9.481.658	5.226.966	4.254.691		1.205.456	1.205.456	675.055	530.400		
FSE																
FEOGA-O																
IFOP																
Algarve	2.137.431	2.137.431	1.175.587	961.844		1.768.060	1.768.060	972.433	795.627		0	0	0	0		
FEDER	2.137.431	2.137.431	1.175.587	961.844		1.768.060	1.768.060	972.433	795.627		0	0	0	0		
FSE																
FEOGA-O																
IFOP																
NRegionalizável																
FEDER																
FSE																
FEOGA-O																
IFOP																
Regiões Reg. Transitório (LVT)	359.117.298	359.117.298	138.214.946	220.902.352		284.519.493	284.519.493	110.628.230	173.891.264		4.699.469	4.699.469	2.611.656	2.087.814		
FEDER	359.117.298	359.117.298	138.214.946	220.902.352		284.519.493	284.519.493	110.628.230	173.891.264		4.699.469	4.699.469	2.611.656	2.087.814		
FSE																
FEOGA-O																
IFOP																

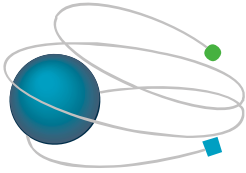


Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes

Ponto de Situação reportado a 31.12.2004 por Eixo e Região

Unid: Euro

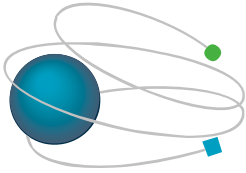
PO / Eixo Prioritário / Região	Homologações					Despesa Validada pela AG										Taxa de Execução DV/Hom (16)=(8)/(3)*100
	2000/06					2000/04					Ano 2004					
	Custo Total (1)	Desp. Pública (2)	Fundo (3)	Rec.Nacionais (4)	Privado (5)	Custo Total (6)	Desp. Pública (7)	Fundo (8)	Rec.Nacionais (9)	Privado (10)	Custo Total (11)	Desp. Pública (12)	Fundo (13)	Rec.Nacionais (14)	Privado (15)	
EIXO 4	317 042 109	317 042 109	123 652 267	193 389 841		248 474 289	248 474 289	91 845 682	156 628 607		58 413 724	58 413 724	22 849 229	35 564 495		
Regiões Elegíveis	291 152 924	291 152 924	110 438 793	180 714 130		238 577 069	238 577 069	86 664 909	151 912 160		55 995 430	55 995 430	21 602 867	34 392 563		
FEDER	291 152 924	291 152 924	110 438 793	180 714 130		238 577 069	238 577 069	86 664 909	151 912 160		55 995 430	55 995 430	21 602 867	34 392 563		
FSE																
FEOGA-O																
IFOP																
Norte	204 532 877	204 532 877	75 162 970	129 369 907		173 038 253	173 038 253	61 602 542	111 435 711		33 801 897	33 801 897	12 587 014	21 214 883		
FEDER	204 532 877	204 532 877	75 162 970	129 369 907		173 038 253	173 038 253	61 602 542	111 435 711		33 801 897	33 801 897	12 587 014	21 214 883		
FSE																
FEOGA-O																
IFOP																
Centro	76 896 335	76 896 335	30 413 968	46 482 367		62 268 526	62 268 526	23 427 221	38 841 305		20 607 075	20 607 075	8 222 624	12 384 451		
FEDER	76 896 335	76 896 335	30 413 968	46 482 367		62 268 526	62 268 526	23 427 221	38 841 305		20 607 075	20 607 075	8 222 624	12 384 451		
FSE																
FEOGA-O																
IFOP																
Alentejo	3 639 036	3 639 036	1 819 518	1 819 518		1 182 128	1 182 128	591 064	591 064		0	0	0	0		
FEDER	3 639 036	3 639 036	1 819 518	1 819 518		1 182 128	1 182 128	591 064	591 064		0	0	0	0		
FSE																
FEOGA-O																
IFOP																
Algarve	1 598 786	1 598 786	799 393	799 393		1 007 565	1 007 565	503 783	503 783		610 324	610 324	305 162	305 162		
FEDER	1 598 786	1 598 786	799 393	799 393		1 007 565	1 007 565	503 783	503 783		610 324	610 324	305 162	305 162		
FSE																
FEOGA-O																
IFOP																
N/Regionalizável	4 485 890	4 485 890	2 242 945	2 242 945		1 080 597	1 080 597	540 299	540 299		976 134	976 134	488 067	488 067		
FEDER	4 485 890	4 485 890	2 242 945	2 242 945		1 080 597	1 080 597	540 299	540 299		976 134	976 134	488 067	488 067		
FSE																
FEOGA-O																
IFOP																
Regiões Reg. Transitório (LVT)	25 889 185	25 889 185	13 213 474	12 675 711		9 897 220	9 897 220	5 180 773	4 716 447		2 418 294	2 418 294	1 246 362	1 171 932		
FEDER	25 889 185	25 889 185	13 213 474	12 675 711		9 897 220	9 897 220	5 180 773	4 716 447		2 418 294	2 418 294	1 246 362	1 171 932		
FSE																
FEOGA-O																
IFOP																
EIXO 5	9 065 034	9 065 034	6 798 775	2 266 258		2 217 228	2 217 228	1 662 921	554 307		484 618	484 618	363 464	121 155		
Regiões Elegíveis	7 082 511	7 082 511	5 311 883	1 770 628		1 732 320	1 732 320	1 299 240	433 080		378 632	378 632	283 974	94 658		
FEDER	7 082 511	7 082 511	5 311 883	1 770 628		1 732 320	1 732 320	1 299 240	433 080		378 632	378 632	283 974	94 658		
FSE																
FEOGA-O																
IFOP																
Norte	0	0	0	0		0	0	0	0		0	0	0	0		
FEDER	0	0	0	0		0	0	0	0		0	0	0	0		
FSE																
FEOGA-O																
IFOP																
Centro	0	0	0	0		0	0	0	0		0	0	0	0		
FEDER	0	0	0	0		0	0	0	0		0	0	0	0		
FSE																
FEOGA-O																
IFOP																
Alentejo	0	0	0	0		0	0	0	0		0	0	0	0		
FEDER	0	0	0	0		0	0	0	0		0	0	0	0		
FSE																
FEOGA-O																
IFOP																
Algarve	0	0	0	0		0	0	0	0		0	0	0	0		
FEDER	0	0	0	0		0	0	0	0		0	0	0	0		
FSE																
FEOGA-O																
IFOP																
N/Regionalizável	7 082 511	7 082 511	5 311 883	1 770 628		1 732 320	1 732 320	1 299 240	433 080		378 632	378 632	283 974	94 658		
FEDER	7 082 511	7 082 511	5 311 883	1 770 628		1 732 320	1 732 320	1 299 240	433 080		378 632	378 632	283 974	94 658		
FSE																
FEOGA-O																
IFOP																
Regiões Reg. Transitório (LVT)	1 982 523	1 982 523	1 486 892	495 631		484 908	484 908	363 681	121 227		105 986	105 986	79 490	26 497		
FEDER	1 982 523	1 982 523	1 486 892	495 631		484 908	484 908	363 681	121 227		105 986	105 986	79 490	26 497		
FSE																
FEOGA-O																
IFOP																



Capítulo IV

SISTEMA DE GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

1. INICIATIVAS DESENVOLVIDAS EM 2004	66
2. ACOMPANHAMENTO	70



Capítulo IV - SISTEMA DE GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

1. INICIATIVAS DESENVOLVIDAS EM 2004

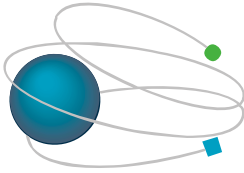
▪ **Unidade de Gestão**

A Unidade de Gestão do POAT reuniu três vezes em 2004, em 9 de Março, 27 de Julho e 12 de Novembro tendo tido lugar as 13^a, 14^a e 15^a reuniões.

Nas referidas reuniões foram prestadas aos respectivos membros informações detalhadas quanto à forma como este programa operacional tem evoluído, designadamente quanto ao cumprimento das metas que permitiram que o POAT fosse considerado um programa muito eficiente tendo assim acesso ao prémio de reserva de eficiência, no total de 69 224 345 €.

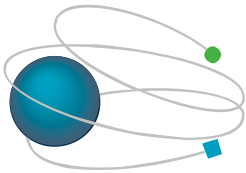
Os membros da Unidade de Gestão foram igualmente informados quanto à necessidade de reprogramação do POAT, tendo em vista a definição da aplicação da verba acima mencionada, bem como para permitir novas intenções de investimento que conduzam à cobertura de áreas até agora não contempladas.

Nas três reuniões da Unidade de Gestão realizadas em 2004 foram ainda aprovadas um conjunto de candidaturas a financiamento FEDER, bem como algumas reprogramações, cuja descrição, montante total e elegível e participações aprovadas vêm descritos no quadro seguinte.



Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes – QCA III

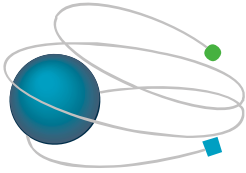
Med.	Exec.	Projecto	Nuts II	Elegível (€)	Comparti. (€)	Taxa
1.2	EP	IP3 - km 53.150 Nó do Lorvão	Centro	767 147,65	383 573,83	50,0%
2.1	APDL	Plano Estratégico de Desenvolvimento do Porto de Leixões e Medidas Complementares	Norte	522 500,00	235 125,00	45,0%
	APS	Acessibilidades Terrestres na Zona Leste do Porto de Sines - Circulação rodoviária e Acessos	Alentejo	5 000 000,00	2 500 000,00	50,0%
2.2	EP	IC17 - CRIL - Sublanço Pontinha-Odivelas-Olival de Basto - Nó com a EN250-2 Ramo 2A	Lisboa VT	381 633,00	228 979,80	60,0%
	EP	IC23 - Nó da Barrosa / Estação das Devesas	Norte	14 382 616,80	7 910 439,24	55,0%
	EP	IC28 - Ponte de Lima/Ponte da Barca - Sublanço Nó com a EN202-Ponte de Lima	Norte	49 448 035,86	27 196 419,72	55,0%
	EP	IC29 - Via Rápida de Gondomar - 1ºSublanço (2ª Fase) e Alameda de Azevedo	Norte	21 462 190,65	12 877 314,39	60,0%
	EP	Remodelação do Nó de Francos e Beneficiação do IC23 entre a Ponte da Arrábida e a Ponte do Freixo	Norte	16 348 012,00	9 808 807,20	60,0%
3.2	EP	EENN226/221 - Beneficiação entre Vila Franca das Naves e Pinhel	Centro	8 426 909,34	4 719 069,23	56,0%
	EP	EN210 - Beneficiação entre Arco de Baúlhe (km 0,00) e Celorico de Basto (km 17,600)	Norte	1 190 256,39	666 543,58	56,0%
	EP	EN216 - Beneficiação entre o Km 27+400 (Peredo) e o Km 55+200 (Mogadouro)	Norte	4 248 381,15	2 379 093,44	56,0%
	EP	EN254 -Variante em S. Miguel de Machede	Alentejo	2 527 529,47	1 415 416,50	56,0%
	EP	EN310 - Beneficiação entre Póvoa de Lanhoso (km 0,500) e Brito/Entroncamento com a EN206 (km19,700)	Norte	2 134 559,45	1 195 353,29	56,0%
	EP	Ponte Europa sobre o Rio Mondego	Centro	49 952 856,56	27 474 071,11	55,0%
	EP	Variante a EENN101 e 201 entre Braga e Prado	Norte	10 549 140,17	5 802 027,10	55,0%
	EP	Variante à EN333 entre Perrães e Águeda, incluindo viaduto sobre a EN1	Centro	8 354 862,11	4 678 722,78	56,0%
4.1	APDL	Programa de Gestão Ambiental do Porto de Leixões	Norte	320 335,88	112 117,56	35,0%
4.2	APDL	Melhoria das Condições de Segurança do Porto de Leixões	Norte	2 000 000,00	1 020 000,00	51,0%
	APSS	Instalações de Apoio ao Trem Naval de Combate à Poluição e de Reboque	Lisboa VT	6 140 000,00	3 131 400,00	51,0%
	CP	Modernização de Material Circulante CORAIL - Componente Segurança	não reg	3 763 406,91	1 881 703,46	50,0%
	CP	Remodelação de Locomotivas Eléctricas 2600 - Componente Segurança	não reg	3 408 347,17	1 704 173,59	50,0%
	EP	Beneficiação da EENN17, 17-1 e 347	Centro	6 184 974,08	3 154 336,78	51,0%
	EP	Beneficiação da EN231	Centro	1 574 368,24	802 927,80	51,0%
	EP	Beneficiação da EN324	Centro	588 321,14	300 043,78	51,0%
	EP	EN109/EN111 - Reabilitação da Ponte da Figueira da Foz e Acessos	Centro	10 752 782,66	5 483 919,16	51,0%
	EP	EN110 - Beneficiação entre o km 103,200 (Cruz. com a EN358) e o km 115,270 (Cruz. com a EN3)	Lisboa VT	1 764 480,37	899 884,99	51,0%
	EP	EN115 - Reabilitação da Ponte da Sancheira	Lisboa VT	1 598 130,43	799 065,22	50,0%
	EP	EN230 - Beneficiação do Pavimento entre o km154+100 e o km167+250 (Pedras Lavradas)	Norte	1 417 206,00	722 775,06	51,0%
	EP	EN7 Viaduto Duarte Pacheco - Reabilitação e Beneficiação Geral	Lisboa VT	6 522 075,99	3 587 141,79	55,0%
	EP	Melhoria da Segurança e Qualidade da EN222 no Distrito de Viseu	Centro	2 872 787,94	1 465 121,85	51,0%
	EP	Reabilitação de Obras de Arte no Distrito de Beja - 1ª Fase	Alentejo	208 462,85	106 316,05	51,0%
	EP	Reabilitação de Obras de Arte no Distrito de Faro	Algarve	668 307,48	340 836,81	51,0%
5	GEP	Apoio à Gestão, Acompanhamento e Controlo - 2004-2006 (Despesas In)	não reg	6 049 250,38	4 536 937,79	75,0%
	GEP	Avaliações Externas, Publicidade e Divulgação - 2004-2006 (Despesas Out)	não reg	1 283 174,32	962 380,74	75,0%



▪ **Indicadores de Gestão**

O quadro seguinte apresenta alguns dos indicadores de gestão relativos à execução do POAT, durante o ano de 2004.

Designação	Nº
▪ Candidaturas apresentadas	50
▪ Candidaturas enviadas à Unidade de Gestão	27
▪ Reprogramações apresentadas	11
▪ Reprogramações enviadas à Unidade de Gestão	7
▪ Projectos objecto de avaliação de impacto ambiental	2
▪ Projectos e reprogramações aprovados em unidade de gestão	34
▪ Projectos e reprogramações homologados	34
▪ Projectos com concurso público internacional	8
▪ Grandes projectos	0
▪ Pedidos de pagamento efectuados	112
▪ Acções de controle ou de auditoria	31



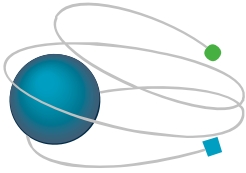
▪ **Utilização da Assistência Técnica**

No início de 2004 foram aprovados dois projectos com programação plurianual até 2006: “Apoio à Gestão, Acompanhamento e Controlo 2004-2006 (IN)” e Avaliações Externas, Publicidade e Divulgação 2004-2006 (OUT)”.

O nível de execução destes projectos, no que toca ao FEDER, bem como a repartição por categorias de despesa constam dos quadros seguintes:

Clas.	Acção	Montantes (Euros)
A	Apoio à gestão, acompanhamento e controlo	266.423,83
B	Outras despesas de Assistência Técnica	97.040,01
	TOTAL	363.463,84

N.º	Categorias de despesa	Acção	Montantes (Euros)
1	Preparação, selecção, avaliação, acompanhamento e avaliação interna das operações	A	217.378,18
2	Reuniões com comités de acompanhamento e outras relacionadas com a execução das intervenções	A	5.842,43
3	Auditorias e verificação das operações no terreno	A	43.203,22
4	Estudos, seminários, acções de informação e avaliações externas	B	97.040,01
	TOTAL		363.463,84



2. ACOMPANHAMENTO

▪ Comissão de Acompanhamento

No decurso de 2004 tiveram lugar duas reuniões da Comissão de Acompanhamento do POAT à qual foram prestadas os esclarecimentos pertinentes relativos à execução e ao ponto de situação do referido programa operacional.

Na reunião realizada a 22 de Junho de 2004 procedeu-se à aprovação da Reprogramação do POAT e à aprovação das alterações ao Complemento de Programação, resultantes da proposta de Reprogramação.

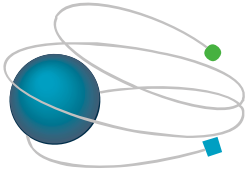
Da referida proposta salientam-se os seguintes pontos:

- Introdução de novas tipologias de projectos nas medidas 2.3 e 3.2 e de novos beneficiários nas medidas 2.3, 3.1 e 3.2;
- A variação das taxas médias de comparticipação por medida, realçando que em termos globais esta variação resulta num acréscimo de 1,8%;
- Identificação do reforço por medida e da origem do mesmo (distinguindo entre reforço por via de reprogramação interna e reforço atribuído por efeito da reserva de eficiência);

Quanto às alterações ao texto do programa que decorrem da proposta de reprogramação e de correcções de carácter formal, salientam-se as seguintes:

- A actualização dos desenhos dos Corredores Estruturantes do Território Nacional e das Intervenções no sector Ferroviário (por forma a compatibilizar os corredores de alta velocidade com os acordados na cimeira Luso-Espanhola), bem como do desenho da Rede Nacional de Auto-estradas com a actualização ao nível da Ligação ao Algarve;
- A actualização da designação das entidades beneficiárias e da tutela;
- Introdução de informação complementar no que diz respeito à descrição das medidas 2.3 e 3.2, por forma a contemplar a nova tipologia de projectos.

Na sequência da apresentação da proposta de reprogramação do POAT e das alterações ao texto do programa, a representante da Comissão Europeia teceu algumas considerações sobre a redução do montante proposto para a medida da logística, questionando o Presidente sobre a ausência do documento orientador e sobre a reduzida execução desta medida. Relativamente ao PP nº8, solicitou uma previsão das metas a cumprir e do



cronograma de investimentos para este projecto no horizonte 2000/2006. Informou ainda que embora a proposta de reprogramação do POAT não viole a regra da retroactividade globalmente, a questão da aplicação desta regra ao nível dos Eixos Prioritários ainda não tem uma orientação por parte da Comissão Europeia.

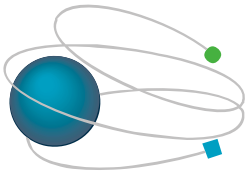
Em 3 de Dezembro de 2004 teve lugar a 9ª reunião da Comissão de Acompanhamento, da qual deve destacar-se a apresentação da versão final da proposta de Reprogramação do POAT.

Foram igualmente aprovadas as alterações ao Complemento de Programação com duas alterações em relação à versão anteriormente apresentada.

Uma dessas alterações consagra, na medida 2.3., o facto de a “melhoria dos sistemas de gestão e coordenação do transporte público” também se aplicar ao transporte de mercadorias.

A outra alteração proposta pelo representante do IEP passa a abranger genericamente na Medida 4.2 as pontes e túneis e não só, como estava previsto, as pontes e os túneis ferroviários.

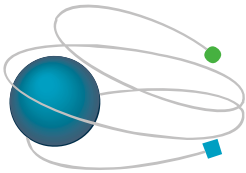
O representante da Comissão informou que a proposta de Reprogramação se encontra em vias de obter decisão favorável, o que efectivamente veio a acontecer.



Capítulo V

CONTROLO

1.	SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO	73
2.	CONTROLO INTERNO EM 2004	74
3.	CONTROLO DE 1º NÍVEL	78



Capítulo V - CONTROLO

1. SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO

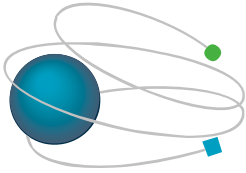
De acordo com o disposto no artigo 38º do Regulamento nº 1260/99, do Conselho de 21 de Junho, o Sistema de Gestão e Controlo deverá garantir que a utilização dos fundos segue as normas comunitárias e os princípios da boa gestão financeira e que existem procedimentos para prevenir, detectar e corrigir irregularidades e recuperar os fundos perdidos.

O Regulamento nº 438/2001 da Comissão de 2 de Março, concretiza de que forma o Sistema de Gestão e Controlo deve proceder para garantir os resultados visados no artigo 38º do Regulamento nº 1260/99.

Em conformidade com estes normativos, o Sistema de Gestão e Controlo do POAT efectuou em 2004 os procedimentos de verificação da legalidade e regularidade do fornecimento de bens e serviços co-financiados (artigo 4º do Regulamento nº 438/2001) e promoveu a realização dos controlos por amostragem (artigo 10º do Regulamento nº 438/2001) relativos à execução de 2004.

Na sequência da aplicação dos controlos por amostragem, relativos a anos anteriores, foram adoptados em 2004 procedimentos de gestão para resolução das situações detectadas e cumprimentos das suas consequências financeiras.

A informação relativa àquelas acções de controlo e ao acompanhamento do tratamento dado pela gestão às suas recomendações foi transmitida em 2004 à DGDR, no âmbito do SNC, quer através da actualização do respectivo sistema de informação (SIGIFE), quer através do envio de cópias dos Relatórios de Controlo (ofício nº 531/04/IOT de 12 de Julho de 2004).



2. CONTROLO INTERNO EM 2004

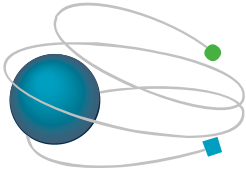
As acções de controlo interno realizadas no âmbito do POAT orientam-se pelo disposto no artigo 4º do Regulamento (CE) nº 438/2001, que prevê a adopção de procedimentos para verificação do fornecimento dos bens e serviços co-financiados, da veracidade das despesas objecto dos pedidos de pagamento, da sua elegibilidade e enquadramento nas normas nacionais e comunitárias aplicáveis, nomeadamente em matéria de contratação pública e protecção do ambiente.

Assim, no que respeita à verificação da documentação justificativa da despesa, a Estrutura de Apoio Técnico - EAT, do POAT procedeu à análise exaustiva dos documentos que acompanham os pedidos de pagamento, nos termos estipulados no Regulamento Interno da Unidade de Gestão, da IOAT (nº 3 e nº 4 do artigo 7º), verificando o seu enquadramento no âmbito dos contratos integrados nos projectos, legalmente realizados, bem como a elegibilidade das despesas em função da sua natureza e data de realização.

Foi igualmente verificada sistematicamente a manutenção da regularidade das condições de acesso, nomeadamente em relação à inexistência de dívidas à Administração Fiscal e à Segurança Social. Das verificações efectuadas no âmbito do controlo interno resultaram a identificação de um conjunto de situações que levaram à adopção de medidas no âmbito da gestão. Apresentam-se seguidamente, em síntese, as situações detectadas e as correspondentes medidas tomadas para a sua resolução:

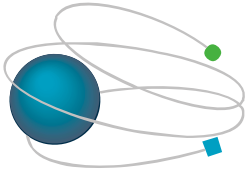
Verificações detectadas no âmbito do controlo interno – 2004

Designação do Projecto	Exec.	Nº P.P	Situação Detectada	Decisão Tomada	Despesa não elegível
Variante às EENN 101 e 206	IEP	2º	Verificou-se existir um conjunto de documentos justificativos de despesa, onde não constava o registo do nº do Pedido de pagamento. Foi igualmente identificado documento justificativo de despesa sem o correspondente auto de medição e comprovativo de depósito na CGA	Foi enviado o ofício nº 271/04/IOT de 13/04/2004 no sentido da rectificação daquelas situações . Após comprovação posterior da respectiva correcção, foi dado seguimento ao pedido de pagamento.	



Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes – QCA III

Designação do Projecto	Exec.	Nº P.P	Situação Detectada	Decisão Tomada	Despesa não elegível
Variante à EN 356-2 Ligação Cartaxo – Nó de Aveiras de Cima	IEP	7º	Foi detectada falta de documento comprovativo de pagamento de uma factura, bem como da correspondente liquidação do pagamento à CGA	Foi enviado ofício nº 537/04/IOT de 15/07/2004 solicitando esses comprovativos. Após demonstração posterior da existência dos comprovativos, foi dado seguimento ao pedido de pagamento	
IC33 beneficiação entre Santiago do Cacém e Grandola	IEP	5º	Foi detectada despesa fora do período de elegibilidade do projecto	Foi remetido ofício 771/04/IOT de 21/10/2004, na sequência do qual foi apresentado um pedido de reprogramação temporal do projecto	
Via Cintura Sul de Coimbra – Ponte Europa s/ Rio Mondego	IEP	21º	Foram detectadas várias facturas sem uma clara correspondência com os autos de medição.	Foi remetido ofício nº 874/04/IOT de 18/11/2004 comunicando a dedução ao pedido de pagamento da correspondente despesa	1.691.472,18 €
Variante à EN 108 e à EN 222	IEP	4º	Foi detectado o pagamento parcial de duas facturas	Foi enviado ofício nº 875/04/IOT de 18/11/2004 solicitando a clarificação da situação. Esta situação foi ultrapassada posteriormente através de documentação adicional remetida pelo executor	
Melhoria da Segurança e da Qualidade das estradas – EENN 16, 225 e 234 no Distrito de Viseu	IEP	4º	Foi detectada despesa fora do período de elegibilidade do projecto	Foi remetido ofício 876/04/IOT de 19/11/2004, na sequência do qual foi apresentado um pedido de reprogramação temporal do projecto	
IP5 Rotunda em Vilar Formoso e Melhoria do Parque TIR	IEP	4º	Foi detectada despesa fora do período de elegibilidade do projecto	Foi remetido ofício 913/04/IOT de 6/12/2004, na sequência do qual foi apresentado um pedido de reprogramação temporal do projecto	
EN 254 Variante em S. Machede	IEP	1ª	Foi detectada despesa considerada não elegível (rubrica 10.03.01)	Foi enviado ofício nº539/04/IOT de 15/07/2004 solicitando a reformulação do pedido de pagamento, tendo sido retirados os valores daquela rubrica (Autos de medição nºs 1,2 e 3)	8.080,53 €

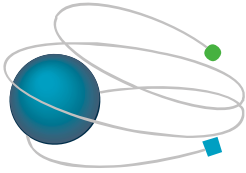


Ampliação do Terminal Norte do Porto de Aveiro – Construção do Terminal de Granéis Sólidos	APA	5º	Foi detectada uma despesa considerada não elegível	Foi comunicado ao executor através do ofício nº 440/04/IOT de 16 de Junho de 2004 que a referida despesa foi deduzida ao pedido de pagamento	15.636,58 €
Supressão de PN – Linhas do Oeste e Alentejo (Fase1)		3º	Foi constatado não existirem documentos justificativos da despesa efectuada com terrenos	Foi comunicado ao executor, através do ofício nº 59/04/IOT de 4/2/2004 que foi deduzida no pedido de pagamento a respectiva despesa	59.754,47 €
Plano de Expansão do Aeroporto Sá Carneiro	ANA		Foram detectadas várias situações em que os valores incluídos na listagem do pedido de pagamento não estão suportados na sua globalidade pelos correspondentes documentos de quitação	Foi remetido ofício nº 441/04/IOT de 14/06/2004 ao executor comunicando que os respectivos montantes eram deduzidos ao pedido de pagamento.	409.014,70 €
TOTAL DE DESPESAS NÃO ELEGÍVEIS					2.183.958,46 €

Em complemento das verificações efectuadas pela Estrutura de Apoio Técnico, foram realizadas auditorias de acompanhamento junto das Entidades Executoras, baseadas numa amostra integrando projectos, em adiantada fase de execução, representativos de todas as medidas, com projectos em execução, excepto na medida 3.1. uma vez que os respectivos projectos foram sujeitos a controlo de 1º nível.

Amostra de projectos sujeitos a auditorias de acompanhamento – 2004

IDENTIFICAÇÃO DO PROJECTO	Exec .	Eixo / Medida	Investimento Elegível	Montante Compartic.
IP4 Amarante – Vila Real – Constr Beneficiação de Nós	IEP	1.1	6.619.909,65	3.640.950,31
IP2 Benef. Entre barragem Fratel e EN118 (incl. Nó Arez)	IEP	1.2	2.461.314,54	1.353723,00
IC33 – Beneficiação entre Santiago do Cacém e Grandola	IEP	1.2	8.292.211,62	4.146.105,81
Ampliação Terminal norte do P. Aveiro – Constr. T. Ro-Ro – Acção 1	APA	2.1	15.467.228,00	6.032.219,00
IC1 – Miramar / Coimbra – 1ª Fase – Nó da Madalena	IEP	2.2	10.067.147,26	5.536.930,99
IC24 Espinho / Picoto – 1º Trecho (2ª Fase)	IEP	2.2	12.469.947,43	6.858.471,09
Ligação do Nó de Loulé 1 da VIS a Loulé	IEP	3.2	2.137.430,53	1.175.586,79
Reconstrução da Ponte Hintze Ribeiro sobre o Rio Douro em Entre – os - Rios	IEP	3.2	7.568.868,00	3.670.900,98
Aquisição de 34 UME para a U. S. Grande Porto	CP	4.1	166.270.974,00	58.194.840,90
Plano de Monitorização dos Portos de Setúbal e Sesimbra	APSS	4.1	784.261,92	274.491,67
Programa de Gestão Ambiental do Porto de Leixões	APDL	4.1	320.335,88	112.117,56
Melhoria da Segurança e da Qualidade das Estradas – EENN 16, 225 e 234 - Distrito de Viseu	IEP	4.2	1.934.255,52	986.470,32
Melhoria das Condições de Segurança do Porto de Leixões	APDL	4.2	2.000.000,00	1.020.000,00

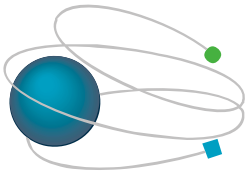


As auditorias de acompanhamento foram realizadas com recurso à contratação de auditores externos, na sequência de um procedimento por “consulta prévia” tendo o respectivo contrato sido celebrado em 11/10/2004.

As auditorias de acompanhamento incidiram sobre os seguintes domínios:

- Verificação da organização dos dossiês nos executores;
- Verificação de facturas e respectivos documentos de quitação por amostragem, bem como da aposição correcta dos carimbos nos originais dos documentos de despesa e confronto dos mesmos com as respectivas cópias apresentadas nos pedidos de pagamento;
- Verificação do procedimento das retenções de garantia e transparência contabilística da sua reposição;
- Visita à obra para verificação da compatibilização dos autos de medição com a execução física da obra, seu estado de adiantamento ou eventual conclusão;
- Verificação do nível de trabalhos a mais e sua conformidade com os limites legais estabelecidos;
- Verificação do cumprimento das normas de publicidade, constantes do Regulamento nº 1159/2000 da Comissão, de 30 de Maio;
- Verificação do cumprimento das medidas de minimização de impacte ambiental.

Os Relatórios das auditorias de acompanhamento relativas ao ano de 2004 foram apresentados, na versão Relatórios Preliminares, estando em curso na presente data o processo de análise e contraditório dos mesmos pelo que, não se registam resultados no âmbito do presente Relatório de Execução do Programa.



3. CONTROLO DE 1º NÍVEL

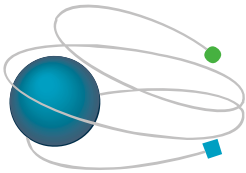
As actividades de controlo previstas no artigo 10º do Regulamento CE 438/2001 relativas ao ano de 2004, foram asseguradas através de auditorias externas, na sequência de um procedimento por negociação autorizado por despacho MOPTC de 2 de Agosto de 2004, tendo o respectivo contrato sido celebrado em 28 de Fevereiro de 2005.

As auditorias de controlo incidem sobre uma amostra de projectos e asseguram nomeadamente a verificação de parte da despesa em função da realização em 31 de Dezembro de 2004.

AMOSTRA DE CONTROLO PARA O ANO DE 2004

Designação dos Projectos	Entidades Exec.	Eixo Medida	Investimento Elegível Aprovado (€)	Comp. Aprovada (€)
Plano de Expansão do Aeroporto de Sá Carneiro	ANA	1,1	248.060.554,90	24.930.085,77
Modernização Linha Beira Baixa II - Remod. troço Mouriscas-Castelo Branco	REFER	1.1	45.693.657,00	10.052.604,54
IP2 - Macedo de Cavaleiros / Valbenfeito - Viadutos	IEP	1.2	6.337.686,00	3.485.727,30
Ampliação do Molhe Leste do Porto de Sines	APS	2.1	47.884.598,13	19.153.839,25
IC4. Via Infante de Sagres - lanço Guia / Lagoa sublanço Guia / Alcantarilha	IEP	2.2	19.091.444,16	10.500.294,29
IC27. Monte Francisco -Odeleite	IEP	2.2	17.457.926,38	9.601.859,51
IC29. Via Rápida de Gondomar (Obras de Arte)	IEP	2.2	16.135.742,79	8.874.658,53
Prolongamento da Linha Amarela - Campo Grande/Odivelas	ML	3.1	289.017.341,00	100.000.000,00
EN249.3 - Variante Nó de Oeiras da A5/S. Marcos (proximidades)	IEP	3.2	10.552.405,38	5.803.822,96
EN341 - Arzila-Taveiro	IEP	3.2	8.935.255,51	5.361.153,31
Nova Ponte sobre o Rio Douro em Entre-os-Rios	IEP	3.2	9.823.759,74	5.403.067,86
IC 2 - Variante de Águeda	IEP	3.2	8.411.791,22	4.626.485,17
IC3. VARIANTE A TOMAR/ Pontes sobre as Ribeiras de Bezelga e Várzea do Rio Nabão	IEP	3.2	9.735.389,44	5.354.464,19
Recuperação de Material Circulante em Serviço Regional de Via Estreita	CP	4.1	1.405.514,00	491.929,90
EN313 Reabilitação da Ponte Metálica sobre o Rio Corgo (Vila Real)	IEP	4.2	1.572.425,00	786.212,50
EN115 Reabilitação da Ponte da Sancheira	IEP	4.2	1.598.130,43	799.065,22
Reformulação do Cruzamento da EN10 com a EN119 - Nó do Infantado	IEP	4.2	734.168,00	403.792,40
Auditorias de Segurança Rodoviária	IEP	4.2	354.242,00	177.121,00
Gestão, Acompanhamento, Controlo e Avaliação - 2004	GEP/IOT	5	6.049.250,38	4.536.937,79

A amostra foi definida de acordo com os critérios estabelecidos pelo Sistema Nacional de Controlo tendo por base os seguintes pressupostos:



- Previsão da despesa por medida até final de 2004;
- Esforço de controlo mínimo de 6,5%;
- Selecção de projectos em função do tipo e natureza de projectos envolvendo cada um dos subsectores dos transportes e cada uma das medidas do programa onde existam projectos aprovados que não foram sujeitos a anteriores auditorias;
- Consideração de factores de risco decorrentes da matriz de risco com base nos pressupostos definidos pelo SNC, e associados à natureza do projecto e à categoria do executor.

O Quadro seguinte sintetiza a incidência do controlo ao nível do número de projectos e do investimento realizado até 31 de Dezembro de 2004, por medida.

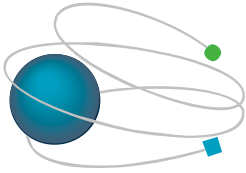
Controlo por Amostragem – Execução de 2004

Unidade: Euros

Medidas	Nº de Projectos			Investimento Realizado até 31-12-2004			
	Aprovados	Amostra	%	Universo	Amostra	Controlo	%
(1)	(2)	(3)	(4)=(3)/(2)	(5)	(6)	(7)	(8)=(7)/(5)
Medida 1.1	9	2	22,2	221.538.851,91	153.350.103,27	22.590.292,00	10,19
Medida 1.2	13	1	7,7	43.554.924,41	26.726.773,22	3.937.171,00	8,61
Medida 2.1	10	1	10,0	110.018.215,16	47.763.621,81	7.748.642,00	7,04
Medida 2.2	20	3	15,0	211.506.814,54	52.685.113,33	13.713.156,00	6,48
Medida 2.3	1	0	----	177.588,93	-----	-----	----
Medida 3.1	2	1	50,0	301.815.211,29	222.912.756,30	23.914.787,00	7,92
Medida 3.2	42	5	11,9	289.060.903,53	47.458.601,29	14.331.811,00	4,95
Medida 4.1	10	1	10,0	218.559.936,79	906.714,25	13.236.010,00	6,00
Medida 4.2	24	4	16,6	29.914.352,33	3.652.864,06	1.685.523,00	5,63
Medida 5	8	1	12,5	2.217.227,59	355.231,77	139.332,00	6,28
Total das Medidas	139	19	13,6	1.428.364.026,48	562.101.529,31	103.348.948,00	7,23

Constata-se assim que o controlo de 1º Nível relativamente ao ano de 2004 abrange 13,6% dos projectos aprovados, enquanto que a despesa a ser sujeita a controlo representa 7,23% da despesa de investimento realizado até ao fim do ano de 2004.

O contrato com os auditores externos foi celebrado em Fevereiro de 2005 e consequentemente as auditorias de controlo de 2004 estão ainda em curso na presente



data, pelo que só é possível apresentar neste relatório o quadro dos compromissos de controlo estabelecidos contratualmente com os auditores.

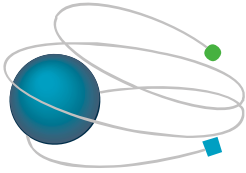
Os montantes e o esforço de controlo anteriormente referidos deverão ser ultrapassados pelas auditorias externas, que excedem por norma o montante contratualmente previsto, contudo os compromissos contratuais estabelecidos (7,23% da despesa) garantem já que será ultrapassado o esforço de controlo fixado pelo SNC para 2004, que se situava nos 6,5% da despesa.

Os controlos que são executados pelos auditores externos, são coordenados e acompanhados pela Estrutura Segregada de Controlo da E.A.T. Os controlos têm por referência o “Questionário de Controlo de 1º Nível” formulado no âmbito do SNC com incidência nos seguintes aspectos:

- Verificações no âmbito dos procedimentos de gestão;
- Verificações ao nível do dossiê técnico – administrativo;
- Verificações ao nível da realização financeira;
- Verificações ao nível da realização física.

As auditorias de controlo de 1º nível relativos ao ano de 2004 deverão, nos termos do respectivo contrato, dar lugar a Relatórios Preliminares que deverão ser apresentados à gestão da IOAT em Junho de 2005 estando os correspondentes Relatórios Finais previstos para Setembro de 2005, após decorrer o respectivo processo de contraditório.

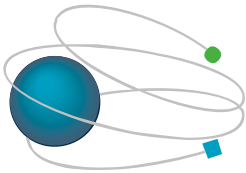
As conclusões e recomendações que venham a constar dos relatórios finais das auditorias serão reportadas ao S.N.C., nomeadamente através da actualização do Sistema de Informação (SIGIFE) e darão origem a medidas e procedimentos de gestão em função das situações detectadas.



Capítulo VI

INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE

1. CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO COMUNITÁRIA	82
2. MEDIDAS DESTINADAS AO PÚBLICO EXTERNO	83
3. ACÇÕES INTERNAS	84



Capítulo VI - INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE

1. CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO COMUNITÁRIA

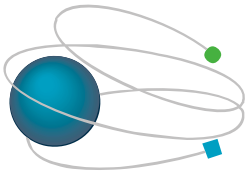
Dando cumprimento ao Regulamento (CE) 1159/2000, de 30 de Maio, do Conselho, durante o ano de 2004 continuaram a ser desenvolvidas medidas para garantir que as entidades executoras dos projectos abrangidos por comparticipação do FEDER, através do Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes, continuassem a cumprir as regras instituídas, nomeadamente no que respeita a:

- Painéis informativos colocados nos locais da obra;
- Placas comemorativas permanentes para as infra-estruturas, acessíveis ao grande público;

Para além das recomendações efectuadas junto dos executores pela Estrutura de Apoio Técnico do POAT, foram feitas auditorias de acompanhamento a um conjunto de projectos, abrangendo as diferentes entidades executoras, em que um dos objectivos era a verificação do cumprimento das prescrições estabelecidas neste domínio.

Da mesma forma, as acções desenvolvidas no âmbito do controlo de 1º nível, levadas a cabo por auditores externos sob a responsabilidade desta Intervenção Operacional e, particularmente, da sua estrutura segregada de controlo, procederam à verificação do cumprimento dos procedimentos em matéria de informação e publicidade pelas entidades executoras.

As situações que foram identificadas relativas à não existência de painéis de publicidade dos financiamentos comunitários no local da obra, ou à sua existência sem cumprir os requisitos exigidos, foram transmitidas ao executor que procedeu à sua regularização e subsequente comprovação.

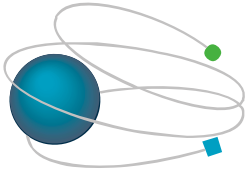


2. MEDIDAS DESTINADAS AO PÚBLICO EXTERNO

A divulgação do Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes, no ano de 2004, tal como já tinha acontecido em anos anteriores decorreu de forma variada, referindo-se como mais importantes o patrocínio de eventos relacionados com o sector dos transportes, que se passam a citar:

- Seminário do Transporte Rodoviário, organizado por TRANSPORTES & NEGÓCIOS que ocorreu no dia 3 de Junho, no Hotel Le Meridien, no Porto e que contou com a participação de cerca de 120 pessoas, entre as quais dirigentes, empresas e associação do sector.
- Seminário do Transporte Ferroviário, organizado por TRANSPORTES & NEGÓCIOS que ocorreu no dia 30 de Setembro, no Hotel Le Meridien, no Porto e que contou com a participação de cerca de 120 pessoas, entre as quais dirigentes, empresas e associação do sector.
- Seminário do Transporte Aéreo, organizado por TRANSPORTES & NEGÓCIOS que ocorreu no dia 3 de Junho, no Hotel Le Meridien, no Porto e que contou com a participação de cerca de 120 pessoas, entre as quais dirigentes, empresas e associação do sector.
- 3º Encontro Transportes em Revista, que ocorreu no dia 2 de Junho, no Palácio Burnay em Lisboa e que contou com a participação de cerca de 150 pessoas, das várias áreas dos transportes.
- II Fórum de Infraestruturas e Transportes que ocorreu no dia 7 de Julho, no Pestana Palace Hotel e que contou com a participação de cerca de 170 pessoas ligadas ao sector.

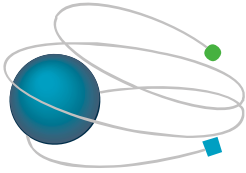
Para além destes eventos ocorreu também no dia 17 de Novembro uma reunião presidida pelos Senhores Secretários de Estado dos Transportes e das Obras Públicas, em que estiveram presentes todos os executores do Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes. Nesta reunião foi apresentada pela gestão sectorial informação detalhada sobre a execução do programa bem como, sobre os principais problemas revelados no âmbito do seu processo de acompanhamento e controlo. Na mesma reunião foram igualmente transmitidas informações sobre as oportunidades ainda existentes no Programa no decurso do actual Quadro Comunitário de Apoio.



3. ACÇÕES INTERNAS

Regista-se, ainda, a participação de elementos da Estrutura de Apoio Técnico do POAT nas seguintes acções:

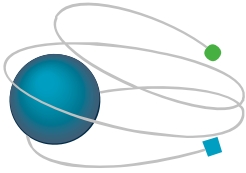
- Projecto Galileo e o Sector dos Transportes;
- Seminário Nacional dos Programas Regionais de Acções Inovadoras;
- Seminário Gestão e Marketing Portuário;
- Seminário “O Estado no Século XXI: Redefinição das suas funções?”;
- Seminário “Avaliação Estratégica de Impacte Ambiental”;
- Seminário “Construção de abordagem adequada aos Partenariados Público-Privado”;
- Seminário do Transporte Rodoviário;
- 3º Encontro Transportes em Revista;
- II Fórum de Infraestruturas e Transportes;
- Especialização para Auditores do Sistema Nacional do QCA III



Capítulo VII

COMPATIBILIZAÇÃO COM AS OUTRAS POLÍTICAS COMUNITÁRIAS

1. AMBIENTE	86
2. CONCORRÊNCIA E CONTRATOS PÚBLICOS	87
3. IGUALDADE DE OPORTUNIDADES	87



Capítulo VII - COMPATIBILIZAÇÃO COM AS OUTRAS POLÍTICAS COMUNITÁRIAS

1. AMBIENTE

A estreita ligação entre o Sector dos Transportes e o Ambiente é, desde logo, reconhecida na estrutura orgânica do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação, uma vez que inclui um organismo particularmente vocacionado para fazer uma interface entre os dois vectores, com particular ênfase no domínio da construção das infra-estruturas de transporte.

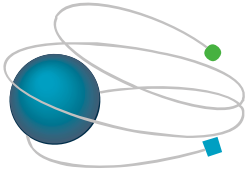
Por outro lado, na concepção do sistema de gestão e de acompanhamento do POAT foi previsto desde o início que na Unidade de Gestão e na Comissão de Acompanhamento deveria integrar um representante do Ministério das Cidades, do Ordenamento do Território e do Ambiente.

No que respeita aos projectos especificamente associados à construção de infra-estruturas de transportes, os quais constituem a grande maioria dos projectos já aprovados, é dada muito particular atenção ao cumprimento da legislação ambiental.

Nos casos em que os projectos estão sujeitos a medidas minimizadoras de impactes ambientais, é solicitada a verificação do seu cumprimento por auditores externos sob a responsabilidade da Intervenção Operacional de Acessibilidades e Transportes, quer no âmbito do acompanhamento (controlo interno), quer no âmbito do controlo de 1º nível.

Por outro lado, pode afirmar-se que o neste QCA se tem vindo a dar um contributo ambiental muito positivo já que, no conjunto dos projectos aprovados, uma percentagem significativa dos apoios se destina aos modos ferroviário e marítimo.

A IOT em cooperação com a Auditoria Ambiental do MOPTH tem apoiado acções de esclarecimento sobre “Sistemas de Gestão Ambiental no Sector dos Transportes”, destinada a todas as entidades e a todas as empresas públicas do sector incluindo, portanto, todas as entidades executores do programa.



2. CONCORRÊNCIA E CONTRATOS PÚBLICOS

O cumprimento dos requisitos exigidos pela legislação comunitária e nacional neste domínio tem início na fase de análise das candidaturas apresentadas a co-financiamento comunitário no âmbito do programa, mediante a verificação do cumprimento dos requisitos exigidos neste domínio, nos termos previstos no Manual de Procedimentos.

Após a aprovação dos projectos, durante a sua execução, é verificada a manutenção do cumprimento da legislação relativa a contratos públicos, nomeadamente no que respeita à celebração de contratos adicionais, aspecto que é verificado pela Estrutura de Apoio Técnico do programa no âmbito da apreciação dos pedidos de pagamento e, ainda, no âmbito do controlo de 1º nível, realizado por auditores externos sob a responsabilidade e a orientação da Intervenção Operacional de Acessibilidades e Transportes.

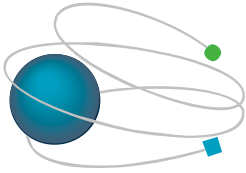
Durante o ano de 2004 foram aprovados 22 projectos no âmbito do POAT, dos quais 9 projectos foram precedidos de concurso público internacional, nos termos da legislação nacional e comunitária em vigor.

3. IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Na sequência do documento COM (96) 67, a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres foi introduzida, no âmbito do QCA III, como prioridade horizontal em todos os programas operacionais.

Sendo a igualdade de oportunidades entre as mulheres e os homens, uma prioridade horizontal a todos os programas operacionais, não assume a mesma expressão em todos eles. Se é estruturante no caso das intervenções operacionais do emprego, formação e desenvolvimento social ou da economia, não assume a mesma dimensão estratégica no POAT.

No que respeita ao POAT, a incorporação desta prioridade materializou-se desde o seu ponto de partida com a participação activa e empenhada da representante da Comissão para a Igualdade, funcionando junto da Presidência do Conselho de Ministros.



Na sequência desta participação, as entidades executoras têm vindo a ser sensibilizadas no sentido da não discriminação entre sexos na criação de novos postos de trabalho, quer durante a fase de execução (postos de trabalho temporários) quer durante a fase de exploração do projecto (postos de trabalho permanentes).

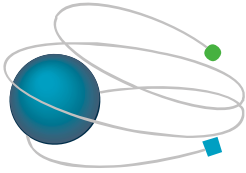
O POAT apresenta, essencialmente, uma estrutura de candidaturas de projectos que correspondem a projectos de infra-estruturas e equipamentos pesados. Tratam-se de áreas em que a participação feminina é reduzida, tanto ao nível da mão-de-obra não especializada como a nível dos técnicos superiores, reflectindo, neste caso, o menor número de licenciadas em engenharias. Todavia, esta última situação tende a ser ultrapassada, pois existe um crescente número de mulheres matriculadas no ensino superior, tendencialmente superior ao dos homens.

Na sequência dos projectos aprovados e destes dados objectivos, constata-se que em grande número das candidaturas não é feita referência à criação de postos de trabalho feminino permanentes ou temporários.

Dada a natureza do grande projecto que ainda aguarda a conclusão do processo de aprovação da taxa de comparticipação (Planos de Expansão do Aeroporto de Faro) e do grande projecto relativo à Expansão do Aeroporto Sá Carneiro, que concluiu este mesmo processo em Dezembro de 2004, bem como a previsível apresentação em 2004 de projectos associados à implementação de plataformas logísticas ou a sistemas de controlo de tráfego, julga-se que será possível encontrar uma situação mais favorável, sobretudo no que respeita à criação de postos de trabalho permanentes.

Os projectos do sector dos transportes não são neutros pois existem diferenças substanciais, por exemplo, entre homens e mulheres nos padrões de utilização dos meios de transporte públicos e privados ou no peso de homens e mulheres nos sectores de obras públicas ou de transporte e armazenagem. As desigualdades existentes reflectem ainda diferenças em função do género na distribuição dos recursos (como o carro próprio) e traduzem-se em desequilíbrios no que respeita a limitações de tempo.

A melhoria das acessibilidades, proporcionada pelo investimento ao nível ferroviário, relaciona-se com a diminuição do tempo de viagem e o desenvolvimento das plataformas multimodais melhora a vida das pessoas, principalmente das mulheres principais utilizadoras dos transportes públicos. Esta constatação, permite-nos afirmar que as medidas



3.1 e 4.1 são as que apresentam, potencialmente, uma mais elevada contribuição para a aproximação dos géneros ao nível do gasto dos respectivos “orçamentos temporais”.

Com efeito, esse aspecto está devidamente explicitado nas candidaturas de projectos aprovados como o “Prolongamento da Linha Amarela-Campo Grande/Odivelas” e a “Aquisição de 34 UME’s para a Unidade de Suburbanos do Grande Porto”.

A renovação das Linhas do Oeste e da Beira Baixa contribuem, também, com a redução de mais de 200 passagens de nível, para o reforço das condições de segurança dos peões. Ao nível ferroviário verifica-se, ainda, com a melhoria dos equipamentos um aumento da pontualidade e da velocidade comercial. Trata-se de projectos claramente associados a uma melhoria significativa da qualidade do transporte público e da redução dos tempos de percurso associados aos mesmos, demonstrando inquéritos efectuados que as mulheres são utilizadoras em maior percentagem dos transportes públicos.

Utilizando o conceito de igualdade de oportunidades no sentido mais amplo, pode afirmar-se que a melhoria do transporte público induzida por este tipo de projectos, vem beneficiar as classes mais desfavorecidas ou as que habitam em zonas suburbanas, aumentando os seus tempos livres e de lazer.